5

HISTÓRIA IMEDIATA

ALFA-OMEGA

Cr$ 50,00

A volta da UNE

Luiz Henrique Romagnoli
Tânia Gonçalves

De Ibiúna a Salvador

Edição Especial com 96 páginas.

Manaus Santarém Bôa Vista Macapá Altamira Porto Velho Rio Branco Jiparaná Via Aérea. Cr$ 65,00

os autores que desafiaram o arbítrio.

História sincera da República — Vol. 1 (até 1889) — Ref. 01 — 284 pp. Cr$ 156,00 — Vol. 2 (1889/1930) — Ref. 02 — 316 pp. Cr$ 156,00 — Vol. 3 (1930/1960) — Ref. 03 — 252 pp. Cr$ 156,00 — Vol. 4 (1961/1967) — Ref. 04 — 216 pp. Cr$ 156,00

Estado e partidos políticos no Brasil — A formação do sistema partidário brasileiro desde 1930 até 1964.

Ref. 05 — 178 pp.
Cr$ 145,00

História das lutas sociais no Brasil — O depoimento de um dos primeiros militantes do movimento operário no Brasil entre os anos de 1910 e 1930.

Ref. 06 — 330 pp.
Cr$ 198,00

Uma vida em seis tempos — Memórias de um historiador militante, revelando os fatos que caracterizaram os desvios por que passou o PCB.

Ref. 07 — 309 pp.
Cr$ 186,00

ATENÇÃO

Nos pedidos superiores a Cr$ 1.000,00, você receberá um livro grátis, à sua escolha, entre os títulos deste anúncio.

10 dias que abalaram o mundo — A mais famosa reportagem sobre a revolução russa de 1917 e a tomada do poder pelos bolcheviques.

Ref. 08 — 315 pp.
Cr$ 90,00

A ilha — A primeira reportagem brasileira sobre Cuba, desde o bloqueio. 15ª edição, 120 mil exemplares vendidos. Ilustrado.

Ref. 09 — 208 pp
Cr$ 70,00

A sangue quente — A morte de Vladimir Herzog. "Um dos trabalhos mais dignos do jornalismo brasileiro" (Mino Carta).

Ref. 10 — 99 pp.
Cr$ 40,00

Quatro olhos — Romance documental sobre a geração "Maria Antonia", neurotizada pela repressão policial.

Ref. 11 — 188 pp.
Cr$ 115,00

A saída do primeiro tempo — Um romance sobre o futebol e o cotidiano das cidades. O teatro do povo, que é o futebol, se confunde com o teatro da vida.

Ref. 12 — 182 pp.
Cr$ 126,00

Em câmara lenta — Romance de ficção política baseado na experiência dos guerrilheiros urbanos do fim década de 60.

Ref. 13 — 176 pp.
Cr$ 145,00

Cadeia para os mortos — Coletânea de contos de ficção política: a repressão e o terror, como conseqüência do AI-5.

Ref. 14 — 100 pp.
Cr$ 100,00

O messianismo no Brasil e no mundo — Um dos mais importantes estudos de Sociologia Rural brasileira, em 2ª edição revista e aumentada.

Ref. 15 — 440 pp.
Cr$ 252,00

Mataram o presidente! — A revelação da verdade sobre a morte de Getúlio, o crime da rua Toneleros e "a República do Galeão".

Ref. 16 — 140 pp.
Cr$ 110,00

Fronteiras — Reportagem sobre géo-política brasileira: uma viagem às fronteiras desconhecidas do Brasil.

Ref. 17 — 230 pp.
Cr$ 150,00

Notícia: um produto à venda — O processamento da notícia, a indústria dos comunicações, o dia-a-dia dos jornais.

Ref. 18 — 194 pp.
Cr$ 150,00

Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil — As relações entre o café e a indústria. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro e suas contradições.

Ref. 19 — 120 pp.
Cr$ 100,00

A luta pela industrialização no Brasil — Análise da industrialização no Brasil, desde a Regência até os governos de Artur Bernardes e Washington Luiz.

Ref. 20 — 224 pp.
Cr$ 120,00

Minha vida e as lutas do meu tempo — Depoimento sobre a história política do Brasil, dos anos 20 até a atualidade.

Ref. 21 — 260 pp.
Cr$ 198,00

Combates e batalhas — O depoimento pessoal de um ex-dirigente do PCB, sobre a vida operária brasileira, do começo do século aos anos 30.

Ref. 22 — 408 pp.
Cr$ 246,00

A expressão amazonense — A realidade cultural da Amazônia desmistificada, através de uma visão crítica e penetrante, do colonialismo a nossos dias.

Ref. 23 — 218 pp.
Cr$ 162,00

Sete ensaios de interpretação da realidade peruana — A primeira manifestação verdadeiramente significativa da sociologia crítica e militante na América Latina.

Ref. 24 — 257 pp.
Cr$ 186,00

Textos — Volume 1 — Ref. 25 — 254 pp. Cr$ 150,00 — Volume 2 — Ref. 26 — 214 pp. Cr$ 150,00 — Volume 3 — Ref. 27 — 381 pp. Cr$ 198,00

LANÇAMENTOS

O problema do sindicato único no Brasil — Uma obra em defesa da autonomia sindical no Brasil.

Ref. 28 — 403 pp.
Cr$ 282,00

Vida de um revolucionário — Autobiografia de um revolucionário de 30, chefe da insurreição de 1935 e ex-militante do PCB.

Ref. 29 — 416 pp.
Cr$ 252,00

O caso eu conto como o caso foi — Da coluna Prestes à queda de Arraes — As memórias políticas de um ex-deputado comunista pernambucano. 2ª edição.

Ref. 30 — 409 pp.
Cr$ 234,00

Tempo de ameaça — Romance de ficção política que focaliza a autobiografia de um exilado político brasileiro.

Ref. 31 — 112 pp.
Cr$ 90,00

Cuba hoje — Uma nova reportagem sobre Cuba e os 20 anos de sua revolução, desvendando pormenores ignorados do cotidiano da ilha de Fidel. Ilustrado com 39 fotos.

Ref. 32 — 177 pp.
Cr$ 162,00

Os exilados — Reportagem sobre as vicissitudes sofridas pelos 5 mil brasileiros no exílio, à espera da anistia política.

Ref. 33 — 129 pp.
Cr$ 110,00

Ensaio geral — Depois de Em câmara lenta, este livro retoma o problema da guerrilha urbana no Brasil. O que aconteceu com os que ficaram "de fora"?

Ref. 34 — 144 pp.
Cr$ 115,00

EDITORA ALFA-OMEGA LTDA.
05413 — Rua Lisboa, 502 — Tel.: 853-4489 — São Paulo — Capital

NOME _____
ENDEREÇO _____
CEP _____ CIDADE _____ ESTADO _____
DATA _____ ASSINATURA _____

Solicito o envio pelo Reembolso Postal dos livros de sua publicação cujas referências vão abaixo assinaladas.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34

Se o meu pedido for superior a Cr$ 1.000,00 enviem-me, livre de quaisquer despesas e inteiramente grátis o livro de referência ☐

SM — Merchandising & Promoções

A volta da UNE

De Ibiúna a Salvador

Luiz Henrique Romagnoli
Tânia Gonçalves

ALFA-OMEGA
1979

Agradecemos a colaboração de Walter Salton Vieira, Roberto Gonçalves, Ana Maria Tahan, Maria Inês Caravaggi, Cristina Pinheiro Machado, Augusto Nunes, Newton Vita Aguiar, Idibal Piveta, Luis Eduardo Greenhalgh, Maria Eugênia Affonso, Aldo Diógenes Lista, Delair Fernandes de Aguiar e Dainis Karepovs.

História Imediata é uma publicação da Editora Alfa-Omega Ltda./ Administração e Correspondência: 05413 Rua Lisboa, 502, tel. (011) 280-9972 e 64-4622, São Paulo, Capital./ Todos os direitos reservados./ Composição: Irmãos Milesi Ltda. / Impressão: Monsanto Ed. Gráfica, Ltda./ Distribuída pela Abril S/A. Cultural e Industrial.

Redatores
Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves.

Arte-Produção
José Santana Matias.

Capa
Vera Altenburg.

Copydesk/Revisão
Julio Cezar Garcia, Jorge Vasconcelos

Fotos
Newton Vita Aguiar, Tânia Gonçalves, Luiz Henrique Romagnoli, Abril Press e Carlos Namba.

Tiragem 30.000 ex.

ÍNDICE

Apresentação 3

Prefácio 4

Das Ruas, com o povo, à clandestinidade 7

Os estudantes voltam às ruas. Os policiais também 23

79 — O ano da UNE 37

Enfim, o congresso 45

O que pensam os estudantes? 67

A UNE de ontem e de hoje 83

APRESENTAÇÃO

A reconstrução da UNE

Era manhã de 29 de maio de 1979 quando um ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, José Serra, declarava "instalado o XXXI Congresso da UNE", no Centro de Convenções da Bahia. Era o Congresso de reconstrução da UNE, a entidade que o regime instituído em 31 de março de 1964 condenara à ilegalidade e que seria destruída em 1971, depois de sobreviver durante dois anos na clandestinidade.

A grande imprensa não deu muita ênfase aos acontecimentos, dedicando pouco espaço ao Congresso de Salvador. Mas produziu editoriais falando em falta de representatividade, saudosismo. Não faltaram nem mesmo os que apontaram a insensibilidade política dos estudantes, reorganizando uma entidade que poderia comprometer a "abertura" prometida pelo Presidente da República, general João Baptista de Figueiredo. Outros, ao contrário, concluíram que a UNE, sem uma diretoria plena, não chegaria a preocupar o governo pois, empenhada na preparação das eleições no segundo semestre, não teria condições de desencadear lutas importantes, pelo menos a curto prazo.

Sem dúvida, o XXXI Congresso apresentou falhas. A preparação não fora perfeita e muitos temas — como a questão da universidade e a análise da realidade brasileira — foram debatidos apenas superficialmente. Nem se poderia esperar que, depois de anos de repressão, de falta de liberdade de organização e manifestação, a UNE renascesse magicamente das cinzas, com a mesma força e importância que tivera durante décadas e mesmo em 1968, já na ilegalidade e às portas da clandestinidade. Os sete mil estudantes — 2.300 dos quais delegados — que se reuniram em Salvador, em 29 e 30 de maio de 1979, reorganizaram sua entidade nacional que, acreditam, se fortalecerá na medida do desenvolvimento das lutas e campanhas e da própria discussão das conclusões do Congresso em cada escola, com a massa dos companheiros.

A reconstrução da UNE, no entanto, representava a vitória — não final — mas de qualquer forma uma vitória, numa batalha de muitos anos e de muitas vítimas. Muitos morreram. Alguns permanecem nas prisões políticas. Outros, aguardam, no exílio, a anistia ampla, geral e irrestrita. Era a primeira das organizações de âmbito nacional e com caráter de massa, destruída pelo regime implantado em 1964, a reorganizar-se. Não como resultado apenas da mobilização dos estudantes, das passeatas nas ruas, das lutas por liberdades democráticas, pela liberdade de organização e expressão, pelo fim da ditadura militar, pela anistia e pela Constituinte. A mobilização dos trabalhadores por melhores salários, liberdade sindical e contra a legislação trabalhista — as greves de operários, professores, médicos, funcionários públicos —, a organização de outros setores na luta pelas mesmas liberdades democráticas, desempenharam papel fundamental na transformação da conjuntura política que permitiu a realização do Congresso de reconstrução da UNE.

O regime, certamente, não autorizou o encontro e apressou-se em lembrar que "a UNE é ilegal". Mas também não pôde impedi-lo e, menos ainda, reprimi-lo, como fizera em 1977, quando da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em vez disso, o governador da Bahia cedeu o Centro de Convenções para a realização do Congresso, enquanto o Ministério da Educação acenava com o projeto de extinção dos decretos 477 e 228.

É claro que o governo não incluiu nesse projeto a liberação para a organização das entidades estudantis estaduais e nacional e nem reconhecerá a UNE como um interlocutor político. Mas terá de conviver com ela e com as campanhas contra o ensino pago e por mais verbas para a educação e outras como pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela Constituinte, aprovadas no Congresso de Salvador.

O objetivo deste trabalho é reconstituir a trajetória do movimento estudantil nos últimos dez anos — um assunto "tabu" na imprensa, durante os anos de censura. Para resgatar essa história é preciso recorrer aos depoimentos de testemunhas, aos arquivos de algumas entidades estudantis e a ex-líderes do movimento. São poucas as publicações sobre a história do movimento estudantil, assunto que só volta às páginas dos jornais em meados de 1974.

Luiz Henrique Romagnoli
e Tânia Gonçalves

PREFÁCIO

De Ibiuna a Salvador

O movimento estudantil ocupa um lugar de destaque na história das lutas do povo brasileiro rumo a sua emancipação. Nossa história é a história de uma juventude que nunca vacilou em se colocar ao lado dos oprimidos e explorados de nossa sociedade, abraçando com firmeza, nos mais diversos momentos da vida do país, as bandeiras da justiça e da liberdade. Há poucos dias, com o esforço do conjunto dos estudantes brasileiros e o apoio de todos os setores populares e democráticos, fizemos de Salvador o palco de mais um desses momentos históricos: o 31.º Congresso da União Nacional dos Estudantes, a gloriosa UNE, instrumento e símbolo desta combativa participação.

Dos dois mil e trezentos braços erguidos no Congresso de Salvador, representando um milhão e trezentos mil estudantes brasileiros, renasceu a UNE. Em vão os ditadores tentaram, a sangue e a cacetete, apagar sua lembrança da memória da nação. É inutil querer parar a História. Retomamos nossa tradição de lutas. Reerguemos nossa entidade. A UNE, que foi a primeira voz no país a se levantar contra a ameaça do nazi-fascismo. A UNE da campanha do "O Petróleo É Nosso". A UNE dos Centros Populares de Cultura. A UNE que lutava sem tréguas pela melhoria das condições de ensino, reivindicando o ensino público e gratuito em todos os níveis. A UNE que, há quase vinte anos, denunciava o caráter elitista e antipopular do ensino universitário brasileiro, apontando o caminho para uma Universidade democrática, voltada aos interesses do povo. A UNE, que, no dia 1.º de abril de 1964, saía às ruas para combater a ditadura. A UNE que sobreviveu ao incêndio de sua sede no Rio de Janeiro, às prisões, ao exílio, às violências de todo tipo. A UNE da Passeata dos Cem Mil. UNE que, de Ibiúna a Salvador, nunca deixou de pulsar no coração de cada estudante brasileiro.

Orgulhamo-nos desse passado. Não foi à toa que quando certos figurões do regime levantaram a possibilidade de talvez até permitirem nossa reorganização a nível nacional, desde que abandonássemos esta sigla — UNE —, não aceitamos. Decidimos retomar o fio que nos liga aos estudantes que lutaram antes de nós. Ao mesmo tempo, reafirmamos a independência de nossa entidade, reconstruindo uma UNE que só

deve satisfações aos próprios estudantes.

A UNE que agora renasce é, portanto, uma UNE de compromisso. Poderemos até ser novamente destroçados pela repressão — como fomos em 1969 —, mas não trairemos nossa opção em favor do povo e dos estudantes. Porque a UNE de hoje está erguida sobre a memória de Honestino Guimarães, nosso último presidente, de Helenira Rezende, de Alexandre Vannucchi Leme e tantos outros colegas que, como eles, tombaram pela causa da liberdade. Não esquecemos estes exemplos, e dizemos, de cabeça erguida, que seguiremos pelo mesmo caminho. Nossa estrada é a mesma estrada.

Foi assim desde o reinício de nosso movimento, após a destruição da última diretoria da UNE, gestão 69/70 — companheiros que souberam cair de pé, sob os golpes da repressão. A reconstrução das entidades de base, o primeiro passo. O plebiscito contra a implantação do ensino pago na USP em 1972 (como se vê, esta história já é velha). A missa por Alexandre Vannucchi Leme, em 73. As greves da ECA (USP) e da Universidade Federal da Bahia, 75. Depois, a reconstrução dos DCEs, em todos os cantos do país, e, já em 76, realizamos o I Encontro Nacional de Estudantes, caminho aberto em direção à UNE.

1977: a grande explosão estudantil. As passeatas sacudiram o país. Em Belo Horizonte, a polícia na rua para impedir o III ENE, realizado depois em São Paulo, criando-se a Comissão Pró-UNE. Colegas presos, espancados, alguns gravemente feridos. É o preço da reconstrução da UNE. Não esqueceremos.

Difícil e cheio de obstáculos, foi este o caminho percorrido até chegarmos a Salvador. Mas nosso esforço valeu a pena. Nada conseguiu deter os estudantes brasileiros. Dez anos depois, a UNE volta com toda força, respaldada na unidade de todos os setores oposicionistas da sociedade, presentes ao Congresso.

Realizamos um Congresso amplo e democrático, o mais representativo de toda a história da UNE. Todos os estudantes, independente de suas idéias e convicções políticas, puderam apresentar suas propostas e discuti-las com os colegas, em assembléias, congressos internos e votações em urna, realizados na maioria das faculdades do país. Uma lição prática de democracia, a democracia que há tantos anos é negada ao povo brasileiro.

A consolidação da unidade dos estudantes foi, talvez, o saldo mais importante do Congresso. As diferenças de propostas (indispensáveis ao exercício da democracia) não nos impediram de estarmos unidos, solidamente, na reconstrução de nossa entidade, em sua defesa, todas as vezes que ela se viu ameaçada. Quando elementos provocadores tentaram sabotar o Congresso, apagando as luzes e jogando um pó químico de efeito semelhante ao das bombas de gás, permanecemos no escuro, repetindo a orientação da mesa e cantando o hino da UNE. Unidos, vencemos. A UNE reconstruída começa a se tornar realidade.

Ao agradecermos a todos os que contribuíram para esta conquista, dois setores merecem uma referência especial. Um é o combativo povo de Salvador, que, com sua acolhida, calorosa e hospitaleira, criou condições para que fizéssemos com êxito o Congresso. Outro, são os nossos companheiros da imprensa, que acompanharam passo a passo nossa caminhada rumo à UNE. Quantos jornalistas vimos serem agredidos pela polícia em seu esforço para divulgar nossas manifestações? Não fosse este trabalho, quase sempre anônimo, nosso movimento não teria obtido a mesma ressonância em seus diversos momentos. Apesar de muitas vezes terem suas matérias distorcidas pelos donos dos jornais comprometidos com o atual estado de coisas, sempre reconhecemos nos jornalistas um papel muito importante para as lutas populares, que merece ser ressaltado.

Esta revista, organizada pelos repórteres Tânia Gonçalves e Luiz Henrique Romagnoli, vem prestar um importante serviço à população e, em especial, aos estudantes brasileiros, quanto à divulgação e o debate do que foi o 31.º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Tânia e Luiz Henrique viajaram conosco na caravana a Salvador, enfrentaram barreiras na estrada e conversaram com dezenas de colegas sobre a situação do nosso movimento. Deste trabalho resultará, temos certeza, uma valiosa contribuição para o fortalecimento da UNE.

União Nacional dos Estudantes
Diretoria Provisória

Sede da UNE no Rio de Janeiro, praia do Flamengo — 1949.

Os protestos contra a morte de Edson Luís em São Paulo.

Das ruas, com o povo, à clandestinidade

Em 1968, o ápice da reorganização estudantil depois da Revolução de 1964. As passeatas, a prisão em Ibiúna, a clandestinidade e o longo período de refluxo.

"Quatro anos haviam se passado desde o golpe de 64, mas 68 já tinha uma larga consciência diante de 64. Foi o tempo de arrocho salarial, da desmobilização sindical, das cassações, do fantasma da tortura. Tudo isso fez 68 encontrar um forte anseio popular. Na realidade, 68 foi um grito. Ousado, desorganizado. Mas foi um grito congregador. Foi também um grito ufânico, porque de jovens que, jogando apenas a palavra contra as armas, tornaram autêntico um movimento que, em essência, era nacionalista. E esse movimento se expandiu de tal maneira que, não sendo fácil lidar com tanta força, o Governo precisou adotar medidas extremas como o AI-5, e o decreto-lei 477 e a Lei de Imprensa."

(Depoimento do ex-padre João Batista Ferreira – integrante da Comissão dos "100 mil" que em 1968 foi ao presidente Costa e Silva pedir a reabertura do Restaurante do Calabouço e a libertação dos presos – ao jornal *Flagrante* de março/abril de 1978).

Os estudantes haviam lutado pela troca de professores, reformas de laboratórios, aumento do número de classes, instalação de bibliotecas e Centros de Cultura. Haviam exigido a reformulação dos currículos e participação na direção da Universidade. Tinham – desde 1964 –, após árdua luta, reorganizado suas entidades independentes – a UNE, as UEEs, DCEs e CAs. Lutavam pelo direito de participar da vida políti-

ca nacional e, junto com o povo, definir qual política e qual governo o Brasil teria.

Logo no início de 68, os estudantes se defrontavam com um corte de verbas, cuja conseqüência imediata era o aumento das anuidades, dos preços dos restaurantes e materiais escolares, taxas nas universidades antes gratuitas. As condições de ensino se deterioraram ainda mais, com a insuficiência das salas de aula, laboratórios e bibliotecas.

A nível de escolas e universidades os estudantes iniciavam seus protestos. Mas foi a repressão, no Rio de Janeiro, à luta dos estudantes do Colabouço, tradicional restaurante estudantil, que culminou com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, que deflagrou, em todo o país, a luta estudantil, com toda a sua força acumulada, agora não apenas contra a política educacional do governo, mas contra o próprio governo.

Um tiro no peito

Edson Luís foi assassinado no dia 28 de março. Ele fazia parte do grupo de estudantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço que, havia meses, reivindicava melhoria da qualidade da comida do restaurante e conclusão das obras do prédio, paralisadas havia sete meses. Naquele dia, eles teriam um encontro com o governador Negrão de Lima, que decidira recusar o diálogo. Prepara-se uma manifestação. Muitos ainda estavam comendo quando a Polícia Militar cercou o local. O tiroteio começou em poucos minutos.

Em seu livro, *O poder Jovem,* Arthur José Poerner descreve esses acontecimentos: "O assassinato confirmava as previsões (...) sobre o aumento que vem se verificando na violência posta em prática, contra os estudantes, pelo esquema de repressão policial. As marcas de balas nas paredes do restaurante do Calabouço, bem como os sinais de depredação no recinto, tornavam quase inacreditável que a ação policial — desencadeada de surpresa, quando numerosos alunos faziam refeições — só tivesse produzido a morte de um estudante. Logo surgiu a explicação do general Oswaldo Niemeyer Lisboa, superintendente da Polícia Executiva, para a barbárie do massacre: 'A polícia estava inferiorizada em potência de fogo'. O militar revolucionava toda a teoria sobre armamentos, ao considerar garfos, colheres, bandejas e facas de cozinha armas mais poderosas do que revólveres e pistolas calibre 45. Quanto aos motivos pelos quais determinara o envio da tropa da PM ao restaurante, alegou que tivera conhecimento de que o estudante Elinor Brito, líder do Calabouço, preparava uma passeata pela cidade, 'visando, principalmente, à embaixada dos Estados Unidos'.

Encaminhei-me — prossegue Poerner — aos primeiros minutos da madrugada de sexta-feira à Assembléia Legislativa, onde grande multidão velava, dentro e fora do prédio, o corpo de Edson Luís de Lima Souto. Tratava-se de um menino ainda — completara dezoito anos no dia 24 de fevereiro — parecia baixinho, a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nortista. (...) Os estudantes exigiram que a autópsia fosse realizada nas próprias dependências do Palácio Pedro Ernesto, não obstante as ponderações do advogado Sobral Pinto, temerosos de que o cadáver de Edson Luís desaparecesse, como tantos outros, depois de 1.º de abril de 1964. Nas escadarias externas, os oradores se sucederam ininterruptamente, exigindo a punição dos assassinos e denunciando o crime como reflexos do regime instaurado no Brasil pelo movimento que depôs Goulart. Coroas de flores se multiplicaram rapidamente, exprimindo o pesar e a solidariedade de artistas, jornalistas e inúmeras outras categorias profissionais. (...) A manhã chegou sem que a multidão tivesse arredado pé. Ao contrário, a massa humana crescia e se espraiava pelas imediações da Assembléia. Populares desfilavam — e mulheres desmaiavam — diante do corpo. A tarde encontrou, segundo estimativas da equipe de reportagem do *Correio da Manhã,* centenas de milhares de pessoas na Cinelândia. E foi essa multidão que, às 16 horas e 30 minutos, formou o cortejo — somente comparável ao do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954 — para acompanhar Edson Luís de Lima Souto ao seu túmulo, no Cemitério de São João Batista. Coberto pela Bandeira Nacional, o caixão desceu as escadarias da Assembléia sob os acenos de milhares de lenços brancos. O povo entoava o Hino Nacional. Do alto dos edifícios caíam pétalas de flores e papéis picados, a multidão gritava 'desce, desce!' para os que, nas janelas, se limitavam a içar bandeiras negras. Muitos desciam e se integravam no acompanhamento. Mas, os gritos mais ouvidos — igualmente inscritos em centenas de faixas — eram 'Poderia ser seu filho!', 'Fora assassinos!,' 'Brasil, seus filhos morrem por você!', e — os mais cons-

tantes de todos — 'Abaixo a ditadura fascista!' e 'Povo organizado derruba a ditadura!'.

Três horas e meia depois, percorridos os seis ou sete quilômetros do trajeto, o portão do cemitério era forçado pela multidão que portava velas e folhas de jornais incendiadas para iluminar as ruas escuras. Reinava silêncio completo. O povo só voltou a assoviar o Hino Nacional depois de entrar no São João Batista. Quando o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior da necrópole ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: 'Neste luto, começou a luta'. Era o sinal de que a maior manifestação popular brasileira pós-abril de 64 teria seqüência".

Um mês depois da morte de Edson, o Governo Federal anunciava a extinção definitiva do restaurante Calabouço.

Nos dias posteriores à morte de Edson sucederam-se as passeatas de protesto e não apenas no Rio, mas também em São Paulo, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Curitiba.

No dia 1.º de abril, quarto aniversário da Revolução de 64, as manifestações no Rio de Janeiro deixaram um saldo de dois mortos — (o estudante Jorge Aprígio de Paula e o escriturário David de Souza Neiva), 99 feridos e 231 presos. Tropas federais, do Exército, Marinha e Aeronáutica haviam ocupado a cidade. Em Goiânia, o estudante Ivo Vieira foi morto com um tiro de fuzil na cabeça e, no dia seguinte, dois outros estudantes foram gravemente feridos a bala pela Polícia, dentro da Catedral onde pediam ao arcebispo a celebração de uma missa pela alma do companheiro assassinado na véspera.

Dois meses depois, novas mortes ocorreriam no Rio de Janeiro, no confronto entre estudantes e policiais, que ficaria conhecido como a "Sexta-Feira Sangrenta". Era 21 de junho. Depois de uma concentração em frente ao MEC, os estudantes seguiam em passeata em direção à avenida Presidente Wilson. Páram em frente à embaixada americana. Dois policiais de plantão começam a atirar. Os estudantes correm e jogam paus, pedras, ferro, quebrando os vidros do prédio. Na esquina da avenida Rio Branco um agente do DOPS dispara o revólver contra três moças — uma morre, duas ficam feridas.

As ruas do Rio são ocupadas pela Polícia. Os tiroteios se repetem. Os estudantes reagem às balas com pedras, tijolos. Das janelas o povo vaia a polícia e atira cinzeiros, copos, carimbos. Na avenida Rio Branco os estudantes conseguem erguer duas barricadas com pedras e material de construção. A polícia avança. Durante duas horas a avenida se transforma numa verdadeira batalha campal. Na Praça XV, viaturas policiais são queimadas. A "guerra" só terminaria às 8 da noite com um saldo de mil prisões e 28 mortos (segundo informações dos hospitais). Ou 3, segundo a versão oficial.

Cem mil nas ruas

Quatro dias depois, intelectuais, padres, comerciários, bancários, políticos, estudantes se

Estudantes velam o corpo de Edson Luís

Enterro de Edson Luís

Em Brasília, os estudantes inauguram uma praça com o nome do estudante morto no Calabouço

As manifestações de protesto contra a morte de Edson Luís se repetem em todos os Estados

uniriam numa manifestação de protesto contra as mortes, as prisões, a violência policial. A passeata — que se tornaria conhecida como a "Passeata dos 100 mil" — saiu da antiga Esplanada do Castello, passou pela Cinelândia, subiu a avenida Rio Branco indo até a Uruguaiana. O protesto paralisou o Rio de Janeiro durante quase todo o dia 25 de junho. Desta vez, sem repressão policial.

"Essa manifestação foi permitida — explica Jean Marc, presidente da UNE em 69, atualmente exilado em Paris — porque a escolha que o regime tinha era fazer um massacre. Quer dizer, jogar a polícia em cima de toda aquela gente resultaria em muitas mortes. Ou fazia um massacre realmente frontal ou então cedia. Acabaram cedendo."

Em praça pública foi escolhida a comissão dos "100" — o psicanalista Hélio Pelegrini; uma representante das mães, Irene Papi; o padre João Batista Ferreira e dois estudantes, Marcos Medeiros e Franklin Martins — que, uma semana depois, se encontraria com o presidente da República Arthur da Costa e Silva.

O incidente inicial do encontro com o presidentedente — o assessor não queria permitir a entrada dos dois estudantes que estavam em mangas de camisa — foi superado, mas o resultado da reunião, desastroso. Costa e Silva que, a princípio, se mostrava conciliador — soltaria os presos em troca da cessação das passeatas — deu por encerrada a reunião quando Marcos Medeiros perguntou — "Professor, o senhor vai ou não soltar os presos?"

Resultado: Costa e Silva resolve rejeitar os pedidos da Comissão, que reivindicava a libertação de todos os preços, a reabertura do restaurante Calabouço, fim da repressão policial e da censura artística.

Em outubro, o conflito Mackenzie X Filosofia da USP

Ninguém sabe exatamente como começou o conflito da rua Maria Antonia, no centro de São Paulo, entre os estudantes da Universidade Mackenzie e da Filosofia da USP, que culminou com a morte do secundarista José Guimarães. A versão mais corrente, no entanto, é de que "a origem do conflito foi um ataque a pedradas e ovos podres de estudantes do Mackenzie contra estudantes secundários ligados à União Brasileira de Estudantes Secundários — UBES — e universitários da Filosofia da USP, que faziam um pedágio na rua Maria Antonia para arrecadar fundos para o Congresso da UNE a ser realizado em São Paulo", como descrevia a *Folha de S. Paulo* de 3/10/68. O certo é que durante três horas, no dia 2 de outubro, estudantes das duas universidades lutaram: de um lado, 2.500 alunos da Filosofia, com coquetéis molotov, pedras, bodoques; do outro, 10 mil alunos do Mackenzie, com bombas de ácido misturado a cal virgem, rojões, mais pedras e bodoques.

Luís Travassos, presidente da UNE e José Dirceu, da UEE, lideravam os estudantes da Filosofia. Os do Mackenzie eram liderados pelo CCC, segundo um estudante do próprio Mackenzie,

Américo Nicolatti, em entrevista à *Folha de S. Paulo*.

Duas moças tiveram fortes queimaduras nas pernas e um estudante de Economia, Vinicius Gonçalves, recebeu um saco com ácido no rosto. Do lado do Mackenzie dois estudantes ficaram feridos: Ronaldo Tonini e Pio Pacini.

A polícia interveio, mas a luta prosseguiria no dia seguinte. Além do arsenal do dia anterior, rifles e revólveres. No início da tarde, o secundarista José Guimarães, mais dois companheiros, decidem entrar no prédio do Mackenzie sendo recebidos por uma rajada de balas. Uma delas atinge José Guimarães. Imediatamente cerca de 300 estudantes, liderados por José Dirceu — que empunha a camisa de Guimarães, manchada de sangue — saem em passeata que, durante duas horas, percorre as ruas centrais de São Paulo protestando pela morte do companheiro. Quatro carros da polícia são incendiados. No final da manifestação, 35 pessoas estão presas.

Enquanto isso, na rua Maria Antonia, a batalha continua. Só à noite terminaria, com a invasão da Faculdade de Filosofia pela tropa de choque da Força Pública. Por volta de 19 horas, a tropa ocupara, sem problemas, a Universidade Mackenzie. Os soldados haviam sido aplaudidos pelos estudantes, que continuavam atirando bombas Molotov contra a Filosofia. Às 21 horas, quando a tropa consegue ocupar a Filosofia, todos os estudantes já haviam abandonado o prédio pela rua lateral.

Ibiúna: a prisão das lideranças

O 30.º Congresso da União Nacional dos Estudantes, marcado para 9 de outubro, em Ibiúna, São Paulo, para a eleição da nova diretoria da entidade, acabaria se transformando num triste marco da história do movimento estudantil brasileiro. A prisão de quase todos os participantes, entre eles os principais líderes das manifestações de 68, representaria o início do mais longo período de refluxo do movimento. Depois de Ibiúna e da edição do Ato Institucional número 5 (em dezembro) e do decreto lei 477 (em fevereiro de 69) a UNE só conseguiria sobreviver por mais dois anos. E mesmo assim, na clandestinidade.

Nessa época, as duas principais tendências do movimento estudantil eram lideradas por Wladimir Palmeira que apoiava o então presidente da UEE de São Paulo, José Dirceu, para encabeçar a nova diretoria e por Luís Travassos (então presidente da UNE), cujo candidato era Jean Marc van der Weid.

A chapa liderada por José Dirceu defendia que a principal preocupação do 30.º Congresso deveria ser a reestruturação e a fixação de conceitos concretos de universidade. "Nosso programa — dizia Dirceu em entrevista ao *Jornal da Tarde* de 12/9/68 — tem como base a universidade. Mas não se limita à universidade. Há uma introdução em que se faz a crítica do Congresso da UNE do ano passado, o Congresso de Vinhedo. Depois, nós passamos para uma análise da política educacional da ditadura, para uma definição de universidade, um programa de ação que fala de reestruturação. Há ainda um capítulo sobre a estrutura da UNE, com a criação de secretarias regionais".

O programa lançado por Jean Marc afirmava que "a forma mais eficaz de luta do movimento estudantil são as manifestações de rua junto com os outros setores da população. Luta direta contra a opressão, de solidariedade a todos os setores populares atingidos pela ação da ditadura. Da mesma forma, frente às ameaças de golpes e decretação de sítio, devemos ver bem claro que são métodos das classes dominantes tentarem resolver as suas contradições internas e acentuarem a opressão contra o povo".

O 30.º Congresso seria realizado secretamente. A escolha do local e o esquema de segurança começara a ser preparado meses antes. Além do sítio de Ibiúna havia três opções de local: dois outros sítios no interior de São Paulo ou a Praia Grande, no litoral paulista. A idéia era espalhar, pelos quase 60 quilômetros da Praia Grande, barracas onde grupos de delegados debateriam os temas e escolheriam um representante que participaria da reunião final, em uma barraca maior. Os argumentos em defesa dessa idéia eram de que os delegados acampados não chamariam a atenção, pois já fazia calor e a moda do "camping" se difundia no litoral paulista. Além disso o abastecimento seria mais fácil.

Acabou porém prevalecendo o sítio Muduru, em Ibiúna, para a realização do Congresso, pois os delegados preferiram debater em conjunto, em detrimento da segurança e com maiores dificuldades de abastecimento. O sítio ficava a 25 quilômetros do centro de Ibiúna. Em pequenos grupos escondidos sob lonas, os delegados eram levados em jipes, peruas e camionetes. Eles desciam pouco antes do local e seguiam a pé por atalhos até uma casa onde era feita a triagem. Só prosseguia

quem tivesse a senha dada pela comissão de segurança. Os primeiros a chegar escavaram numa encosta do morro o que seria o "auditório" do Congresso, coberto por uma lona. O percurso era duro, as estradas lamacentas, a necessidade de chegar em pequenos grupos para não despertar suspeitas fez atrasar a ida dos delegados. O Congresso, marcado inicialmente para o dia 9, só teria início no dia 12.

João Medeiros, na época estudante de Geografia e membro da Comissão de Segurança do Congresso conta que houve falha no esquema de alimentação: "A comida tinha que ser feita nos panelões do CRUSP e comboiada para Ibiúna. Mas a comida acabou sendo insuficiente e os delegados acabaram se cotizando e foram à cidade comprar alimentos. Os delegados compraram todo o pão da padaria, na época 200 cruzeiros de pão, e isso atraiu as atenções. Através de estudantes que trabalhavam na polícia chegou ao CRUSP a informação de que a polícia invadiria o Congresso e foi passando de orelha em orelha, até chegar na Segurança. Porque somente as lideranças, que estavam no Congresso, sabiam quem era da Comissão de Segurança. Seis horas antes da invasão, à meia-noite, nós já havíamos montado um esquema para retirar todos os delegados antes que a polícia chegasse. Mas só conseguimos retirar uns trinta, pois os outros delegados duvidavam da informação ou achavam que se tratava de uma manobra de grupos para adiar a eleição. E deu no que deu".

Deu na prisão de 719 delegados, já que poucos conseguiram fugir pelo mato.

Os policiais do DOPS e da Força Pública chegaram por volta das 7 horas da manhã do sábado (dia 12). A maioria dos delegados ainda estava dormindo.

O sítio foi cercado e com algumas rajadas de metralhadora para o ar os policiais renderam os estudantes, sem dificuldade. A grande maioria dos presos (712) foi encaminhada para a Casa de Detenção (os paulistas) e para a Penitenciária Tiradentes (os de fora). Os 9 líderes — Wladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos, Antonio Ribas, Edson Soares, Franklin Martins, Paulo Steller, Luís Raul Machado e José Arantes — foram levados para o DOPS. Nos dias seguintes os delegados de outros Estados foram recambiados para seus locais de origem, enquanto os líderes permaneciam presos, com exceção de Jean Marc, que, dando nome falso, fora mandado para o Paraná.

Polícia prende. Estudante tenta se livrar. Rotina em 1968.

Policial agride estudante durante passeata de protesto pela morte do estudante na rua Maria Antônia.

"Flagrante preparado"

Apesar das versões de que o local do Congresso havia sido descoberto pela polícia devido à compra dos pães ou de que um caboclo das vizinhanças descobrira o Congresso e fora comunicar ao prefeito local, um documento secreto do DOPS encaminhado à delegacia de Ibiúna, prova que a polícia tinha conhecimento do local, 10 dias antes do início da reunião.

Segundo o advogado Idibal Piveta, que defende José Dirceu, o então delegado geral do DOPS, Ítalo Ferrinho, encaminhou, cerca de 10 dias antes do encontro de Ibiúna, um documento secreto ao delegado da polícia local, determinando que "caso notasse pessoas estranhas, movimentos suspeitos ou jovens cabeludos e de calça Lee na cidade não tomasse qualquer providência, pois queriam pegar todos no Congresso".

Esse documento está incluído no processo de Ibiúna. E, no início desse ano, quando do julgamento de Travassos, José Dirceu e Palmeira, serviu de base para um dos argumentos da defesa, segundo o qual o "flagrante foi preparado". Idibal Piveta lembrou, na ocasião, que o trabalho da polícia é preventivo e que, portanto, o Congresso poderia ter sido impedido antes, já que a polícia sabia de sua realização com antecedência.

Polícia prende estudantes durante manifestação em junho de 1968 no Rio

A polícia invade o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, na guerra da rua Maria Antônia.

Congresso de Ibiúna, 1968. Mais de 800 estudantes presos.

A rua Maria Antônia transformou-se em um campo de guerra.

João Medeiros, hoje vivendo no litoral catarinense, era um dos membros da segurança de Ibiúna.

O Conselho de Justiça Militar de São Paulo, no entanto, decidiu condenar os três líderes estudantis de 68 a 18 meses de prisão pela participação em Ibiúna.

CRUSP invadido

Nos dias seguintes são realizadas manifestações de protesto em todo o país: greves em Belo Horizonte, Fortaleza e Aracaju, passeatas em Florianópolis, Belém, Aracaju, Paraná e Rio de Janeiro. No dia 17, quando grande parte dos estudantes são soltos, é quebrada a incomunicabilidade dos líderes.

Luís Travassos, Wladimir Palmeira e José Dirceu seriam banidos do país no ano seguinte, em setembro, trocados pelo embaixador norte-americano seqüestrado, Charles Elbrick.

O ano de 68 terminaria com a invasão, por forças policiais, do CRUSP — Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo. Exército, DEOPS, Polícia Federal e Militar participaram da operação. Diversos estudantes permaneceram detidos durante meses, sem qualquer acusação. Dias mais tarde, em entrevista publicada pelo *Jornal da Tarde* de 27/12/78, o chefe do Estado Maior da 2.ª Divisão de Infantaria explicava a invasão:

"Eles preparavam o desencadeamento da guerrilha urbana".

A verdade, porém, é que o CRUSP se tornara um importante centro de debates dos estudantes e não interessava ao regime mantê-lo. Tanto que o CRUSP foi reaberto tempos depois, mas para alojar apenas pós-graduandos.

Depois de Ibiúna, a clandestinidade

A repressão ao Congresso de Ibiúna marca o início de um período negro para o movimento estudantil. As prisões em massa e o clima de terror policial tornam difícil qualquer tipo de participação dos estudantes em suas entidades, a maioria delas invadidas e fechadas. É um tempo de medo e silêncio.

"Do ponto de vista de impacto no movimento estudantil — declarou Jean Marc — presidente da UNE em 69, em depoimento a Cristina Pi-

Breve histórico da UNE

(1937-1968)

A União Nacional dos Estudantes foi criada na reunião do 1.º Conselho Nacional de Estudantes, promovido em 11 de agosto de 1937 pela Casa do Estudante Brasileiro, de quem a UNE seria apenas um órgão. Mas, logo no ano seguinte, no 2.º Congresso Nacional de Estudantes, apareceram as primeiras diferenças entre as duas entidades. Como resultado, a UNE foi despejada da CEB, passando a ter vida autônoma.

Mesmo sendo reconhecida oficialmente por Getúlio Vargas como a única entidade a nível nacional de representação estudantil, e ligada por decreto ao Ministério da Educação, a UNE, desde logo, assumiu posições políticas incômodas. Sua quinta diretoria foi eleita com uma plataforma anti-eixo e durante a II Guerra, foi das primeiras entidades a se manifestar pela entrada do Brasil na luta contra o nazi-fascismo. Antes mesmo do fim da guerra, a UNE se volta contra o Estado Novo, encaminhando campanha pela queda de Vargas. Em 1945, promove uma semana pela anistia, com manifestações em vários pontos do país. A anistia é decretada e o Estado Novo cai, depois das mobilizações, durante as quais morreria o 1.º secretário da UEE de Pernambuco, Demócrito de Sousa Filho.

O X Congresso, em 1947, marca a ascensão dos estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro dentro da UNE. Neste congresso tem origem a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo que, sob o título "O Petróleo É Nosso", mobilizou a opinião pública nacional e seria a responsável pela criação, em 1954, da Petrobrás.

De 1950 a 1956 inicia-se a fase conhecida como "período negro" ou "o tempo de Paulo Egydio", depois ministro do governo Castelo Branco e governador de São Paulo. Comandando a ala direitista do movimento, Paulo Egydio Martins, com a assessoria da estudante norte-americana Helen Rogers, especialmente enviada pelo Departamento de Estado dos EUA, apoiou a candidatura de Olavo Jardim Campos, que se elegeu presidente em 1950. Esta fase foi caracterizada pelo esvaziamento do movimento estudantil e as poucas iniciativas da UNE no prosseguimento de algumas campanhas — como a do monopólio do petróleo e greves de protesto contra a ineficiência da faculdade — só se deram por força dos dispositivos estatutários deixados pelas diretorias anteriores.

Com a eleição de José Batista de Oliveira Jr., a UNE dá por encerrada sua fase negra e, nas gestões seguintes, várias campanhas de caráter nacionalista são desenvolvidas, entre elas o movimento contra a American can, empresa americana que ameaçava a indústria brasileira de latarias.

A década de 60 traz um aumento da participação dos estudantes no debate da vida nacional com a criação da UNE-Volante, no mandato de Aldo Arantes, durante o qual foi ainda ativado o Centro Popular de Cultura, importante movimento cultural que revelou entre outros os teatrólogos Paulo Pontes e Oduvaldo Viana Filho e músicos como Carlos Lyra.

Com a revolução de 1964 a UNE é a primeira a sofrer com a repressão que se desencadearia. Sua sede no Rio é queimada e são dois estudantes os primeiros mortos nos combates contra o regime. Em outubro de 1964, o congresso aprova o projeto de extinção da UNE, que passava a agir na ilegalidade até 1968, quando, com a prisão das principais lideranças no Congresso de Ibiúna, se iniciaria um refluxo de muitos anos.

---

nheiro Machado — Ibiúna foi um desgaste enorme. Mas a prisão de 850 líderes gerou manifestações em todo o país e até uma greve nacional. Mas para a organização do movimento foi um buraco. Enfraqueceu muito."

O processo de eleição do novo presidente foi penoso. Realizar outro Congresso era impossível. Não bastasse o clima de violência, pairava sobre a cabeça de todos a ameaça da legislação de exceção — o AI-5 (de dezembro de 68) e o 477 (de fevereiro de 69). A solução encontrada foi a realização de minicongressos estaduais. Além das duas chapas que disputariam as eleições em Ibiúna — uma encabeçada por Jean Marc van der Weid (indicado pelo então presidente Luís Travassos) e a de José Dirceu de Oliveira e Silva (apoiada pelo presidente da UNE carioca, Wladimir Palmeira) — surgiu uma terceira, encabeçada por Marcelo Medeiros (do Rio). Em abril de 69 um congresso fez a contagem dos votos e deu a vitória a Jean Marc — presidente — e 9 vice-presidentes: Honestino Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes de Brasília; José Genuíno Neto, presidente do DCE do Ceará; Helenira Rezende, do Centro Acadêmico de Letras da USP; Gildo Macedo Lacerda, presidente do DCE de Minas Gerais; Humberto Câmara, da UEE de Pernambuco; Ronald Rocha, do Rio de Janeiro, José Carlos da Matta Machado.

Perseguidos pelo governo, os diretores da UNE eram obrigados a atuar na clandestinidade, usando nomes falsos, se movimentando com cautela. Os contatos eram limitados a alguns diretores de centros acadêmicos. Os encontros secretos, em residências, em "pontos" na rua.

Jean Marc defendia um "recuo tático" do movimento estudantil e a ativação das executivas nacionais por área de estudos, como forma de organização a nível nacional.

"Estas executivas ficaram meio em água morna durante um longo período. Em 69, achei que elas ganhariam um relevo novo, na medida em que eu considerava que um recuo faria com que as lutas de caráter nacional e político diminuíssem de vulto e que seria criado um espaço importante para a luta específica setorial. Se a UNE fosse capaz de organizar esses diferentes setores, as executivas seriam o melhor instrumento que teríamos para conduzir a luta por um largo período de repressão negra. Porém, o restante da diretoria considerava que o recuo enfraqueceria a entidade e que seria mais importante uma luta política de caráter geral. Então se tirou uma campanha de denúncia da visita do Rockfeller, em maio."

Os protestos contra a visita de Rockfeller durante os três dias de sua permanência no país foram praticamente os únicos ocorridos em 69. Enquanto ele estava em São Paulo, foram realizadas três manifestações. Numa delas, no centro da cidade, Honestino Guimarães depois de um discurso, queimou a bandeira norte-americana.

Em setembro de 69, Jean Marc foi preso no Rio e em janeiro de 71 era banido do país, trocado pelo embaixador suíço seqüestrado Giovanni Bucher. Os líderes de 68 — Luís Travassos, Wladimir Palmeira e José Dirceu — já estavam no exterior, também banidos. Em 1969, eles haviam sido trocados por outro diplomata seqüestrado, o embaixador norte-americano Charles Elbrick.

Durante algum tempo, a presidência ficou vaga até que os diretores decidiram indicar Honestino Guimarães para substituir Jean Marc. Nessa época, cada diretor era responsável por uma região do país — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Brasília e Minas Gerais. O presidente Honestino ficou com São Paulo, mas as reuniões mensais da diretoria eram realizadas no Rio. O jornal da UNE — *Movimento* — ainda existia e era distribuído com dificuldade. Apesar de tudo, em 1970 ainda foram realizadas manifestações de rua como a de 1.º de maio no largo da Concórdia, e do aniversário da morte de Edson Luís.

Nessa época, porém, muitos estudantes já adotavam a guerrilha como forma de luta. Da diretoria da UNE, Genuíno e Helenira engajaram-se na guerrilha do Araguaia. Ele foi preso; ela, morta em combate. Gildo Lacerda foi preso em 1973, na Bahia, junto com José Carlos da Matta Machado. Segundo os órgãos de segurança eles morreram em tiroteio. Humberto Câmara, como Honestino Guimarães, consta da lista de desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia. Ronald Rocha foi preso no Rio, em 1972.

"Onde está Honestino?"

Na mesa do Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador, 1979, havia uma cadeira vazia. Nela deveria estar sentado Honestino Monteiro Guimarães, último presidente da UNE (69 a 71). Preso no Rio, em outubro de 73, ele nunca mais foi visto. Seu nome consta das listas de desaparecidos de várias organizações de defesa da anistia. Se estivesse vivo teria completado 32 anos em março.

Segundo dados da Anistia Internacional, Honestino foi torturado quando esteve preso em Brasília e depois da prisão no Rio, foi visto pela última vez na OBAN (Operação Bandeirante, depois DOI-CODI), em abril de 74.

Acusado de "participação nas atividades da Ação Popular e de ter tomado parte em guerrilhas na cidade de Itauçu (Goiás), Honestino foi indiciado em IPM em 1968. Os órgãos de Segurança informam que ele respondeu a processo na Justiça Militar de Juiz de Fora em 1969, sendo condenado em junho de 76 a dois anos de reclusão. Na Justiça Militar de São Paulo foi condenado em maio de 1971 a oito meses, "por atividade junto à Ação Popular".

José Genuíno Neto, seu companheiro de diretoria na UNE, descreve Honestino como um presidente com muita seriedade ao encarar as lutas da UNE e com grande espírito de companheirismo. "Era uma convivência de apoio mútuo e muita solidariedade".

Quando Genuíno decidiu abandonar a UNE pela guerrilha do Araguaia, comunicou sua decisão à diretoria numa reunião em Campinas. Honestino estava presente: "Ele entendeu e me disse apenas: — A gente vai sentir a sua falta, mas sabemos que estamos juntos na luta e um dia a gente se encontra".

A diretora do Instituto Sedes Sapientae, madre Cristina Sodré Doria, conheceu Honestino em Brasília, onde foi dar uma palestra e manteve depois seguidos contatos com ele e outros líderes do ME. Ela conta que Honestino "sabia que ia

Honestino discursa durante uma das manifestações em Brasília em 1968.

A queima da bandeira americana, prática comum em 1968, como na foto, foi repetida nas manifestações contra Nelson Rockefeller, em 1969.

ser morto. Ele estava recebendo várias ameaças — por telefonemas à sua família ou através de companheiros que eram presos — e o recado era sempre o mesmo: se nós te prendermos, vamos te matar. Ele dizia sempre que se não aparecesse e nem desse notícias por uma semana, é porque estaria morto. Quando isso aconteceu eu tive certeza de sua morte".

"Uma coisa admirável em Gui era o respeito, o compromisso com os companheiros. Quando foi preso e torturado em Brasília, um companheiro de prisão contou que, para não falar, ele tentou engolir parte da própria camisa. Isso é um ato de heroísmo, mas quando se falava nisso, ele dizia que era obrigação de todo revolucionário. E perguntava: 'o povo não está sofrendo mais?'. Ele tinha muita coragem, otimismo e esperança, que para ele era a virtude do revolucionário. Tinha certeza de que o que estava fazendo ia desembocar num Brasil melhor. Tinha a personalidade de um verdadeiro líder, com um amor pelo povo e uma revolta pela sua condição de opressão e ignorância, que eram motivos para sua luta."

Honestino era casado e tinha uma filha, mas hoje, em São Paulo, ninguém sabe informar sobre sua família.

Antes de ser preso, Honestino Guimarães já havia escrito um testemunho pessoal e político, que chamou *Mandado de Segurança Popular*.

No *Mandado*, que reproduzimos a seguir, ele denunciava as ameaças que vinha sofrendo e garantia que não se entregaria:

"Por diversas vezes fui ameaçado de morte pelos chamados serviços de Segurança Militar, desde pelo menos 1971. Através de diversas fontes de vários Estados, chegou a mim esta ameaça para quando eu fosse apanhado.

A minha situação não é única. O passado recente da História de nossa terra infelizmente está repleto desses crimes; de vários exemplos de 'tiroteios' simulados e de 'atropelamentos' de pessoas, após terem sido presas pelos órgãos de repressão política. Além disso, esta ameaça pesa concretamente sobre várias outras pessoas que, como eu, são consideradas perigosas.

Acredito firmemente que estes dias de violência fascista serão superados pela luta democrática de nosso povo, e, em especial, dos trabalhoadores, do operariado. Ao mesmo tempo, não me iludo em relação ao teor da violência erigida em Estado Policial-Militar. Por isto lanço mão deste texto-denúncia, um verdadeiro Mandado de Segurança em relação às ameaças sofridas. Esta denúncia à consciência democrática dentro e fora do País é a única arma de que disponho, pois não deixarei de lutar, esteja onde estiver, por uma democracia efetiva para a maioria do nosso povo.

A partir de 1964, quando entrei na Universidade Nacional de Brasília, pude efetivar em manifestação coletiva toda uma consciência política gradual que vinha desde a infância. Inicialmente, a minha revolta se evidenciava numa crescente consciência nacionalista e social à qual, a partir do golpe de 64, se somou de forma irrevogável a consciência antiditadura.

As lições fundamentais do primeiro ano de vida universitária indeléveis., O terrorismo cultural vivido particularmente e a resistência a ele de pro-

Honestino Guimarães, o último presidente da UNE, ao lado de Luís Travassos, um dos líderes presos em Ibiúna.

fessores, alunos e funcionários. Uma concepção nova de ensino, ainda em caráter experimental, voltada para os reais problemas de nossa terra e nosso povo, com métodos democráticos, não expositivos e magistrais. A existência já efetiva de um real diálogo entre professor e aluno, sem a distância que o sistema catedrático colocava. Depois, a imagem de tudo isso calcada por uma bota militar. A demissão coletiva de quase todos os professores, a parada por vários meses e o vazio do reinício.

Foram estas as primeiras e fundamentais lições que me deu a Universidade. Foi também o ano da primeira prisão, quando com outros colegas, paralisávamos aula de fura-greves. Depois vieram outras, como a da manifestação de massas com que interrompemos uma cerimônia demagógica do embaixador americano que doava livros à biblioteca da Universidade Nacional de Brasília. Um mês antes eu sofrera a primeira prisão mais extensa (para os padrões da época) ao fazer pichações, isto no início de 1967.

Mais tarde, neste mesmo ano, fui novamente preso sob a acusação de participar de organização clandestina. Apesar de preso, foi lançada minha candidatura à presidência da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília.

A minha situação atual é de uma vida na clandestinidade forçada, há quase 5 anos. Neste tempo, sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de vinte e cinco anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968.

Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas de centenas de

Ministro do STM questiona morte de Al

Estudantes protestam com poema

Declaração de voto de ministro do STM reabre caso Vannucchi.

exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso País. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar da criação dos tribunais de execução, os tribunais militares. Depois a brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios, onde as confissões forçadas, arrancadas, são atribuídas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado.

Depois as farsas dos julgamentos, a intimidação do público, a impossibilidade de participação da imprensa, as pressões, sem número, aos advogados (quantos não foram presos e perseguidos). Enfim, bem semelhantes aos tribunais nazistas, que tantos protestos têm causado aos responsáveis pelo seu arremedo em nosso País.

Num desses processos, pela participação nas lutas estaduais de 1968 — onde as decisões eram tomadas coletivamente, em assembléias democráticas, em eleições com voto obrigatório pelo regimento da Universidade —, fui condenado, em 1970, a vários anos de prisão. Ou seja, mais um erro de direito. Julgar fatos de uma conjuntura passada com critérios de uma nova conjuntura (imposta, diga-se). Sem prova, sem maiores critérios se não o ódio cego.

Daí o porquê de não me 'entregar'. Não reconheço como 'justiça' o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo o mundo.

Tenho vivido estes anos por um ideal que vem se mantendo aceso, e creio, jamais se apagará — a luta pela causa do povo.

Os terroristas estão no poder

Sei que a luta será longa e árdua. Mas acredito firmemente na força da atuação coletiva das massas, e esta luta, sem a real participação das massas trabalhadoras, não nos levará a nada. Das tentativas de atingir estes objetivos através de uns poucos, decididos e corajosos por certo, mas sem o apoio e a participação popular, todas se mostraram fracassadas. As ações armadas de pequenos grupos, como assaltos (a bancos), atentados e seqüestros, revelam apenas um radicalismo inconseqüente que não leva a nada que não à radicalização artificial da repressão. Esta compreensão venho tendo desde que me fui comprometendo na luta do povo, não participei jamais dessas ações militares isoladas e sempre as critiquei e condenei. Sequer sou acusado disto pelas mentes férteis de invenções dos aparelhos repressivos. Mas refuto a acusação de 'terrorista', uma vez que os verdadeiros terroristas estão no poder e usam do terror para aí se manterem.

Esta tem sido a lição mais cara que tenho aprendido e se expressa num amor muito profundo à classe operária e ao povo brasileiro, assim como aos povos de trabalhadores de todo o mundo e num ódio muito profundo a todo este sistema de exploração de classe."

Medo e repressão

Como a UNE, os DCEs e UEEs viviam na clandestinidade. Os centros acadêmicos eram sucessivamente fechados pela polícia. Qualquer reunião de mais de uma dezena de alunos era motivo para justificar a ação repressiva.

"Não havia como se movimentar. A simples colocação de um cartaz contra o ensino pago exigia um cuidadoso esquema de segurança. A repressão era grande e todos tinham medo", conta o atual deputado estadual do MDB paulista, Geraldo Siqueira Filho, ao lembrar 1971, ano em que ingressou na Universidade de São Paulo.

Era em São Paulo, principalmente na USP, que havia uma certa resistência. Mesmo assim, as metralhadoras e viaturas da temida OBAN eram uma constante dentro do campus. Em 1971, por exemplo, a simples realização de um trote conjunto da USP, com um show de Abílio Manoel na Faculdade de Arquitetura, foi suficiente para que a polícia cercasse e invadisse o prédio em busca dos responsáveis.

As prisões continuavam. Mas as entidades acadêmicas relutavam: denunciar as prisões poderia significar o seu fechamento.

Nessa época foi criado o Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos, para tentar coordenar as lutas a nível da universidade. No segundo semestre de 71, os estudantes da USP realizaram um movimento de boicote ao restaurante universitário que duplicara o preço das refeições.

Em 1972, novas prisões, e o mesmo medo. A mesma repressão. Mas, os estudantes começam a se reorganizar. Logo no início do ano letivo os estudantes decidem protestar contra as instalações da Faculdade de Filosofia (que fora transferida da Maria Antonia para os barracos, na Cidade Universitária) e reivindicar a construção do prédio. Não com passeatas, nem concentrações, mas com uma fórmula original, mais adequada ao momento. Os calouros de 72 seriam recepcionados com uma chopada precedida do lançamento simbólico da pedra fundamental do novo prédio. Foram elaborados convites para a "solenidade" idealizada pelos estudantes e remetidos não só para o reitor Miguel Reale mas também à imprensa, na época sob censura prévia.

"Havia cerca de 3 mil estudantes — conta Geraldo Siqueira. O clima era de festa e havia um caminhão de chopp para depois do ato. Mas o policiamento era intenso, os carros da OBAN circulavam por perto e em vários pontos da Cidade Universitária havia muitos carros da Polícia Militar, com metralhadoras pesadas. O clima, já tenso, agravou-se quando alguém lembrou que naquela data o Partido Comunista Brasileiro comemorava seu cinqüentenário."

É também em 72 que os centros acadêmicos retomam a iniciativa de denunciar as prisões, quando alguns estudantes da Politécnica e da História são apanhados pela polícia. Seis centros acadêmicos assinam uma nota denunciando as prisões. Outras entidades se recusam a endossar o documento por considerar que isso poderia provocar o fechamento da entidade ou por acreditar que a atitude assustaria a massa do estudantado. No Rio de Janeiro, já haviam sido fechados alguns diretórios acadêmicos que protestaram contra prisões.

No dia 23 de junho, em uma reunião com 17 dos 26 CAs existentes na USP, foi criado o Conselho de Centros Acadêmicos, que no mês se-

guinte encaminhou um abaixo-assinado de solidariedade à greve de fome dos presos políticos de São Paulo. O CCA retomou a luta pelo ensino público e gratuito, imprimindo um caderno com informações sobre o tema e, em novembro, realizou um plebiscito, onde mais de 90 por cento dos estudantes consultados manifestam-se contra o ensino pago.

Em 72 e 73 realizam-se os primeiros encontros de estudantes por área — Engenharia, Medicina —, num princípio de coordenação interestadual entre os estudantes.

O caso Vannucchi

"O ano de 1973 — lembra Geraldo Siqueira, que fez parte do CCA — começa com prisões, inclusive a do Alexandre Vannucchi Leme, estudante da Geologia. Já havia denúncias acumuladas de prisões e assassinatos. Depois, a versão da polícia, no caso Vannucchi, era muito cínica. Imputaram-lhe um assalto num dia em que ele estava sendo operado. Outra ação lhe foi atribuída num dia em que saíra em excursão com os alunos da Geologia. Tudo isso gerou uma indignação geral."

Assembléias e manifestações de protesto são realizadas em diversas escolas. Os estudantes colocam faixas pretas na frente dos prédios. Os policiais as retiram.

A grande manifestação de protesto contra o assassinato de Alexandre ocorreria na Catedral da Sé, onde cerca de 4 mil pessoas participaram da missa celebrada pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Do lado de fora, centenas de policiais armados e fotógrafos da polícia.

"A TV Gazeta estava filmando tudo. A TV Gazeta estava a serviço da OBAN — diz o deputado Geraldo Siqueira. — Havia uma equipe que ficava fora da igreja, dentro do caminhão da Gazeta, enquanto as câmaras filmavam desde o altar focalizando banco por banco, pessoa por pessoa. Todos escondiam o rosto com o folheto da missa. A certa altura, o cardeal, sentindo o clima de tensão, pede que cessem as filmagens e fotografias.

Cerca de 30 estudantes foram presos à saída da missa ou dias depois. Durante todo o ano de 73, segundo Geraldo Siqueira, que também foi membro da primeira diretoria do DCE-livre da USP, foram efetuadas mais de 50 prisões.

A imprensa, sob censura, nada noticiou.

"A verdade ainda sobrevive"

"A tua liberdade voa. / Cortaram tuas asas. / A vida é um correr. / Queraram as tuas pernas. / Mãos, umas pedindo; / outras negando. / As tuas ofereciam. / Os algozes as alegemaram. / Corpos que se movimentam. / E agonizam na seleção natural / do cotidiano. / O teu, fizeram-no adormecer. / Nada disso traz medo. / O teu sangue corre nas veias / de teus muitos irmãos. / Eles não morreram / a verdade ainda sobrevive."

Esta poesia, foi feita por alunos da Geologia da USP em homenagem a Alexandre Vannucchi Leme, morto no dia 17 de março de 1973, após ter sido preso e levado para a OBAN. A versão oficial diz que ele foi atropelado quando tentava fugir, após ser levado para ter um "ponto" com um companheiro da Aliança Libertadora Nacional, à qual era acusado de pertencer. Seu corpo, no entanto, nunca foi devolvido à família. A única informação que obtiveram era de que Alexandre fora enterrado como indigente.

Sua família, que mora em Sorocaba, no interior de São Paulo, recebeu no dia 20 de março (três dias após a morte de Vannucchi) um telefonema anônimo dizendo "O Alexandre está preso no DOPS. Venham buscá-lo". Seu pai, José Leme, veio a São Paulo mas não encontrou o filho em nenhum órgão de segurança. No mesmo dia, ao ler a *Folha de S. Paulo*, viu a notícia da morte, na versão oficial. Jesé Leme conta sua ida ao DOPS:

"O delegado Fleury falou que foi suicídio. O outro, Edsel Magnotti disse que foi atropelamento. Eles nem tiveram tempo de combinar a mesma história. Dois dias depois, recebi o atestado de óbito todo rasurado, dizendo que a causa-morte fora "lesões traumáticas".

O caso voltou à tona quando, em novembro de 78, o advogado Mario Simas descobriu em um processo sobre o Partido Comunista do Brasil (PC do B) um voto vencido do ministro do Supremo Tribunal Militar, Rodrigo Octavio Ramos, em que ele pedia "a apuração de denúncias sobre torturas e sevícias que teriam sofridos alguns réus, culminando com a morte dos cidadãos Alexandre Vannucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli, de ampla repercussão nacional". O voto foi motivado pelo depoimento de seis companheiros de prisão de Alexandre, denunciando sua tortura e morte. Eles dizem que Alexandre foi torturado durante dois dias, até morrer.

Um outro preso, ouvido pelo advogado José Augusto Pereira, afirmou que "no final destes dois dias mandaram que a gente fosse para o fundo da cela para que não víssemos um preso que iria ser retirado de uma cela vizinha. Depois de retirado esse preso, vimos soldados lavando a cela e que insinuavam que ele havia se suicidado com gilete, o que não creio, pois toda a vez que nos era dado uma gilete para fazer a barba, era imediatamente devolvida após".

Reorganização

Depois da missa e das dezenas de prisões de líderes, o movimento estudantil declina, só voltando a se organizar no ano seguinte, depois de uma nova onda de prisões.

São realizadas assembléias e concentrações nas Faculdades de Ciências Sociais, Arquitetura e História e organizado um Comitê de Defesa dos Presos Políticos. O CDPP dispunha de departamento de propaganda e departamento jurídico, que eram acionados a cada nova prisão.

"Na quarta concentração — recorda o deputado Geraldo Siqueira — a Universidade foi cercada, os policiais esvaziaram a USP, cortaram a luz e bloquearam as saídas. Deixaram apenas uma. Nós saímos em grupo, tentamos transferir a manifestação para o largo São Francisco, que também estava tomado pela polícia.

Pouco tempo depois os estudantes foram soltos e o CDPP acabou se esvaziando.

As greves novamente

Para o movimento estudantil, o ano de 1975 seria diferente de todos os outros que o antecederam desde o fim da UNE. Já no primeiro semestre haviam sido realizadas greves no Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

A primeira e a mais importante foi a da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo que se tornaria ponto de partida para a formação de uma Comissão Universitária, embrião do DCE-livre da USP, o primeiro desde 68, criado no ano seguinte.

A greve da ECA foi deflagrada no dia 16 de abril, dois dias depois da decisão do diretor da Escola, Manuel Nunes Dias, de demitir quatro professores. Logo nos primeiros dias a maioria dos alunos aderiu ao movimento que pretendia a destituição do diretor, uma vez que essa não era sua primeira atitude arbitrária. Sua gestão era considerada desastrosa: desde que assumira o cargo as verbas da unidade haviam diminuído sensivelmente e com elas a qualidade do ensino.

Um abaixo-assinado pedindo a demissão de Nunes foi encaminhado à Reitoria, que se manteve irredutível: o diretor da ECA só sairia no final de seu mandato. Outras escolas da USP manifestariam seu apoio aos colegas da Comunicações e, depois de 23 dias de início do movimento e várias assembléias gerais, dez delas paralisaram suas atividades em solidariedade. No entanto, nem as greves, nem as três passeatas seguidas de concentrações em frente à Reitoria fariam com que o reitor Orlando Marques de Paiva mudasse de posição.

A greve durou três meses. O Nunes não caiu. Mas a mobilização da Comunicações marcou um momento importante do movimento estudantil. No debate político que se desenrolou a partir daí surgiram as primeiras tendências e, sobretudo, a consciência de que era necessária a reconstrução das entidades centrais de estudantes.

Pouco tempo depois, como saldo da mobilização na Universidade, era formada a Comissão Universitária que coordenaria as lutas do segundo semestre.

A mais importante delas ocorreu em outubro quando, depois de uma onda de prisões de operários, profissionais liberais, membros do MDB e estudantes, o jornalista e professor da ECA, Vladimir Herzog, morreu nas dependências do DOI-CODI, em decorrência de torturas. A versão oficial é de que ele cometera suicídio.

Depois de uma assembléia universitária, a USP e outras escolas entraram em greve. Junto de outros setores, os estudantes participaram de um culto ecumênico, celebrado na catedral da Sé, do qual participaram mais de 7 mil pessoas. Esse número, certamente, seria bem maior se a Polícia não houvesse armado um esquema de bloqueios de trânsito nas principais ruas da cidade. Era a primeira vez que a população manifestava pública e maciçamente seu protesto contra as torturas e prisões políticas.

Ainda em 1975 outra luta importante foi travada pelos estudantes. Desta vez, na Bahia, onde os alunos da Universidade Federal fizeram uma greve de 30 dias contra o jubilamento. Tropas policiais invadiram a UFBa e reuniões com mais de cinco pessoas eram dispersadas. No entanto, os alunos conseguiram com que 6, das formas de jubilamento, fossem extintas, permanecendo apenas o jubilamento por tempo máximo.

A caminho da reorganização

Mais importante que o resultado imediato das lutas travadas em 1975 — por melhores condições de ensino, contra o jubilamento e a queda de nível de ensino — em diversos Estados, foi o seu significado em termos de organização do movimento estudantil. Surgiram as primeiras tendências políticas do ME e os primeiros diretórios centrais de estudantes, desvinculados da burocracia universitária e independentes do decreto-lei 228.

São Paulo continua sendo o centro mais avançado em termos de mobilização estudantil. É na USP que, em março de 76, surge o primeiro DCE-livre do Brasil pós-68 — o DCE-livre Alexandre Vannucchi Leme. A Comissão Universitária formada no ano anterior transforma-se em Comissão Eleitoral. Em junho são realizadas as eleições para a diretoria, disputada por cinco chapas — Caminhando, Refazendo, Liberdade e Luta, Alternativa e Organizar a Luta.

A luta por mais verbas para a universidade, contra o ensino pago, pela democratização da universidade, entre outros, são pontos comuns das plataformas dessas tendências. A principal divergência é quanto aos limites da atuação do Movimento Estudantil. Enquanto Alternativa e Organizar a Luta defendem a luta contra a Política Educacional do Governo (PEG); Liberdade e Luta e Caminhando são favoráveis a uma luta mais ampla, pelas liberdades democráticas. Refazendo não assume essa palavra-de-ordem, mas fala em luta democrática.

A chapa eleita é Refazendo. Caminhando e Liberdade e Luta foram as outras duas mais votadas. As outras tendências, Alternativa e Organizar a Luta — pouco votadas —, se reuniriam no ano seguinte para formar a chapa Resistência.

Na Bahia, 76 também foi o ano de reconstrução do DCE, através de eleições livres e diretas. A partir daí o ME baiano se solidificou e, mais do que os outros Estados, conseguiu um grande entrosamento com vários setores da sociedade. No final desse ano era criado o Trabalho Conjunto de Salvador, uma organização da qual participam associações de bairrros, sindicatos, oposições sindicais, profissionais liberais, jornalistas, artistas e entidades estudantis, e que trava lutas comuns por melhores condições de vida e trabalho, melhoria do transporte, das condições de ensino e saúde e pela democracia. O Trabalho Conjunto de Salvador teve participação importante na preparação do Congresso de Reconstrução da UNE, que se realizaria na Bahia em 1979.

Ainda nesse ano, os estudantes realizam em São Paulo o I Encontro Nacional de Estudantes, com a participação de 600 universitários. Embora sem conclusões importantes, foi nele que os estudantes deram os primeiros passos para uma organização nacional. Além de marcar o II ENE, decidiram promover a Semana por Liberdades Democráticas. Na última semana de abril, debates sobre o assunto são realizados em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo.

Em 76, o voto nulo

A partir da criação do DCE-livre da USP, Alexandre Vannucchi Leme, a organização dos estudantes aumentou. Nos outros Estados se registraram as primeiras manifestações. Em Porto Alegre, no dia 16 de março, cerca de 2.000 estudantes, professores e funcionários deixaram de almoçar e jantar no restaurante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em protesto contra o aumento de 30% no preço das refeições. Em Brasília, em maio, os estudantes da UnB protestaram contra a suspensão das eleições do Diretório Acadêmico e proibição de debates sobre temas políticos como o decreto 477 e o AI-5. Isso levou o reitor, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo, a instaurar inquérito para apurar as responsabilidades pelas manifestações, apenas dois dias após ter assumido o cargo.

Finalmente, em 16 de outubro de 1976, os estudantes conseguem realizar em São Paulo, nos barracos da USP, o II Encontro Nacional de Estudantes que reuniu 281 delegados e mais de 500 observadores de 40 escolas de 8 Estados brasileiros (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Brasília, Rio de Janeiro e Pernambuco).

Dos três itens da pauta — Reorganização do Movimento Estudantil, Lutas a Serem Encaminhadas e Eleições Municipais de 15 de novembro, apenas o último foi objeto de discussão.

Depois de seis horas de debates os estudantes resolveram desenvolver uma campanha pelo voto nulo e realizar em 1 e 10 de novembro um plebiscito nacional por eleições livres. Noventa e seis por cento dos universitários consultados responderam "não" à pergunta da cédula — "Você considera estas eleições de 15 de novembro livres?".

As passeatas nas ruas, uma cena comum em 1977.

As passeatas estavam proibidas, mas os estudantes saíram às ruas na defesa de suas reivindicações.

77-Os estudantes voltam às ruas. Os policiais também

A proibição do governo às manifestações de rua. Prisões e torturas. A reorganização dos estudantes. A primeira UEE. O III ENE.

As passeatas dos estudantes nas ruas, de um lado, e a forte repressão policial, de outro, marcaram o ano de 1977: A Universidade de Brasília é ocupada por forças policiais; 8 estudantes e operários paulistas são presos durante as manifestações de 1.° de maio; em Minas Gerais, onde se realizaria o III Encontro Nacional de Estudantes, 850 pessoas são presas; a Universidade de São Paulo, para onde se transferira o encontro, é cercada pela polícia; o III ENE acaba se realizando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, também invadida pela polícia, com um saldo final de 500 detidos, 41 estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional e dezenas de feridos.

Apesar disso tudo, os estudantes conseguiram vitórias significativas. Depois de duas tentativas (Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de São Paulo), o III Encontro Nacional foi realizado na PUC, criando a Comissão Pró-UNE, com a função de encaminhar em todo o país o processo de reorganização da União Nacional dos Estudantes. No final de agosto, foi criada a União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE-SP), primeira entidade estudantil a nível estadual. A luta pela libertação dos presos de 1.° de maio levou estudantes e outros setores da sociedade a se organizarem e criarem o Comitê 1.° de Maio pela Anistia.

Dias agitados

No dia primeiro de abril, dois dias após a primeira passeata dos estudantes nas ruas de São Paulo, o presidente da República, general Ernesto Geisel, aciona o AI-5 para colocar em recesso o Congresso Nacional e introduzir uma série de medidas que modificavam a legislação eleitoral e judiciária. O "pacote de abril", como ficou conhecido, criou, entre outras coisas, a figura do senador biônico (eleito indiretamente e que constituiria um terço do Senado, garantindo assim a maioria arenista); modificou o critério de eleição indireta dos governadores de Estado (também para garantir a vitória da Arena na maioria dos Estados); manteve a Lei Falcão para todos os pleitos diretos e alterou a Lei Orgânica da Magistratura.

No dia seguinte, estudantes de todo o país aprovam manifestações de repúdio às reformas. A Tribuna Livre da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, em São Paulo, amanhece com uma tarja negra, simbolizando o luto dos universitários.

Dois meses depois, a Nação seria abalada por uma nova decisão governamental — o líder do MDB na Câmara Federal, Alencar Furtado, era cassado e tinha seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Como todos os outros decretos de cassação, esse também omitia explicações sobre a decisão. Mas sabe-se que o discurso feito por Alencar Furtado de 27 de junho, em rede nacional de televisão, com contundentes críticas ao regime, desagradara profundamente o Palácio do Planalto.

Durante o ano de 77, o AI-5 foi utilizado outras vezes para cassar e suspender os direitos políticos de outros emedebistas como o deputado federal Marcos Tito e os vereadores gaúchos Marcos Flacksman e Glênio Peres.

A sociedade civil, contudo, não se manteria calada. Em maio, 1.400 professores e intelectuais paulistas e cariocas divulgavam um manifesto segundo o qual "o papel essencial da universidade consiste no exercício de uma reflexão crítica, necessariamente livre; esse exercício, não pode ser isolado da prática dessa liberdade em todos os domínios da vida social". Ressaltavam ainda que "as instituições sócio-políticas vigentes no país não suportam a manifestação dessas liberdades, como demonstram as transgressões sistemáticas, por parte das autoridades, dos direitos mais elementares, atingindo recentemente estudantes, operários e aqueles que com eles se solidarizam".

Em 8 de agosto o jurista Goffredo da Silva Telles Júnior apresentava a *Carta aos Brasileiros* subscrita por centenas de juristas, parlamentares e intelectuais, pedindo "Estado de Direiro, já!"

"Para nós — afirmava a Carta — ditadura se chama ditadura e democracia se chama democracia. O governante que der o nome de democracia à ditadura não nos enganará... Somente o povo tem competência para escolher seus representantes. Consideramos ilegítimas as leis não nascidas do seio da coletividade, não confeccionadas em conformidade com os processos prefixados pelos representantes do povo, mas baixadas de cima, como carga descida na ponta de um cabo... Esse Estado se chama Estado de Fato. Os otimistas lhe dão o nome de Estado de exceção. Na verdade, ele é o Estado Totalitário."

A *Carta aos Brasileiros* tem repercussões em todo o país. O então assessor de imprensa da Presidência, coronel Toledo Camargo, segundo o *Jornal do Brasil* de 9 de agosto de 1977, informa que o poverno não daria nenhuma resposta e considerava natural "a circulação de opiniões" — "desde que a censura à imprensa foi quase totalmente levantada". O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Bonifácio de Andrada, considerava que "a Carta não exprime nada e tem inspiração comunista".

SBPC, sem verbas

O governo iria novamente se indispor, desta vez, com a comunidade científica, ao negar em junho desse ano, verbas para a realização da 29.ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, marcada para Fortaleza, Ceará. A reunião acabaria se realizando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, transformando-se num verdadeiro acontecimento político, com a presença de milhares de pessoas nas várias sessões. Os últimos acontecimentos políticos estiveram presentes até nos debates estritamente técnicos. No final, dezenas de moções foram aprovadas, como a moção a favor da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e reintegração dos professores cassados.

Como o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que não respondeu ao pedido de verbas para a realização da reunião da SBPC, também o então reitor da Universidade de São Paulo, Orlando Marques de Paiva, protelou, por tempo indefinido, sua decisão sobre a cessão do

campus universitário para o encontro de cientistas.

Enquanto isso, continuam as denúncias de torturas praticadas contra presos políticos. Em outubro de 1977, por exemplo, três pessoas acusadas de pertencerem ao Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), denunciam perante o Conselho de Justiça Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria da Aeronáutica, torturas sofridas no DOI-CODI do Rio de Janeiro. No mês seguinte, em visita ao Brasil, o presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional, Thomas Hammarberg, afirma que o presidente da República se pronunciou diversas vezes contra a tortura e prometeu combatê-la, "mas ela continua". Segundo a edição de 12/11/77 do *Jornal do Brasil*, "a Anistia Internacional possui relatórios detalhados sobre a tortura sistemática em prisioneiros no Brasil e tem relacionados 300 presos políticos no país, 216 dos quais adotados pela organização".

Nesse mesmo mês, presos políticos de três presídios cariocas — Frei Caneca, Talavera Bruce e Esmeraldino Bandeira — entram em greve de fome, em solidariedade às prisioneiras da Penitenciária de Bangu que reivindicavam transferência para o Presídio Frei Caneca e melhores condições carcerárias. Em dezembro, 15 presos da Penitenciária Professor Barreto Campello, Pernambuco, também entram em greve de fome, exigindo a quebra do isolamento de dois companheiros. O ano termina com a realização, em São Paulo, do I Encontro Nacional Pela Anistia.

Um dia antes do 13.º aniversário da Revolução, a primeira passeata nas ruas

Ao voltarem às aulas, em março de 1977, os estudantes da USP encontram a universidade ainda mais afundada na crise econômica que teve início em 1974. A própria reitoria e o Conselho Universitário, sentindo as proporções do problema, entram em choque com o Governo do Estado na busca de maiores recursos. Análises orçamentárias, ofícios, são trocados entre Reitoria e Governo do Estado. Reuniões se sucedem.

Na USP, os estudantes discutem, em assembléias, os reflexos dos cortes de verbas sobre as atividades de ensino e pesquisa. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e outras escolas particulares, os alunos protestam contra os aumentos das taxas de anuidade superiores aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Finalmente, no dia 30 de março de 1977, depois de diversos atos de protesto em frente ao prédio da Reitoria da USP, os estudantes saem às ruas em passeata, apesar da proibição do governador Paulo Egydio Martins e do secretário da Segurança, coronel Antonio Erasmo Dias. "Por ser ilegal, a concentração que se promete realizar está terminantemente proibida" — dizia a nota oficial da Secretaria.

Efetivamente a concentração não se realizou no largo do Arouche, no centro da cidade, em frente à Secretaria da Educação, como estava programada.

Desde as 6 horas da manhã, o secretário da Segurança havia posto em prática o seu plano para impedir a concentração: 70 mil homens da Polícia Militar e Polícia Civil e 1500 da Tropa de Choque da PM, além de agentes do Deops à paisana — segundo a edição de 31/3/77 da *Folha de S. Paulo*, bloquearam as principais vias de acesso ao centro da cidade, chegando a provocar congestionamentos de até 20 quilômetros.

Todo esse aparato, porém, não demoveu os estudantes de seu intento de realizar uma manifestação pública contra o ensino pago e aumento das anuidades. Impedidos de chegar ao largo do Arouche — onde o secretário Antonio Erasmo Dias, da Segurança, comandava a operação de dentro do Restaurante "La Casserole", degustando um prato de rins com batatas — cerca de 3 mil universitários fizeram uma passeata do campus da USP até o largo de Pinheiros. Percorreram aproximadamente três quilômetros, em silêncio, batendo palmas compassadamente, exibindo faixas e cartazes de protesto "Contra o ensino pago", "Por mais verbas para a Universidade", "Contra o aumento de aunidades superiores a 35%", "Pelo Ensino Público e Gratuito para Todos" e "Contra a alta do Custo de Vida". Era a primeira vez, depois de quase dez anos, que os estudantes saíam às ruas.

A polícia limitou-se a acompanhar o trajeto e a ouvir a leitura, em coro, de uma Carta Aberta à População, dos DCEs da USP e da PUC, explicando as razões do movimento.

Encerrada a leitura os estudantes voltaram ao campus universitário em passeata e realizaram uma assembléia, durante a qual decidiram recusar a proposta do governador Paulo Egydio Martins que os convidava para um diálogo no Palácio dos Bandeirantes. Em vez disso, resolveram convidar o governador para debater o problema das verbas na própria universidade.

À noite, quando os estudantes encerraram a assembléia, a cidade voltava, lentamente, à normalidade. Durante o dia todo porém, os bloqueios montados pela polícia, vistoriando minuciosamente carro por carro, praticamente paralisaram São Paulo. Como saldo da operação, uma morte — a de Alzira Carvalho, que faleceu num ônibus parado num congestionamento próximo à Cidade Universitária, quando se dirigia ao médico.

Verbas escassas

Apenas uma semana após a passeata e poucos dias depois do pedido de deputados estaduais de instalação de uma Comissão Especial de Inquérito para apurar a questão das verbas da USP, o governador Paulo Egydio Martins decidia autorizar o reitor Orlando Marques de Paiva a utilizar no primeiro semestre do ano os recursos orçamentários destinados ao período julho-dezembro.

Estudo elaborado pelo Conselho Universitário indicava que a USP sofrera, em 1977, um corte de verbas de 35,8% com relação ao ano anterior. A Secretaria de Economia e Planejamento, por sua vez, acusava o Conselho de omitir receitas e garantia que o corte não superava os 2,7%. De qualquer forma, a Secretaria foi encarregada de estudar a suplementação das verbas. Caso contrário, segundo estudo enviado pelo DCE Alexandre Vannucchi Leme ao governador, a maioria das escolas seria duramente afetada pela falta de recursos para contratação de professores, aquisição de material didático e financiamento de pesquisas.

Enquanto em São Paulo se mantinham acesas as discussões em torno da questão das verbas da USP, no Rio de Janeiro, os 8 mil alunos da Pontifícia Universidade Católica iniciavam uma greve exigindo o rebaixamento das anuidades aos níveis do ano anterior, a revogação das punições impostas a quatro companheiros, suspensos por seus protestos contra o aumento, e a extinção da multa de 5% para aqueles que atrasassem o pagamento. Os 300 alunos da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense paralisaram suas atividades durante 15 dias exigindo a contratação de professores, o que acabou ocorrendo no início de maio. Em abril, também os alunos da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais fazem greve por um dia protestando contra a decisão do diretor da unidade, Helio Antonini de abrir inquérito contra 17 universitários acusados de ocupar à força o restaurante da escola. Em Brasília, os alunos da Universidade de Brasília entram em greve, contra a aplicação da pena de jubilamento a 600 colegas.

A movimentação estudantil atinge também o sul do país. Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade do Vale dos Sinos, fazem no dia 5 de abril, uma passeata diante da reitoria da UFRGS em protesto contra a prisão, duas semanas antes, de 21 estudantes, professores e um jornalista. A polícia cercou o campus, limitando-se a observar a manifestação contra "prisões arbitrárias, cassações, fechamento do Congresso e atos e leis repressivas".

Estudantes de todo o país participam das comemorações operárias do 1.º de Maio. Mas é em São Paulo, um dia antes da manifestação do ABC, que se efetuam 8 prisões de estudantes e trabalhadores: José Maria de Almeida, Marcia Basseto Paes, Fernando Antonio Oliveira Lopes, Ademir Marini, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek, Claudio Nuncio Gravina e Celso Giovaneti Brambilla.

Prisões, torturas e passeatas

Acusados de pertencerem, segundo o delegado Sérgio Paranhos Fleury (falecido em 1979 e conhecido por sua participação no Esquadrão da Morte), à Liga Operária, "uma dissidência da VAR-Palmares e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)", eles permaneceram incomunicáveis por mais de 10 dias. Em 17 de maio, a 3.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição da Justiça Militar de São Paulo decretava a prisão preventiva de alguns dos presos em 30 de abril e outros, presos posteriormente. Quando libertado tempos depois, Celso Brambilla perdera parcialmente a audição em conseqüência das torturas que sofrera.

A resposta dos estudantes paulistas às prisões não demorou: no dia 3, seis mil pessoas, incluindo os DCEs da USP e PUC, escolas do interior e capital, União Metropolitana dos Estudantes, sindicatos de trabalhadores, representantes da Ordem dos Advogados, do MDB e do Movimento Feminino Pela Anistia, participavam de um ato público de protesto contra as prisões em frente ao prédio da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo. O ato público se constituiria no primeiro embrião para a formação do Comitê 1.º de Maio, um organismo que lutaria contra as prisões políticas e pela anistia a todos os presos políticos, deportados e banidos.

No dia seguinte a polícia exibiria "o farto material subversivo" apreendido em dois "aparelhos" da Liga Operária: duas máquinas de escrever, sendo uma elétrica, um poster de Chê Guevara, um retrato de Karl Marx, livros, panfletos e prospectos e fascículos da coleção "As Revoluções".

A arbitrariedade das prisões e a manutenção da incomunicabilidade fez com que os estudantes voltassem às ruas, desta vez, às ruas do centro da cidade. Às 12 horas do dia 5 de maio, o território livre do largo São Francisco (no centro da cidade), onde fica a Faculdade de Direito da USP, já estava ocupado por milhares de pessoas, apesar das tentativas de um grupo de direita da Faculdade de afugentar os manifestantes com rojões e fogos de artifício. Depois de diversos pronunciamentos de dirigentes de Centros Acadêmicos, do DCE-livre da PUC e da USP, 8 mil pessoas leram uma *Carta Aberta à População*.

A manifestação, contudo, não terminaria no largo. De lá os estudantes sairiam em passeata rumo à Praça da República. Enquanto percorriam um dos trechos mais movimentados de São Paulo, distribuíam cópias da *Carta Aberta* e convidavam a população a engrossar a passeata. Alguns, efetivamente, abandonaram seus escritórios e lojas e aderiram à manifestação. Outros manifestaram sua solidariedade jogando papéis picados do alto dos prédios.

A passeata, então com 10 mil pessoas, não chegou a seu destino. Quando pretendiam atravessar o viaduto do Chá (o ponto mais movimentado da capital paulista) os manifestantes depararam-se com cerrada barreira policial, chefiada pelo próprio secretário da Segurança, coronel Erasmo Dias.

Quando os manifestantes ocupavam quase metade do viaduto, estoura a primeira bomba de gás lacrimogêneo — uma prática que se tornaria comum a partir daí. A primeira reação foi de pânico e correria. Mas logo os estudantes, munidos de megafone, conseguiram restabelecer a calma. Todos se sentaram e durante algum tempo a polícia, parada no extremo do viaduto, ouviu o coro que pedia "Liberdades Democráticas e Anistia". Quando o efeito das muitas bombas lançadas passou, os estudantes retornaram, em passeata — em fileiras, de braços dados — ao largo São Francisco.

Menores que as de São Paulo, as passeatas se repetiram em Ribeirão Preto, com duas mil pessoas; em São Carlos, com 800 estudantes. Em Campinas houve uma concentração com 3 mil. Em Belo Horizonte, alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais entram em greve em sinal de repúdio às prisões ocorridas em São Paulo. Em Curitiba os estudantes distribuem uma *Carta à População* solidarizando-se com as manifestações estudantis.

Na área governamental, quase todos se recusam a falar sobre os acontecimentos, manifestando suas preocupações apenas nas reuniões fechadas realizadas no Ministério da Educação e Cultura e nos telefonemas às autoridades de São Paulo e Rio de Janeiro. O governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, promete agir com todo o rigor: "Não vou permitir nenhuma onda de terrorismo, seja de esquerda, seja de direita".

No dia 9 de maio, determinação do ministro da Justiça, Armando Falcão, deixava clara a inquietação na área oficial e a disposição de impedir que as manifestações se repitam, apontando-as como de "fundo e fim subversivo".

Em telex encaminhado a todos os governadores de Estado o ministro afirmava que "passeatas, concentrações de protesto em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias, são distúrbios de fundo e fim subversivos, não podendo, em conseqüência, ser tolerados. Mostra-se aconselhável sejam tomadas, de preferência, medidas preventivas oportunas e eficazes para resguardo da tranqüilidade geral que a Nação exige acima de tudo".

Passeatas, concentrações e uma forte repressão policial marcaram o Dia Nacional de Luta pela Anistia. No largo São Francisco, duas mil pessoas foram dispersadas por bombas de gás e jatos d'água. Em São Carlos, mil participam de uma passeata, também reprimida pelos policiais. No Rio de Janeiro, 5 mil pessoas concentram-se no campus da PUC. Na Bahia, houve uma concentração de 5 mil estudantes seguida de uma passeata de 500 pessoas. Dez pessoas foram detidas, sete das quais jornalistas. Em Porto Alegre, estudantes foram impedidos pela polícia de realizar uma concentração pública e acabaram se reunindo no campus da Universidade Federal,

com a participação de duas mil pessoas. Em Brasília, milhares de estudantes fizeram uma passeata no campus, concentrando-se em frente à Reitoria. O reitor da UnB, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Azevedo, ameaça punir os estudantes, com suspensão e até com o 477. Em Curitiba uma assembléia de 200 estudantes apoiou o Dia de Luta e anunciou a criação do DCE-livre. Também em Goiás, Pernambuco, Amazonas, Alagoas, Piauí e Pará as manifestações foram impedidas por forças policiais.

UnB, a ocupação policial

Como prometera, o reitor da UnB decide suspender 16 alunos, acusando-os de terem liderado as manifestações do dia 19. No dia 31 de maio os estudantes da universidade decidem paralisar as aulas até a revogação das punições impostas aos companheiros. Organizam piquetes para garantir a totalidade da paralisação. Dois dias após, enquanto o reitor promete rever as punições desde que os alunos encerrem a greve, 3 mil policiais da tropa de choque da PM cercam a universidade. Outros 500 policiais à paisana são colocados no prédio central (Minhocão).

O reitor decide decretar recesso na universidade de 6 a 8 de junho (período em que a esposa do presidente Jimmy Carter e um grupo de empresários visitariam o Distrito Federal).

No dia 6, a UnB é invadida pela polícia. As prisões começam a ser efetuadas logo às 7 horas da manhã pelos policiais que armaram barreiras nas cinco pistas de acesso ao campus. Professores, repórteres, funcionários e estudantes são são vistoriados; os que tinham o nome constante de uma lista de 160 eram encaminhados à Delegacia Regional de Polícia Federal.

Nesse mesmo dia, Rosalyn Carter é surpreendida, em meio às cerimônias oficiais, por um estudante que consegue furar a segurança e entregar-lhe uma carta dos alunos da UnB na qual explicam seu movimento e enfatizam "que o que está acontecendo aqui na Universidade de Brasília não é incidente isolado, mas um sintoma da opressão sob a qual nós, como estudantes, temos vivido quase todo o nosso tempo de vida. O regime que tem governado o país desde 1964 pode ter garantido medidas de estabilidade em benefício dos interesses americanos, mas o fez às custas da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião. Prisões arbitrárias e torturas são temores que marcaram as vidas de todos nós. Nós desejamos sinceramente que a política do presidente Carter com o Brasil seja guiada pelo seu apoio a esses direitos, dos quais todos os seres humanos são titulares".

No dia 8, uma comissão formada pelos senadores Magalhães Pinto, Itamar Franco e Roberto Saturnino reúne-se rapidamente com os estudantes levando a informação de que nenhum estudante permanecia preso e que poderiam realizar uma assembléia geral no dia seguinte, sem policiamento. Explicaram que a revisão das punições dependeria de um recurso ao Conselho Universitário, havendo um compromisso indireto do reitor de suspendê-las. Garantiam ainda que as autoridades e o reitor haviam prometido não realizar prisões, nem punir 64 alunos relacionados pela Reitoria como "invasores de salas de aula".

Segundo a edição de 9/6/77 do *Jornal do Brasil*, a questão da libertação dos presos e garantia da assembléia geral "fez com que o senador Petronio Portela (Arena — PI), presidente do Senado, se entendesse com autoridades superiores — acredita-se que com a própria Presidência da República — antes de ser atendida". Os estudantes, porém, decidem manter a greve até que seja efetivada a suspensão das punições aos 16 companheiros.

O impasse continuava. As assembléias se sucediam e o reitor mantinha-se firme em sua posição. No dia 18, seis alunos da UnB — João Simplicio Martins, José Ralf Campos, Antonio Ramalhana Barros, Michel Zaidam, Luis Antonio Falkswky e Angela Maria Noronha Serpa — eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Com o objetivo de desmobilizar os estudantes, o reitor José Carlos de Azevedo decreta novo recesso na universidade, de 22 de junho a 24 de julho. No primeiro dia do recesso os estudantes participam de uma missa no Santuário Nossa Senhora de Fátima "em intenção da alma de todos os que pereceram vítimas de torturas e perseguições na defesa de um ideal" e para pedir amparo aos estudantes presos.

Menos imbuído do espírito cristão, o reitor, nesse mesmo dia, institui uma Comissão de Inquérito — "para apurar as responsabilidades dos alunos envolvidos no movimento de greve" — formada pelos professores Luís Otavio Carmo, Elmano Cavalcanti Frias, Lincoln Magalhães da Rocha e Sebastião Machado Filho. Em 18 de julho, com base nas conclusões da Comissão, o

capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Azevedo expulsa 30 estudantes e suspende 34, por prazos variáveis de 5 a 90 dias.

No dia 25, terminado o recesso, as tropas policiais voltam a ocupar a UnB "para garantir o reinício das aulas". Cento e cinqüenta e uma pessoas, inclusive jornalistas, são detidos. Entre eles, estudantes que tentavam organizar assembléias para discutir a ocupação do campus.

As prisões continuam nos dias seguintes. No dia 2 de agosto, os professores da UnB organizam sua associação e decidem solicitar ao reitor a retirada das tropas do campus.

O caso UnB gera protesto de diversos setores, entre os quais a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja, parlamentares e entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos. Em São Paulo, os alunos da USP, PUC e algumas escolas isoladas entram em greve e realizam o enterro simbólico do reitor José Carlos de Azevedo. O aparato policial distribuído pelas ruas próximas à Cidade Universitária de São Paulo limitou-se a observar os 1.500 estudantes que percorreram cerca de 3 quilômetros carregando dois caixões — o do reitor, e o do 477 e regimentos internos. Manifestações semelhantes são realizadas em diversos Estados, entre os quais Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Impedidos de se reunir, com boa parte de seus líderes presos, e 19 companheiros enquadrados na LSN, grande parte dos alunos retornam às aulas na UnB em setembro. No dia 20 desse mês, o juiz Jesus Costa Lima, da Justiça Federal, nega recurso impetrado pelos 16 alunos punidos pelo reitor com suspensão.

No dia 28 de outubro a UnB volta a ser invadida pela polícia, desta vez para impedir a realização de uma assembléia para debater a questão dos 1.500 estudantes que seriam jubilados.

III ENE: Comissão Pró-UNE e Violência

Proibido pelo governo, o III Encontro Nacional de Estudantes, marcado inicialmente para 4 de junho, só viria a se realizar, secretamente, em 22 de setembro, depois de inúmeras prisões.

"A lei deve ser cumprida".

Com esta frase o ministro da educação, Ney Braga, proibia, em 31 de maio, o III Encontro Nacional que os estudantes haviam marcado para Belo Horizonte. O encontro não seria permitido. "Era ilegal".

Um dia antes, as autoridades se movimentavam para cumprir a ordem oficial. Os últimos detalhes para impedir o III ENE foram acertados na cozinha do Restaurante Frango Assado, no distrito de Vila Nova, Minas Gerais. Segundo o *Jornal do Brasil* de 4/6/77, foi aí que o reitor da UFMG, Eduardo Cisalpino, encontrou-se com o governador Aureliano Chaves e comunicou-lhe que acabara de receber instruções do ministro da Educação, Ney Braga, e decidira decretar recesso na Universidade e nos diretórios acadêmicos. O governador, por sua vez, já havia determinado o bloqueio de todas as escolas superiores da cidade, depois de reunião com o comandante da IV Divisão de Exército, general Antonio Bandeira. Ainda no restaurante, o governador de Minas recebeu um telefonema do ministro da Justiça, Armando Falcão, que lhe indagou sobre as providências(visando impedir a realização do encontro de estudantes. Chaves garantiu que confiava no bloqueio da Faculdade de Medicina "onde os estudantes só poderão entrar de helicóptero".

Mas, os estudantes já estavam lá. Eram 300 delegados de escolas de diversos Estados. Mesmo ameaçados pelo reitor — que acenara com a possibilidade de eles serem enquadrados na LSN caso lá permanecessem — eles decidiram manter-se em vigília e garantir a realização do encontro no dia seguinte.

Enquanto isso, nas estradas que dão acesso a Belo Horizonte vários ônibus eram retidos por bloqueios policiais e os delegados que se dirigiam ao local do III ENE, detidos.

Depois de 11 horas de cerco — às 15,45 horas —, os 348 estudantes que permaneciam em vigília eram obrigados a se render. Em grupos de cinco eles saíam da Faculdade de Medicina, eram obrigados a atravessar um corredor formado por duas fileiras de policiais, revistados, embarcados em ônibus e levados para o Parque de Exposições de Gado da Gameleira e para o Quartel do 5.º Batalhão de Infantaria. Às 17,30 horas a Polícia ocupou o Diretório Acadêmico da Medicina.

No final do dia, o total de detidos era 850, inclusive três jornalistas.

Os primeiros protestos começaram nesse mesmo dia. Setenta estudantes fizeram uma passeata no centro de Belo Horizonte protestando contra as prisões, aos gritos de "Liberdade, Liberdade". Um deles foi preso. Em São Paulo e

Cassetetes, bombas e jatos d'água — as armas para reprimir as manifestações.

no Rio Grande do Sul, os universitários se reuniam para estudar formas de luta contra as prisões e locais alternativos para a realização do III ENE.

No dia seguinte, segundo informações do governo, todos já haviam sido liberados. Nas principais capitais, os estudantes realizavam assembléias e greves de protesto pela repressão ao encontro. USP, PUC-SP, UNICAMP, UFBA, PUC-MG, PUC-RJ, entre outras, paralisaram suas atividades. Associação Brasileira de Imprensa, Movimento Feminino Pela Anistia, professores, intelectuais, sacerdotes mineiros enviam às universidades manifestações de protesto. Em Ribeirão Preto e São Carlos cerca de 80 estudantes são detidos durante passeatas de protesto.

Dia Nacional de Luta, mais violência

Uma das maiores demonstrações de violência policial contra o movimento estudantil ocorreu em 15 de junho, Dia Nacional de Luta pelo fim das prisões e das torturas, fim de todos os atos

Policiais e tanques nas ruas para cumprir a ordem do ministro Falcão — as passeatas estão proibidas.

institucionais e leis repressivas e liberdade de organização e manifestação.

Em São Paulo, um contingente de 32 mil policiais ocupou o Parque Fernando Costa, onde se realizaria o ato público, e todo o centro da cidade. Impedidos de organizar a concentração os estudantes realizaram dezenas de passeatas-relâmpago, violentamente reprimidas com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, cassetetes e caminhões tanque com jato d'água (colorida).

A maior passeata reuniu cerca de mil pessoas e durou cinqüenta minutos. Aos gritos de "Liberdade, liberdade", "Abaixo a Repressão", "A luta é do povo" percorreram mais de cinco quilômetros. A passeata foi dissolvida a golpes de cassetete, que não pouparam sequer o urologista da própria PM, Antonio Pereira Lima.

Outras manifestações, com um número menor de participantes, foram reprimidas com igual violência. Até mesmo a igreja de Santa Ifigênia, no centro, foi invadida por cinco policiais que tentavam prender um estudante que chutara uma das bombas arremessadas pela polícia. "Isto é questão de segurança Nacional. O santo perdoa a gente", explicou um policial ao padre José Augusto, que pedia "respeito à casa de Deus".

Depois de 3 horas de passeatas um grupo de cerca de 5 mil estudantes conseguiu reunir-se no largo São Francisco, em frente à Faculdade de Direito da USP, onde leram, em coro, um manifesto à população. Pouco tempo depois, o largo estava cercado por "brucutus", carros-pipa, caminhões PM e centenas de soldados, comandados pessoalmente pelo coronel Erasmo Dias, recebidos aos gritos de "Abaixo a Repressão". Enquanto os carros-pipa manobravam, buscando a posição ideal para atingir os manifestantes com os jatos d'água, as cinco mil pessoas começavam a cantar em coro o Hino Nacional, enquanto buscavam refúgio dentro da Faculdade. O Hino não havia terminado ainda quando a polícia iniciou seu ataque: bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral e jatos d'água colorida. Os estudantes ficaram sitiados durante cerca de 40 minutos, enquanto o secretário da Segurança ameaçava invadir o prédio. Com a intermediação do diretor da escola, Rui Barbosa Nogueira, os manifestantes saíram em pequenos grupos e dispersaram-se.

No dia seguinte os jornais registravam o saldo do Dia Nacional de Luta em São Paulo: 65 presos e dezenas de feridos.

Também no Rio, impedidos de se concentrarem na Assembléia Legislativa, os estudantes saíram em passeata que paralisou durante cerca de cinco minutos o trânsito da avenida Rio Branco. Cinco pessoas foram presas: um fotógrafo, um motorista de táxi, 2 rapazes e uma moça (a única do grupo que era estudante). As palavras de ordem eram "Unidos na Luta contra a opressão", "Libertem nossos presos" e "Abaixo a Ditadura". Em Porto Alegre, Brasília, Belém e Belo Horizonte foram realizadas manifestações dentro dos campi universitários.

Antes de conseguirem realizar o III Encontro Nacional, os estudantes organizariam diversas outras manifestações de protesto. No dia 11 de agosto, por exemplo, em São Paulo, durante as comemorações do Sesquicentenário da instituição dos cursos jurídicos no Brasil, os estudantes realizaram uma passeata noturna que chegou a reunir mais de 8 mil pessoas, sem repressão policial. O "homenageado especial" foi o secretário da Segurança, coronel Erasmo Dias, representado por um gigantesco boneco do King Kong, roubado um dia antes de um dos cinemas que exibia a superprodução norte-americana.

Em 23 de agosto é realizado outro Dia Nacional de Luta. Passeatas e comícios-relâmpagos foram realizados nas ruas centrais de São Paulo e Porto Alegre. Em Salvador, dois mil universitários percorreram 8 quilômetros em passeata, até a praça Municipal onde, sem repressão, fizeram o enterro simbólico do reitor da UnB, da LSN, além de um pronunciamento em favor das Liberdades Democráticas. Em Recife — depois de mais de 10 anos sem qualquer manifestação estudantil — realizaram um ato público, com 1.500 participantes. No Rio, houve manifestações da UFRJ e paralisação parcial na PUC.

No dia 18 de setembro, cerca de 5 mil pessoas (2 mil estudantes) participam, em São Paulo, do Ato Solene de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos, que termina em passeata nas ruas da Penha, bairro da zona Leste. Cinqüenta e duas pessoas são presas, algumas pelo próprio secretário da Segurança.

Secreto, como nos velhos tempos

"Se os estudantes insistirem em realizar o III Encontro Nacional de Estudantes na USP, a universidade será invadida."

Esse aviso foi repetido diversas vezes pelo governador Paulo Egydio Martins, depois que os estudantes decidiram realizar em São Paulo o III ENE que, cerca de quatro meses antes, fora reprimido em Belo Horizonte.

Efetivamente, as providências foram tomadas. Como em Belo Horizonte, na noite anterior, dia 20, a universidade foi cercada. Como em Belo Horizonte, os policiais, nas barreiras próximas ao campus, procuravam nos carros os dirigentes de outros Estados, de acordo com uma lista de nomes elaborada pela polícia. No dia seguinte, o campus permanecia cercado, o que levou os estudantes a buscarem um local alternativo — a Faculdade de Medicina da USP — localizada fora do campus.

Também houve cerco da polícia, que chegou às 10,15 horas. Duas horas depois o secretário da Segurança em conversa com o diretor da escola, Carlos da Silva Lacaz, decidia invadir o pátio da Faculdade. Dentro, reunidos em assembléia, 170 estudantes, num clima de tensão, tentavam falar com o governador que, no entanto, "se encontrava em reunião com o secretariado". Finalmente conseguem um intermediário — o advogado José Gregori, membro da Comissão de Justiça e Paz. Gregori, porém, não chegou a tempo: dois intermediários designados pela direção da escola, os professores Freitas Neto e Erasmo Tolossi, comunicaram que a polícia estava disposta a invadir o local (a Sala do Sono do Centro Acadêmico) caso não saíssem para identificação, no Deops de São Paulo.

Depois de alguma discussão, os universitários, de mãos dadas e enfileirados, saíram e foram distribuídos em 17 peruas e dois caminhões e conduzidos ao Deops, onde prestaram depoimentos até as primeiras horas da manhã do dia seguinte.

Mas, os estudantes não estavam dispostos a ceder. Nas horas seguintes, um complexo esquema de comunicações telefônicas entre a Comissão de Segurança e os delegados alojados em residências de estudantes paulistas, foi montado. As tentativas anteriores mostravam que não se poderia realizar um Encontro aberto, nem com a ampla participação de todos os delegados.

O encontro seria secreto. Para afastar as atenções foi marcada uma assembléia metropolitana no Salão Beta da PUC-SP enquanto — estrategicamente, a cinqüenta metros dali — numa sala vazia do campus, o III ENE se realizava com a participação de delegados de 60 entidades de 7 Estados. O Encontro não deveria ser do conhecimento nem mesmo da imprensa. Mas dois repórteres acabaram descobrindo que

A repressão policial torna-se mais violenta na medida em que as manifestações públicas se repetem.

As passeatas sempre terminavam com dezenas de presos e feridos

No largo São Francisco, jatos d'água enquanto os estudantes cantam o Hino Nacional.

Em 78 diminuiria a repressão policial e, com ela, as manifestações de rua. Mas ganharia força a reorganização estudantil.

os delegados estavam reunidos e pediram a um membro do DCE da USP que lhes permitisse acompanhá-lo. A questão foi colocada em votação e o acesso da imprensa negado. Em conseqüência, no dia seguinte, os jornais estampavam manchetes colocando em dúvida a realização do Encontro: "estudantes afirmam que realizaram o III ENE" — era a frase mais comum nas matérias da grande imprensa.

À noite, o DCE-livre da USP distribuiu nota informando que, por consenso dos participantes, fora decidida a formação da Comissão Pró-UNE que teria por função "coordenar as lutas estudantis a nível nacional; propagandear a história da UNE e promover o debate acerca da necessidade de sua reconstrução".

A polícia, que não conseguira impedir o III ENE, agiria com violência contra aqueles que, nessa mesma noite, comemoravam sua realização. A comemoração, que reuniu mais de mil estudantes na frente ao prédio do Teatro da Pontifícia Universidade Católica (TUCA), durou menos de 20 minutos. Surgindo de todos os lados e, como sempre, comandados pessoalmente pelo secretário da Segurança, os policiais — particularmente exaltados — sequer deram tempo para uma tentativa de dissolução pacífica da manifestação. Com bombas, cassetetes, chutes, agrediram os manifestantes chegando mesmo a invadir as salas onde as aulas transcorriam normalmente e as dependências ocupadas por funcionários administrativos.

Sem exceção, estudantes, professores e funcionários, num total de cerca de 3 mil, foram levados para o páteo de um estacionamento vizinho para uma triagem, cerca de 900 pessoas foram levadas em ônibus e viaturas policiais para o DOPS e para o Batalhão Tobias de Aguiar. Apesar da promessa de enquadrar 854 estudantes na LSN, feita pelo coronel Erasmo Dias num momento de exaltação, no dia seguinte decidia-se que apenas 41 universitários seriam processados.

Além da depredação do prédio, os estudantes se queixavam do desaparecimento de livros, revistas, documentos, papéis timbrados, mimeógrafo e até dinheiro dos Centros Acadêmicos, segundo matéria da *Folha de S. Paulo* de 29/9/77. De outro lado, dezenas de feridos, entre eles cinco estudantes atingidas diretamente pelas bombas, e que sofreram queimaduras de até 3.º grau.

A Assembléia Legislativa decide instalar uma Comissão Especial de Inquérito para apurar responsabilidades pela invasão da PUC. A reitora Nadir Kfouri encaminha ao MEC um relatório sobre os acontecimentos, enquanto a Polícia Federal, por determinação do ministro da Justiça, Armando Falcão, instaura comissão de inquérito para investigar os acontecimentos "a

partir da denúncia do governador e do secretário da Segurança, segundo os quais "ficou patente que na PUC havia um autêntico PC."

Em sua edição de 5/10/77, o *Jornal do Brasil* dava duas explicações com base em "fontes do governo", para a instauração de inquérito pela Polícia Federal quando já havia outro na área estadual. A primeira é de que os policiais paulistas "estão demasiadamente envolvidos emocionalmente no caso e que o interesse principal é localizar os agitadores estranhos à universidade". A outra era de que "se há violação à LSN, o organismo competente para verificá-la é a Polícia Federal, assim, o governo tentaria reduzir a agitação estudantil em São Paulo — considerado o único foco no país — sem retirar a autoridade do coronel Erasmo Dias".

Em São Paulo, a primeira UEE

No auge das manifestações estudantis, em agosto de 1977, os estudantes paulistas decidem, em Congresso, reorganizar a União Estadual dos Estudantes, a primeira UEE livre do país, depois de quase uma década.

Reunidos na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 3 mil estudantes e mais 800 representantes de quase cem entidades estudantis do Estado, depois de 8 horas de debates, aprovaram um estatuto provisório que embasaria as atividades do Conselho de Entidades, responsável pela direção da UEE até a realização das eleições diretas, em 1978.

Embora pretendessem realizar as eleições da diretoria da UEE em outubro de 1977, as manifestações estudantis e as dificuldades de realização do III Encontro Nacional de Estudantes determinaram a sua transferência para o início do ano seguinte.

A constatação de que nenhuma tendência sozinha conseguiria a maioria dos votos levou algumas delas a partir para entendimentos e estabelecimento de um programa mínimo que lhes permitisse formar uma frente.

A primeira tentativa foi feita por Caminhando que consultou grupos independentes do interior para a formação da chapa Unidade. No entanto, os entendimentos com as tendências Refazendo e Novo Rumo culminaram com a formação da chapa *Construção*.

"Esta união — explicava um boletim do centro acadêmico da Faculdade de Física da USP — entre posições políticas diferentes, se deu baseada principalmente numa visão comum sobre as principais necessidades colocadas para a reconstrução da UEE. Partimos do princípio de que, dado o nível atual de mobilização, consciência e diferenciação política do movimento estudantil em todo o Estado, a união desses esforços coloca-se como necessária, na medida em que nossa entidade estudantil, ao contrário do que pensam alguns, não está ainda reconstruída. E a primeira diretoria eleita deverá ter um papel bastante grande nessa reconstrução, sob pena de se tornar uma figura meramente decorativa. Para que hoje a diretoria seja capaz de, efetivamente, dirigir o processo de reconstrução da UEE, é necessário que ela seja respaldada pelo máximo possível de forças de grupos de alunos, etc, que se comprometam nesse processo de reconstrução. Coloca-se pois a necessidade da unidade entre essas forças e grupos de alunos. Mas uma unidade pequena em torno de um programa de lutas claramente definido. Um programa definido sobre as questões concretamente colocadas para o conjunto dos estudantes. Um programa que procure dar conta dessas questões (melhores condições de ensino, melhores condições de vida, liberdades democráticas, fim do regime ditatorial) e, aliado a esse programa, um método de atuação que procure conduzir o ME como um movimento de amplas massas e não apenas de uma parcela mobilizada."

Liberdade e Luta, por sua vez, decidia não fazer alianças e concorrer com uma chapa própria. Em sua Carta-Programa explicava sua posição:

"Abrimos a discussão para o conjunto dos estudantes e para as tendências do ME sobre nossas posições, pois consideramos que somente através de um debate amplo e democrático é que se criarão as condições para que este processo eleitoral mobilize e comprometa os estudantes na escolha de uma direção para a entidade.

Lançamos ainda uma crítica veemente a todas as demais tendências do ME paulista que, às vésperas das eleições da UEE, optaram por interromper, na prática, o encaminhamento das discussões junto ao conjunto dos estudantes para se fecharem em intermináveis discussões com vistas à formação de uma grande 'frente eleitoral'. Tais discussões, que se propunham a organizar uma 'chapa única', revelam uma total incompreensão do atual grau de avanço do movimento. Isto porque, no atual ascenso do ME, os estudantes dos principais centros do Estado já passaram por uma grande experiência de lutas;

e nesta experiência souberam construir e reconhecer tendências diferenciadas, que se afirmaram, com diferentes métodos e análises no interior da própria luta, na prática. Passar agora, a partir de negociações de cúpula e utilizando o nome das entidades para travestir posições políticas — por cima de toda essa experiência acumulada, criar uma falsa unidade apenas nas palavras, é enganar os estudantes. E a conseqüência poderá ser a paralisia da entidade, encabeçada por uma direção unitária nas aparências, mas que na primeira luta se mostrará fragmentada, dividida, incapaz de dar resposta às exigências do movimento. Aliás, o próprio processo eleitoral já demonstrou os primeiros efeitos nefastos do chapão: mais uma vez, as eleições foram adiadas atrasando a organização dos estudantes do Estado em sua entidade máxima, pela impossibilidade de se fechar, em tempo hábil, a 'frente eleitoral'. Colocando interesses particulares acima dos interesses do movimento em seu conjunto a "frente' deu assim uma primeira mostra de como se comportará, caso seja alçada à diretoria da UEE.

Por isso, denunciamos esse processo de conchavos e essa falta de concepção de unidade, mais condizentes com o método do oportunismo e da demagogia do que com o real interesse no crescimento político das lutas dos estudantes. E reafirmamos nosso método: a unidade se garante não com a diluição das posições, mas sim na ação conjunta, no compromisso de todas as tendências — estejam elas na diretoria ou na oposição — com as propostas aprovadas majoritariamente na entidade, pelo conjunto dos estudantes."

As duas chapas — Construção e Liberdade e Luta — propunham basicamente as mesmas instâncias de deliberação da UEE (Congresso, Conselho de Entidades e Diretoria) e coincidiam na maioria das propostas de luta: por melhores condições de ensino, pelas liberdades democráticas, Anistia, direito de greve, fim da ditadura militar e reconstrução da UNE.

Liberdade e Luta, porém, defendia também a reforma agrária; a expulsão do imperialismo; Constituinte; voto para analfabetos, soldados e marinheiros, e aliança aperário-estudantil.

A chapa vitoriosa foi Construção e os diretores eleitos Arnaldo Calil Pereira Jardim (Politécnica-USP), Celso Maximo Figueiredo (Ciências Sociais-USP), Fernando Peregrino (Matemática-USP), Igor Fuser (Jornalismo-Casper Líbero), Israel Henrique Waligera (Geologia-USP), José Carlos do Carmo (Medicina-USP), José Roberto Manesco (Direito-USP), Jussara Whitaker (Ciências Sociais-UNESP-Araraquara), Leide Mengatti (Engenharia de Alimentos-UNICAMP), Marcelo Barbieri (Administração de Empresas-FGV), Marco Antonio Campanella (Comunicações-Santos), Marcos Pontes Nogueira (Economia-Puc-SP), Maria Terezinha Carrara Lelis (Filosofia-USP-Ribeirão Preto), Paulo Roberto Massoca (Engenharia-USP-São Carlos) e Trajano Sardemberg (Medicina-UNESP-Botucatu).

As eleições, contudo, estiveram longe de transcorrer num clima de tranqüilidade. Os alunos do Mackenzie, impedidos de votar na Escola de Arquitetura — fechada pela Reitoria —, tiveram de transferir suas urnas para a PUC. As organizações de extrema direita também conturbaram o processo eleitoral. O Centro Acadêmico da Geografia da USP foi depredado e os Centros Acadêmicos da Medicina e Direito da USP receberam ameaças por carta dos grupos autodenominados CCC (Comando de Caça aos Comunista) e GAC (Grupo Anticomunista).

1978 — diminui a repressão, aumenta a organização

As grandes manifestações de rua de 1977 praticamente não se repetiram no ano seguinte. Nenhum dia Nacional de Luta foi realizado, mesmo porque não se registraram prisões maciças e repressão policial violenta contra os estudantes, que justificaram a organização de atividades de protestos em todo o país. As manifestações de 1978 foram, em sua maioria, de nível local ou estadual. Mais que os estudantes, 78 marcou o início das reivindicações de outros setores, como os professores e médicos residentes. Os trabalhadores também começam a lutar pelos seus direitos. É em 78 que ocorreu a primeira greve dos metalúrgicos do ABC por aumento salarial.

Para o movimento estudantil, o ano foi importante em termos de organização — cresce o número de centros acadêmicos e diretórios centrais de estudantes; é eleita a diretoria da UEE, e a Comissão Pró-UNE intensifica os preparativos para a realização do Congresso de Reconstrução da entidade, decidido no IV Encontro Nacional.

Em São Paulo, em maio, três mil pessoas, a maioria estudantes, participam de um ato público pela "anistia ampla geral e irrestrita a todos

os presos, cassados, banidos e perseguidos políticos"; em Pernambuco, os alunos da Universidade Federal entram em greve no dia 15 contra a prisão do estudante e membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Edval Nunes da Silva (Cajá), preso no dia 12; em junho, depois de 2 meses em greve por melhores condições de ensino, os sextanistas da Faculdade de Medicina da Federal da Bahia retomam as atividades; em São Paulo, agosto, os estudantes participam de uma concentração organizada pelo Movimento do Custo de Vida, na catedral da Sé, que termina dissolvida por bombas e cassetetes e 14 prisões; no dia 28 desse mês, também em São Paulo, três mil pessoas realizam, no largo São Francisco, um ato de protesto contra a prisão de 22 membros da Convergência Socialista; no início de setembro duas bombas de fabricação caseira explodem em unidades da Universidade Federal de Minas Gerais, onde se realizavam eleições para o DCE. Os estudantes acreditam que os responsáveis pelo atentado tenham sido membros do GAC; nesse mês, 7 pessoas (3 estudantes, dois atores e dois jornalistas) foram detidas pela polícia gaúcha durante ato público pela libertação dos membros da Convergência Socialista, promovido pelo Comitê Brasileiro de Anistia do Rio Grande do Sul; em outubro, 2 mil estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais e os alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro entram em greve, reivindicando melhores condições de ensino.

IV ENE: reconstruir a UNE

O acontecimento mais importante para o movimento estudantil, em 1978, foi o IV Encontro Nacional de Estudantes, realizado nos dias 3 e 4 de outubro, na Faculdade de Arquitetura da USP, com uma representatividade maior que a de todos os encontros anteriores — cerca de 500 delegados de 14 Estados. Depois de dois dias de debates, eles decidiram apoiar os candidatos do MDB às eleições de novembro com programas populares e realizar o Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador, em 29 e 30 de maio do ano seguinte.

Como no Encontro de 1976, os debates sobre eleições se polarizaram entre os que defendiam o voto nulo e os que defendiam o voto no MDB. À exemplo do II ENE, havia nuances entre as posições das diversas tendências do movimento estudantil tanto que, a princípio, havia sete propostas sobre o tema: 1 — Voto em candidatos socialistas, apresentada pelos grupos Resistência e Centelha; 2 — Voto em candidatos populares do MDB, defendida por Caminhando e Refazendo; 3 — Voto em candidatos operários e socialistas, apresentada por Novo Rumo; 4 — Voto no MDB, defendida pela PUC-RJ; 5 Voto nulo, pela independência do movimento estudantil e a organização independente, apresentada por Alicerce; 6 — Voto nulo pela organização independente e partido dos trabalhadores e 7 — Voto nulo pela Constituinte e por um partido operário, apresentada por Liberdade e Luta.

Primeiro foi submetida à aprovação do plenário o voto nulo ou no MDB. Sessenta e cinco por cento optou pelo voto no partido da oposição; 20%, pelo voto nulo e 15% se absteve.

Depois de mais algumas horas de debate, os universitários decidiram por maioria de votos considerar as eleições de 15 de novembro para as Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado plebiscitárias e apoiar candidatos emedebistas com plataformas populares.

A decisão de realizar o Congresso de Reconstrução da UNE no primeiro semestre de 79 só foi aprovada após 8 horas de discussões. Boa parte dos delegados considerava que a mobilização e organização dos estudantes não atingira ainda um grau de amadurecimento necessário para a reconstrução da sua entidade nacional. Alguns acreditavam que isso só seria possível no segundo semestre de 1979 e outros defendiam a necessidade de um V Encontro Nacional para uma avaliação. Havia ainda um grupo que considerava que a própria Comissão Pró-UNE deveria definir a data adequada para o Congresso de Reconstrução.

A definição do local, data e critérios de representação dos delegados prolongou as discussões até tarde da noite. Por pequena diferença de votos dicidiu-se que o Congresso seria realizado em Salvador (e não em São Paulo, a outra proposta apresentada); nos dias 29 e 30 de maio de 1979 (e não em 17 e 18 do mesmo mês) e que o número de delegados seria proporcional ao de alunos de cada escola (e não um número de delegados fixo por escola). Os delegados seriam escolhidos em assembléia, congressos internos ou voto em urna, na proporção de 3 para os primeiros 500 alunos de cada escola mais um para cada 500 ou fração.

As camisetas da UNE, uma das formas de arranjar dinheiro para o Congresso.

79 - O ano da UNE

A difícil preparação do Congresso que o governo considera ilegal. As campanhas de arrecadação de fundos. O apoio dos outros setores. A caminho de Salvador, as barreiras policiais.

Sem acreditar muito nas promessas de abertura política do novo presidente da República, o general João Baptista de Figueiredo, empossado dia 15 de março, os trabalhadores – metalúrgicos, motoristas, funcionários públicos, entre outros – avançam na luta por melhores condições de vida e liberdade de organização. Os estudantes – desde o IV ENE – preparavam-se para reconstruir sua entidade nacional.

Se 1978 foi marcado por mobilizações a nível das escolas, em 79 somente as reivindicações inadiáveis foram encaminhadas. Todos estavam à espera da UNE. O governo, que durante todo o ano de 78 prometera revogar os decretos 477 e 228 e os artigos da Lei 5.540, que trata da organização estudantil, decidira deixar essas alterações para as vésperas do Congresso de Reconstrução da UNE. Provavelmente para eliminar alguns dos alvos das críticas dos estudantes e demonstrar as boas intenções do novo governo.

Contudo, logo no início de seu mandato, o ministro da Educação Eduardo Portella cometeria um deslize, ao defender a implantação do ensino pago nas universidades federais, brandindo o velho argumento de que "o filho do rico pague pelo ensino do filho do pobre". A reação dos estudantes foi imediata, o que levaria o general Figueiredo a desautorizar o MEC a prosseguir com o projeto de implantação do ensino pago. Segundo fontes do MEC

citadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 17/5/77, "já com inúmeros flancos abertos na área da Educação, com dificuldades financeiras grandes para a melhoria das condições de ensino nas universidades, e para projetos de dignificação salarial do professor e, conseguindo ver muita razão na maior parte das reivindicações e queixas estudantis em relação ao funcionamento das escolas, o governo não quer abrir mais este".

Ainda de acordo com o jornal, o presidente considerou "muito boa" a fórmula do MEC de cobrar anuidades proporcionais ao Imposto de Renda nas escolas federais.

Frontalmente contra a instituição do ensino pago por quaisquer meios, já que consideram que a educação é uma obrigação do Estado, os estudantes não pouparam críticas ao governo que, segundo eles, só por uma questão de estratégia política havia adiado sua implantação.

Com relação à promessa de revogação do 477 e do 228 os estudantes acreditam que apesar de ter sido uma vitória de sua mobilização, na prática essas leis já eram letra morta. A luta deve continuar porque a essência da legislação já foi incluída nos regimentos das escolas.

O mais importante, porém, era preparar o Congresso de Salvador. Tanto que treze dias depois dos estudantes terem realizado, em vários Estados, o Dia Nacional de Luto, contra a posse de Figueiredo, a Comissão Pró-UNE estaria no Ministério da Educação reivindicando 500 mil cruzeiros para sua realização e o reconhecimento da UNE.

O ministro Eduardo Portella os recebeu como representantes de DCEs, proibidos pelo Decreto-lei 228, e não como Comissão Pró-UNE pois, isso, como explicou, implicaria o recebimento da UNE "e eu não posso reconhecer órgão algum já que não sou entidade institucionizadora". Pelo mesmo motivo, negou a verba pedida.

Duas semanas antes do Congresso, o ministro enviava aos reitores telex com a posição do governo sobre o assunto: o Congresso de Salvador era ilegal, mas não seria proibido. Comunicava que "a reunião da Comissão de Reconstrução (sic) da UNE marcada para os dias 29 e 30 deste mês em Salvador é ilegal não tendo o apoio nem a autorização do Ministério. Solicito a V.S. adotar providências preventivas cabíveis".

No dia seguinte, Portella esclarecia que apesar da ilegalidade do encontro, recomendara aos reitores não utilizarem a força contra movimentos estudantis.

Apesar disso, a repressão às manifestações de 77 e 78 permanecia viva na memória dos estudantes. E a possibilidade de que isso poderia se repetir em Salvador não estava descartada. Daí uma das principais preocupações da Comissão Pró-UNE ser justamente a busca não só do respaldo da maioria maciça dos estudantes como também do apoio efetivo de outros setores. Sem desanimar da negativa do ministro, os estudantes percorreram as indústrias dos empresários liberais, os gabinetes de parlamentares, sem distinção de partido, e ofereceram a progressistas de todos os setores o "Livro de Ouro", em busca de recursos para a realização do Congresso. Um desses empresários, ex-ministro do governo Geisel, exonerado do cargo, contribuiu com 10 mil cruzeiros, exigindo dos estudantes o compromisso de que seu nome não fosse mencionado.

O plano de arrecadação de fundos incluiu também a venda de chaveiros, camisetas, réguas, bônus, bloco de papel e outros apetrechos com mensagens alusivas à UNE oferecidos não só a estudantes mas à população em geral. Foram centenas os pedágios realizados nas ruas de todo o país para a coleta de fundos. Ivan Lins, Luís Gonzaga Junior, João Bosco, Diana Pequeno entre outros fizeram shows Pró-UNE.

A busca de apoio político também foi importante. Embora considerassem pouco provável uma repetição de Ibiúna — dado o momento histórico, com a organização de outros setores da sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores — os estudantes consideraram indispensável a participação de outros segmentos da população não só para garantir o Congresso mas também para sustentar politicamente a entidade que reorganizariam. O jornal da UEE, por exemplo, publicou mensagens de apoio do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, do presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, do ex-ministro e ex-presidente da UEE-SP, Almino Afonso, do Sindicato dos Jornalistas, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação dos Médicos Residentes, etc. Em Salvador, além das pessoas e representantes de entidades que compareceram ao Congresso, os alunos receberam cerca de 60 moções de apoio.

Embora apoiando pessoalmente a reconstrução da UNE, o presidente do MDB, Ulisses Guimarães, informou a uma comissão de estudantes que o procurou em Brasília que não indicaria uma comissão oficial do partido porque "setores

conhecidos poderão fazer provocações". Mas liberou a presença de emedebistas na reunião. Convites para a participação no Congresso foram levados aos deputados e senadores da Arena. Mas poucos se manifestaram. Os deputados arenistas baianos Afrisio Vieira Lima e Fernando Magalhães, invocando a abertura, manifestaram seu apoio ao Congresso dos estudantes. Segundo eles, "o momento atual brasileiro é de abertura e é inconcebível que seja simplesmente desconhecido ou ignorado um dos mais importantes segmentos da sociedade brasileira na atualidade". Outro arenista, desta vez o maranhense José Ribamar Machado, não se limitou apenas a defender a reorganização da UNE num discurso na Câmara dos Deputados, mas tomou o cuidado de enviar cópias do pronunciamento a entidades estudantis de todo o país.

"Se a Revolução de 1964, — afirmou ele — como toda obra de vulto, teve lá suas imperfeições, pelas quais continuamos pagando um ônus muito elevado, pois pertencemos ao partido político que apóia o governo e que lhe deu suporte durante esses 15 anos, reputo dos mais graves e plenamente dispensáveis e desnecessários, o ato de fechamento da União Nacional dos Estudantes. E não foi só isso. Alijados do processo nacional, garroteados pelo Decreto-lei número 477 e pelos tentáculos do ato Institucional número 5, os nossos estudantes passaram à condição de verdadeiros marginais, atuando às escondidas, na clandestinidade, como verdadeiros proscritos."

Congresso em Salvador. Onde?

Foram necessárias dezenas de contatos e algumas reuniões com o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, até que se resolvesse que o Congresso seria realizado no inacabado Centro de Convenções da Bahia.

A idéia inicial dos estudantes era realizá-lo na concha acústica do Teatro Castro Alves ou no Estádio da Fonte Nova, mas esses dois locais foram descartados pelo governador, o primeiro por ser localizado na área central da cidade, onde a realização de um Congresso poderia provocar congestionamento de trânsito; o segundo, porque já estava reservado para um jogo de futebol, às 19 horas do dia 30.

Outros locais como o Ginásio Antonio Balbino (em obras para o Campeonato Mundial de Basquete Masculino), e o próprio campus da Universidade Federal da Bahia foram cogitados. Por fim, sobrou a opção do Centro de Convenções, na praia da Armação, bastante longe do centro da cidade. Cauteloso, o governador — durante as negociações para a cessão do local do Congresso — referia-se sempre a uma "reunião de estudantes". E quando os jornalistas observavam que o objetivo da "reunião de estudantes" era reorganizar a UNE, Magalhães desconversava com um "não vamos falar nisso".

No dia 18 de maio, através do ministro da Comunicação Social, Said Farah, o governo fixava sua posição: "O governo não apóia e nem proíbe a realização do Encontro Nacional Pró-UNE. Não há, senão, informações da reunião em Salvador e especulações a respeito do que poderá resultar da reunião em Salvador. Não há como o governo assumir uma posição sobre um encontro ainda não realizado e cujos objetivos não estão formalizados".

Inaugurado, porém inacabado

O Centro de Convenções da Bahia, certamente não poderia ser qualificado como o local ideal para o Congresso. Longe do centro da cidade e de difícil acesso para quem não dispõe de carro particular, problema apenas parcialmente resolvido pelos ônibus que o governador colocou à disposição dos estudantes, o local apresentava problemas de acústica, o que dificultou a discussão.

Inaugurado pelo governador Roberto Santos, no fim de sua gestão, o Centro estava ainda inacabado. As escadas não dispunham de gradis de segurança e toda a volta do primeiro andar foi cercada de tapumes. Os banheiros funcionavam precariamente o que obrigou a Prefeitura a instalar duas unidades sanitárias volantes.

Além disso, o governador não cedeu todo o Centro de Convenções. Os auditórios do segundo andar, por exemplo, não foram cedidos sob a alegação de que neles estavam sendo montados equipamentos para a realização da 1.ª Feira Nacional da Infância e Juventude, em agosto. Na verdade, os estudantes dispuseram apenas do pavimento térreo, onde, sentados no chão, se instalaram os delegados, e do primeiro piso, onde foram realizados alguns debates em grupos e onde ficavam as salas da assessoria de imprensa, assessoria jurídica e posto médico.

A distância do Centro de Convenções aumentou os trabalhos da Comissão de Organização que teve de se preocupar também com a alimentação dos delegados e observadores, uma vez que não havia bares e restaurantes por perto. Apenas um dos cinco restaurantes consultados pela Comissão aceitou o encargo de fornecer as refeições aos estudantes e, mesmo assim, fez incluir uma cláusula no contrato de que o nome da casa não seria divulgado. O orçamento combinado foi de 460 mil cruzeiros. Além disso entraram em contato com uma empresa de carrinhos de cachorro quente e com vendedoras de acarajé.

Também não foi fácil conseguir vagas suficientes para alojar os estudantes. Nem mesmo a campanha "Adote um congressista", com cartazes espalhados pelas ruas e notícias divulgadas nas emissoras de rádio locais (apenas a Rádio Sociedade, dos Diários Associados; a FM Aratu, da TV Aratu e a Rádio Educadora, do governo do Estado negaram-se a levar ao ar o pedido de apoio à população) foi suficiente para dar acomodação aos cinco mil estudantes de outros Estados. Alguns hospedaram-se em pensões e hotéis; outros, sem dinheiro, tiveram de improvisar alojamento e dormir em escolas.

Os primeiros meses — Greves

Volta de banidos e exilados. Crescimento das organizações populares e oposições a sindicatos pelegos. Um número cada vez maior de setores engajados na luta por Constituinte e Anistia ampla, geral e irrestrita. Articulação de novos partidos. No campo, a luta de sempre pela posse da terra. Tudo isso mesclado a promessas de abertura política, anistia parcial, reintegração de professores cassados, de extinção do bipartidarismo, redistribuição da renda, controle da inflação. De concreto, a reforma da CLT, fim do AI-5 e vigência das salvaguardas nacionais, intervenção nos sindicatos de metalúrgicos do ABC e dos professores de Brasília e uma inflação que, segundo cálculos otimistas, deverá atingir os 42% até o final do ano. Esse é, em rápidas pinceladas, o quadro dos meses que antecederam a criação da UNE.

Dois dias antes da posse do general Figueiredo na Presidência da República era deflagrada a greve dos metalúrgicos do ABC, que reivindicavam aumento salarial e que paralisaram as máquinas de mais de 500 indústrias da região. Dez dias depois, era decretada intervenção nos sindicatos de São Bernardo, São Caetano e Santo André. No dia seguinte, uma assembléia dos trabalhadores no Paço Municipal de São Bernardo era reprimida por forças policiais. Da mesma forma, cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo dissolveram as passeatas de protesto dos operários. Dois meses depois da intervenção o governo voltaria atrás, restituindo as entidades a Luís Inácio da Silva, Lula (São Bernardo), Benedito Marcílio (Santo André) e João Lins (São Caetano).

No fim do mês de abril, era a vez dos funcionários públicos estaduais e municipais de São Paulo. Professores, médicos, lixeiros e funcionários administrativos entravam em greve por um aumento de 70% mais 2 mil fixos. O governador Paulo Salim Maluf oferecia reajustes de 30 a 55%, descontados os 20% concedidos no ano anterior. O movimento chegou a paralisar 250 mil funcionários. Algumas categorias mantiveram a greve por mais de um mês. No final, o governo concorda em dar os 2 mil cruzeiros e 20% de antecipação escalonados. O movimento levou à reorganização dos funcionários públicos, um conjunto de trabalhadores que não se manifestava há muito tempo.

As greves de professores por melhores salários se repetiram em Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Inúmeras paralisações por empresas ocorreram. As oposições sindicais se multiplicam e diversas categorias se reorganizam.

De Brasília chegam as promessas de anistia parcial e reformulações partidárias. Entretanto, a exclusão dos que praticaram "atos de violência" não satisfaz as aspirações de anistia ampla, geral e irrestrita. Da mesma forma, as reformulações partidárias anunciadas não são as pretendidas pelos que defendem a liberdade de organização e, muito menos, pelos defensores de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Enfim, as atitudes concretas adotadas pelo governo Figueiredo estão longe de atender às reivindicações da maioria da população que quer elevação dos salários, melhoria das condições de vida, terra para quem nela trabalha e liberdades democráticas.

É nesse contexto que surge a União Nacional dos Estudantes.

O longo caminho da UNE

Só mesmo a emoção da abertura do Congresso da UNE, na manhã do dia 29, pôde despertar os sonolentos e cansados 5 mil delegados e observadores que vieram de outros Estados. Não fora fácil atravessar as estradas e as barreiras de incansáveis policiais. Também não fora fácil — apesar dos esforços dos estudantes baianos — conseguir alojamento.

As histórias dos estudantes que chegavam à praça Campo Grande — onde fica o diretório do MDB, QG improvisado da Comissão de Recepção — eram todas semelhantes: intermináveis barreiras policiais, as revistas nas bagagens, as verificações de listas de passageiros, pneus furados por grampos estategicamente colocados à entrada de Salvador, e, invariavelmente, um acréscimo de muitas horas às necessárias num percurso normal.

A viagem da delegação de São Paulo, que nós acompanhamos, não foi diferente.

Os 13 ônibus da delegação paulista — capital e parte do interior — deveriam partir da Faculdade de Medicina da USP "precisamente" às 10 horas da manhã de sábado, como ficara estabelecido no dia anterior. Às 10 horas, porém, a partida havia sido adiada para às 15 horas. Poucos delegados haviam chegado e os diretores da UEE apenas iniciavam a elaboração das listas de passageiros. Dormindo sobre as malas, sacos, pacotes, os violões encostados nos cantos, os estudantes esperaram pela partida que só foi possível às 19 horas. Antes, o grupo foi reunido no pátio da Faculdade para uma preleção de dois diretores da UEE. Paulo Massoca, candidato à presidência, mostrou um panfleto onde apareciam entrelaçadas as bandeiras da UNE e da União Soviética, com as inscrições "Viva a UNE e Viva o Partido Comunista Brasileiro", advertindo, tratar-se de uma provocação. Outro diretor, Celso Figueiredo, informou sobre as barreiras nas estradas e pediu disciplina aos viajantes. Solicitou "que na medida do possível e apenas na medida do possível" o consumo de álcool fosse controlado.

Uma enorme bandeira da UNE foi hasteada, cobrindo toda a porta da entrada do prédio da Faculdade. Rojões e fogos de artifício anunciaram a partida da caravana de 13 ônibus.

O ônibus número 6

Desde logo um clima de festividade instalou-se na maioria dos ônibus; logo surgiram os violões, as garrafas e as latinhas de cerveja, já que alguns ônibus eram equipados com geladeiras. Outros, menos equipados, tinham apenas banheiro a bordo. Outros, nem isso. Como era o caso do ônibus 6, onde estávamos com delegados de várias escolas e o grupo do Teatro Oficina, que faria uma apresentação durante o Congresso.

As barreiras policiais, uma constante nas viagens rumo a Salvador.

Enquanto o responsável pelo ônibus, o diretor da UEE, Israel Waligera — "Judeu" — jogava, impassível, sucessivas e vitoriosas partidas de xadrez, o restante dos passageiros articulava a primeira "reivindicação conjunta": a transferência, para outros ônibus, de uma estudante que desde o início da viagem insistia em trautear uma flauta doce.

Músicas de Milton Nascimento e Chico Buarque que começavam a ser cantadas pela desafinada delegação foram subitamente interrompidas. O ônibus não havia percorrido ainda 100 quilômetros da rodovia Presidente Dutra quando encontrou a primeira barreira policial, num posto do DNER entre Jacareí e São José dos Campos. Alguns ônibus de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul estavam lá há quase três horas. A Polícia Federal conferiu as listas de passageiros de todos os ônibus; revistou as bagagens de alguns e recolheu um estudante da delegação de Mogi das Cruzes, sob a alegação de que seu nome constava de uma lista de procurados pela polícia.

Não foi preciso nenhuma assembléia para se decidir que os ônibus só sairiam com a liberação do companheiro. Não demorou muito para que ele fosse solto. Tratava-se de um homônimo, segundo explicaram os policiais.

A segunda barreira estava próxima. Mais 80 quilômetros de estrada e a caravana de ônibus seria retida para nova checagem das listas de passageiros, no posto de Roseira. Desta vez, os policiais foram mais rápidos e a tensão dentro dos ônibus já havia diminuído. Baseados na distância entre as duas primeiras barreiras, alguns estudantes começavam a calcular quantas encon-

Numa das paradas para refeição, o baile improvisado

trariam e o tempo que demorariam para chegar a Salvador. As melhores projeções matemáticas indicavam que a delegação só estaria na Bahia um dia depois de encerrado o Congresso.

Enquanto a caravana atravessava o Estado do Rio de Janeiro os delegados tentavam dormir, ajeitando-se nos bancos incômodos. As 6 horas da manhã de domingo (27) eles seriam despertados pelos policiais de uma barreira montada na fronteira entre Rio e Minas Gerais, em Além Paraíba. Somente duas horas depois estariam superados todos os empecilhos colocados pelos policiais para impedir o prosseguimento da viagem: o escapamento quebrado do ônibus do DCE de Londrina, o reservatório extra de diesel no ônibus de Mogi das Cruzes e o descobrimento de uma menor de idade na delegação da USP, mesmo acompanhada da irmã maior. Um estudante teve o filme de sua máquina apreendido, recebendo em troca 100 cruzeiros a título de indenização, como ocorrera nas barreiras anteriores.

A distância que nos separava de Salvador e a perspectiva de novas barreiras aumentava a ansiedade dos viajantes.

"Minas não acaba mais", repetia com insistência um estudante.

No intervalo para o almoço, os ônibus 2 e 6 fizeram um acordo de troca de passageiros — a moça da flauta, uma nissei e uma aluna de Psicologia do "6" foram trocadas por 3 cantores desafinados e uma garrafa de pinga do "2". As cantorias, porém, não chegavam a prejudicar as reuniões das lideranças preocupadas com o Congresso. Mas até mesmo o Congresso virou tema dos "desafios" improvisados pela "turma da frente" e a "turma de trás" dos ônibus da Politécnica-USP. Nem mesmo o general Figueiredo escapou às paródias. Com a melodia da música "Marinheiro só" os estudantes cantavam:

"Ô Figueiredo, Figueiredo
Figueiredo só
Quem te ensinou a governar
Figueiredo só
Foi um tombo do cavalo
Figueiredo só
Ou o regime militar
Figueiredo só"

O domingo, que começara mal, com a barreira logo cedo, terminaria em festa. Na Churrascaria Rio Grande, em Teófilo Otoni, fomos recebidos com os acordes de *Caminhando*, de Geraldo Vandré. Em seguida o crooner do esforçado conjunto musical anunciava aos presentes que acabara de chegar a delegação da UNE, para quem pediu uma salva de palmas.

Depois de concorridos banhos gelados de chuveiro e do PF (prato feito) consumido rapidamente, a notícia de que nosso grupo deveria esperar pelos outros ônibus até as duas da manhã do dia seguinte.

Os estudantes não tiveram dúvidas. Com a colaboração do conjunto do restaurante organizaram imediatamente um baile, a princípio com músicas de Roberto Carlos, e logo depois degenerando em rasgado carnaval.

Às duas horas, nova informação. Teríamos de aguardar um ônibus retardatário, que ficara sem combustível.

No começo da tarde de segunda-feira a passagem da fronteira Minas—Bahia foi ruidosamente comemorada dentro dos ônibus. Em Vitória da Conquista, uma "injeção de ânimo" nos já cansados delegados: um grupo de estudantes locais, postados ao lado da estrada com faixas "Depois de 11 anos a UNE volta" e "A vitória é de todos. Viva a UNE", recebeu a comitiva com rojões e fogos de artifício. Há dois dias esse grupo se mantinha em plantão na beira da estrada, saudando cada delegação que passava. Até aquele momento haviam contado 30 ônibus.

As lideranças estudantis, contudo, começavam a se mostrar preocupadas. A perspectiva era chegar em Salvador entre meia-noite e uma hora da madrugada. Alguns membros da tendência Liberdade e Luta decidem fazer o último trecho de avião, recolhendo dinheiro entre os delegados paulistas. Um deles justificou a viagem dizendo "Nesse ritmo, quando chegarmos lá, o Congresso já foi resolvido".

No último trecho da viagem, Luís Raul Machado, vice-presidente da UNE, na gestão de Travassos, fez, em nosso ônibus, uma análise sobre sua participação no movimento estudantil. Lembrou, por exemplo, o Congresso realizado em Vinhedo (SP) em 1967.

"O movimento estudantil de 66 já era, pelo menos em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, um movimento que tinha ultrapassado o período do golpe de 64 até 66 e já estava na rua. Foram as primeiras passeatas. Em 67, a luta do ponto de vista estudantil, estritamente, era por mais verbas para a universidade, contra o acordo MEC-USAID e as tentativas que estavam sendo feitas nessa época, vinculadas ao acordo, de acabar com o ensino gratuito. Além disso, havia as lutas gerais contra a ditadura. Já no segundo governo, no do Costa e Silva, tínhamos vencido a Lei Suplicy. Suplicy foi ministro da Educação de Castello. A gente fez plebiscitos e mais de 90% dos estudantes se manifestaram contra a extinção da UNE e a criação do Diretório Nacional e Estaduais de Estudantes.

"Dessa diretoria faziam parte — lembrou — Luís Travassos, que está no exílio, em Berlim; José Roberto Arantes de Almeida, que era presidente do DCE da USP, estudante de Física, e foi morto em 72 ou 73; José Carlos Matta Machado, morto em 73, eu e o Edson Soares, estudante de Belo Horizonte.

"A segunda etapa do Congresso de 67, que eu acho que é importante como — não é bem dica, eu tenho algumas opiniões sobre o movimento estudantil de hoje, mas é bem diferente a realidade. Mas depois do Congresso de 67, realizado clandestinamente, em Vinhedo, os Estudantes se espalharam e realizaram, em todo o Brasil, reuniões para discutir a carta de princípios, as principais palavras-de-ordem, que eram ainda Abaixo a Ditadura, Abaixo o Imperialismo, Contra o acordo MEC-USAID, Contra o ensino pago".

Luís Raul falou durante mais de 90 minutos respondendo, com detalhes, todas as perguntas sobre o funcionamento e organização da UNE naquela época.

Algumas horas depois, chegaríamos a Salvador. À uma e meia da madrugada de terça-feira, finalmente estávamos na praça Campo Grande. Exaustos, centenas de estudantes dormiam ao relento, sobre a grama da praça enquanto esperavam da Comissão de Recepção, instalada no Diretório do MDB, uma definição sobre o alojamento. Estusiasmado, um diretor da UEE informava que a proposta de eleições diretas defendida pela entidade havia ganhando adesões, segundo prévia entre os delegados que chegavam.

Greves, manifestações e repressão no Brasil de 1917 a 1930.

As memórias de Octavio Brandão, conhecido líder comunista brasileiro da primeira metade do século. Trata-se do balanço "dos combates travados e experiências vividas" pelo autor, em sua longa vida militante, desde 1917 até 1930, quando foi exilado pelo ditador Getúlio Vargas.

COMBATES E BATALHAS - MEMÓRIAS
Octavio Brandão - 408 pp.

Pedidos pelo Reembolso Postal à Editora Alfa-Omega
05413 - Rua Lisboa, 502 - São Paulo - Capital - Tel. 853-4489.

Mais de 10 mil pessoas assistiram à reconstrução da UNE.

José Serra e Vinicius Caldeira Brant (dir.), ex-presidente da UNE, falaram durante a abertura.

O senador emedebista Marcos Freire (PE) foi aplaudido por uma parte do plenário e vaiado por outra, que considera que o ME não deve apoiar o MDB.

Enfim o congresso

Dez mil pessoas assistem à reconstrução da UNE. A emoção na cerimônia de abertura. A disputa das tendências. Os acordos. A sabotagem. Depois de 34 horas de debates, as conclusões.

10,45 horas. 29 de maio de 1979. Salvador.

Dez mil vozes gritavam em uníssono: "A UNE somos nós, nossa força e nossa voz".

No alto do Centro de Convenções, a bandeira azul e branca da UNE. Minutos antes, o anúncio de que estava instalado o 31.° Congresso da União Nacional dos Estudantes. Muitos, certamente, lembraram Ibiúna. Todos sem dúvida, sentiram o gosto de uma vitória sobre 10 anos de opressão.

Mesmo quem estava no Centro de Convenções de Salvador a serviço, tropeçando num emaranhado de fios e desviando-se das insistentes máquinas fotográficas, não pôde deixar de sentir a emoção e a alegria que emanavam do plenário. O ex-vice-presidente da UNE, Luís Raul Machado, encostado à mesa de trabalhos, bem que tentou, mas não conseguiu juntar forças para fazer o discurso planejado. Depois do Congresso ele confessava. "Eu não sentia os pés no chão. Estava como um zumbi".

Nem mesmo a ruidosa delegação do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul – chamados "os filhos do 228" – impedidos de votar por irregularidades na eleição dos delegados, conseguiu quebrar a atenção do plenário voltada para o discurso emocionado de José Serra, presidente da UNE no período 63/64.

Não havia dúvidas. Estava em pé, novamente, a União Nacional dos Estudantes, entidade criada em 1937, que se destacou pela luta ao lado do povo brasileiro e por isso teve sua sede queimada

logo após o golpe de 64; foi colocada na ilegalidade pelo presidente Castello Branco, e, 4 anos depois, levada à clandestinidade.

Dez mil estudantes no plenário e os membros da mesa de trabalhos — líderes estudantis de Pernambuco, Minas Gerais, Brasília, Rio de Janeiro, Paraíba e São Paulo, o senador Marcos Freire (MDB-PE), o deputado federal Freitas Nobre (líder da bancada do MDB na Câmara), Joviniano Neto, presidente do CBA-BA e ex-diretor da UNE), o líder camponês José Basílio de Siqueira (de Conceição do Araguaia), Manoel José (representante do Trabalho Conjunto), Dirceu Pimenta (representante dos camponeses do Pará) e Vinicius Caldeira Brant (ex-presidente da UNE) testemunharam o ressurgimento da entidade máxima dos estudantes brasileiros. Na mesa, uma cadeira vazia — a do presidente de honra daquele Congresso, Honestino Guimarães, último presidente da UNE, morto pela repressão e dado como "desaparecido" desde outubro de 73.

"Declaro aberto o XXXI Congresso Nacional dos Estudantes" — O pronunciamento de José Serra

"Em nome dos estudantes que construíram a UNE, na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo.

Em nome dos estudantes de minha geração que é a mesma de Vinicius e Aldo Arantes, que lutaram por um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para o povo brasileiro.

Em nome da UNE que presidi e que foi devastada e incendiada pelas forças da repressão, como baluarte que era de resistência democrática e antigolpista.

Em nome dos estudantes que durante estes 15 anos de prepotência, arbítrio e violência repressiva souberam manter viva a chama da resistência e do protesto.

Em nome daqueles que, nesta dura caminhada, foram expulsos de suas escolas, exilados, presos, torturados.

Em nome dos estudantes que foram mortos, companheiros de ideal democrático que legaram a todos nós o protesto mudo e generoso dos seus corpos mutilados.

Em nome de todos nós, estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a Nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial.

Declaro aberto o XXXI Congresso Nacional dos Estudantes.

Hoje, ao dar um passo decisivo para a reorganização da UNE, os estudantes fazem também uma contribuição fundamental para a reconstrução da democracia no Brasil.

O XXXI Congresso culmina uma resistência ao regime ditatorial que vem de longe, vem de antes do golpe de 1964, quando denunciávamos ao País inteiro a mobilização das forças reacionárias que, a pretexto de defender as liberdades, preparavam a emboscada que haveria de destruí-las. É a resistência que vem dos primórdios do regime, quando os estudantes puseram no ridículo a chamada lei Suplicy, que pretendia extinguir a UNE e instituir entidades pelegas, as quais, graças ao repúdio estudantil, nunca chegaram a tomar forma.

É a mesma resistência dos congressos estudantis do período posterior a 64, reunidos em meio à mais dura repressão, repressão que os presumidos salvadores da democracia não vacilaram em praticar. Foi a resistência ao decreto 477 que os estudantes derrubaram na prática, muito antes que o próprio regime decidisse se livrar dessa relíquia oprobriosa.

As forças que se opõem a democratização efetiva da sociedade dizem não aceitar a reconstrução da UNE porque isto representaria uma "volta ao passado". Mas, de que passado? Falam do passado anterior a 1964? Certamente muitos erros foram cometidos pelo movimento estudantil dessa época. Mas não foi devido a esses erros e sim a suas virtudes que, em 1964, a UNE foi devastada e incendiada pela repressão. A UNE não foi atacada porque conspirasse contra a democracia, porque favorecesse o capital estrangeiro, porque defendesse uma universidade elitista e obsoleta ou porque apoiasse as potências imperialistas e colonialistas. Ao contrário. A UNE, como expressão máxima do movimento estudantil, estava sempre à frente na luta pela defesa e ampliação das liberdades democráticas, na denúncia da desnacionalização da economia, na mobilização pela reforma da universidade, na solidariedade aos povos do Terceiro Mundo em suas lutas de independência e soberania.

Suas posições pela democracia se estendiam também ao campo social e econômico: por isso a UNE realizava uma imensa campanha de alfabetização e um importante trabalho de cultura popular. Apoiava todas as reivindicações contra

a pobreza e os baixos salários, apoiava a reforma agrária. Levantava as grandes questões nacionais, procurava ser sua caixa de ressonância, denunciá-las, mobilizar a opinião pública pela sua solução. Nas vésperas do golpe, estávamos realizando um seminário em Manaus contra a devastação e a desnacionalização da Amazônia. Há 15 anos atrás. Este é um bom exemplo de como o regime fechado e autoritário só fez postergar e agravar, pelo sufoco da repressão, a solução dos grandes problemas nacionais.

A UNE era uma entidade forte, responsável, democrática, representativa da grande massa estudantil, absoluta e altivamente autônoma e independente do Estado e dos governos. Como isto doía aos seus inimigos, que eram os mesmos que conspiravam contra a democracia e que financiavam as campanhas de difamação da UNE e do movimento estudantil, para as quais chegaram a contar inclusive com a plena colaboração da CIA.

As posições da UNE doíam às classes conservadoras, que esperavam que os estudantes universitários, como minoria privilegiada que eram, fossem coonestar a ordem econômico-social vigente. E as posições dos estudantes, no entanto, eram pela transformação dessa ordem, que consideravam injusta e opressiva para a grande maioria dos brasileiros.

E não eram os diretores da UNE que inventavam essas posições. Era a consciência coletiva dos estudantes que as ia soletrando, à custa de muito debate, muita batalha.

Meus companheiros estudantes:

Pertenço a uma geração que sabe o custo da palavra. Que não vê no gesto apenas o símbolo, mas também um instrumento efetivo de luta. A palavra e o gesto eram nossas armas. Nunca a repressão física ou o sufoco das idéias. Quem deflagrou a violência no Brasil, e a violência sistemática, aos corpos e às idéias, foi o golpe de 64 e o regime de exceção por ele engendrado, regime que tantos caminhos fechou, tantas barreiras antepôs à prática política democrática.

Nada mais descabido, portanto, do que negar agora a anistia para alguns dos opositores do regime autoritário sob o pretexto de que praticaram a violência.

Mas a anistia virá: virá ampla, geral e irrestrita, para permitir a todos o direito de participar da reconstrução democrática. Não esqueceremos a dor do exílio, as perseguições, as violências, a arbitrariedade.

Aqui estão famílias que viveram a agonia do quem sabe e do talvez, na busca de seus entes mais queridos. Não esqueceremos, não por revanchismo, mas porque será fundamental aprender do passado a fim de melhor saber construir o futuro, livrando o País para sempre do peso do despotismo, da repressão, da violência.

A memória dos que caíram seguirá presente. Desaparecido ou morto, Honestino Guimarães continuará sendo o companheiro nosso de cada dia, a recordar-nos a necessidade da restauração e do aprofundamento da democracia.

E é isso o que os estudantes estão fazendo agora, com este Congresso. Reorganizando a UNE, os estudantes demonstram, como também o fazem os trabalhadores, que temos que ir adiante e depressa. Que já não basta denunciar o autoritarismo nem somente pregar a democracia. Que é preciso viver a democracia, praticá-la, sem diálogos do passado a prometer a revogação do que já está revogado pela vida, como o AI-5 e o 477.

Assim, do mesmo modo que os trabalhadores, operários, bancários e funcionários públicos não foram perguntar a ninguém se o direito de greve era reconhecido pelo AI-5 ou se o é pelas leis de exceção que permaneceram, os estudantes também não pediram autorização a ninguém e pelas suas próprias mãos e pernas fazem seu congresso, reorganizam sua entidade máxima e preparam-se para assumir, no país inteiro, seu papel na eliminação dos restos do regime autoritário e na redemocratização da sociedade, a demonstrar que a nação, que é nossa, e não de um punhado de presumidos "donos do poder", exige que se aponte para um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para seu povo.

Meus companheiros estudantes:

A democracia virá e para mudar. Democracia para mudar. A luta dos estudantes de ontem e de hoje pelas liberdades políticas, pelo direito de organização de todas as classes sociais, pelo Estado de Direito, pela anistia, é inseparável de sua luta contra a desigualdade social, do seu empenho pela mudança de um estado de coisas em que o fausto de alguns poucos privilegiados contempla sob soberba indiferença a miséria de dezenas de milhões de brasileiros, permanentemente postergados do acesso à riqueza que produzem.

A democracia que queremos é um regime que permita ao trabalhador, aos partidos, à impren-

sa, aos sindicatos, aos grupos de moradores, enfim à própria sociedade, que controle e fiscalize os governos livremente eleitos pelo povo. Sem isso não se poderá mudar as condições de vida desse povo. Necessitamos de uma democracia para valer. Assumindo os riscos de uma mudança efetiva na sociedade.

Hoje não são apenas os operários e os trabalhadores do campo que sentem a injustiça no seu bolso com os magros salários. A classe média, o professorado primário e secundário, os comerciários, a dona-de-casa, todos sentem, pelo custo de vida, que os anos do "milagre" e da repressão só serviram a uns poucos, ricos e privilegiados.

Neste momento a nação paga o tributo dos anos do "milagre" e do desperdício e os que pagam são precisamente os que não os desfrutam: ou seja a grande massa assalariada e trabalhadora. E isto em benefícios de um reduzido grupo de especuladores financeiros que realizam a mais fantástica operação de agiotagem e impõem juros escorchantes aos consumidores e aos médios e pequenos produtores; isto em benefício das grandes empresas monopolistas que também especulam no mercado financeiro e defendem seus lucros aumentando seus preços. No centro desse sistema estão as multinacionais, atuando sem controle, e a finança internacional, beneficiando-se sem cessar com o crescimento da dívida externa.

Nós queremos a democracia para pôr um ponto final nisso tudo.

A participação dos estudantes nesse processo é indispensável e inevitável. Estamos certos que as lideranças estudantis, com o têm demonstrado, serenamente, nos últimos anos, serão capazes de colocar objetivos que são realmente apoiados pela população: liberdade, democracia, ponto final ao medo e ao ódio, justiça social.

E o farão como participantes de uma UNE reconstruída, independente, soberana, democrática e forte, porque representativa da grande massa estudantil. Representativa a ponto de que os estudantes de todo o Brasil, de cada Faculdade, poderão dizer a pulmões soltos: a UNE somos nós, nossa força e a nossa voz."

"É preciso a UNE, mas é preciso a união de todos os brasileiros"

O pronunciamento do senador Marcos Freire (MDB-PE):

'Ditadura não casa com liberdade estudantil e por isso mesmo o primeiro ato do golpe de 64 foi incendiar a sede da UNE. Aquele incêndio foi mais do que um crime. Foi um símbolo da opressão e do sufoco das liberdades. Mas companheiros estudantes, 15 anos se passaram de tirania, de ditadura, de perseguição. Quanto e quanto sofrimento foi imposto ao estudante, ao operário, ao camponês, a todos aqueles que procuravam lutar por liberdades. Sim, nós sabemos os mártires dessa luta democrática. A própria UNE deu aqueles que hoje são símbolo da resistência. Usaram e abusaram da força e procuraram, sobretudo quando nós pedíamos por liberdades, eles nos respondiam com violência, quando nós pedíamos por constituinte eles nos respondiam com o pacote de abril, quando pedíamos anistia ampla, geral e irrestrita eles querem excluir aqueles que responderam à violência com a violência e quando nós pedíamos a UNE eles nos respondem com a criação e permissão apenas de DAs e DCEs. Mas esta luta vai mais adiante porque não é a luta minha ou de qualquer um de vocês isoladamente, esta é uma luta de unidade, esta é uma luta para a qual todos devemos estar integrados porque é a luta que não pode distinguir diferenciações de ordem ideológica, devem estar nessa luta todos os democratas do Brasil. É bom que haja aplausos e é bom que haja apupos, isto é liberdade, isto representa um passo no caminho do futuro. Eles não nos dão exatamente aquela liberdade que nós queremos. Eles querem apenas reformas de meia-sola. Eles permitem greve mas restringem e limitam o direito à greve, eles permitem que os trabalhadores rurais nesta última semana em Brasília, peçam reforma agrária, mas eles dão um pacote que não é o pacote que satisfaz ao povo brasileiro. Meus companheiros, aqui estão aqueles que resistiram também num partido, que pode ter suas deficiências, pertencemos a uma classe política que tem tido seus erros. Uma classe política que muitas vezes tem pactuado com os erros do governo e contra os interesses do povo. Nós estamos aqui representando os senadores do MDB que também participam da resistência democrática. É preciso a UNE, mas é preciso por igual a união de todos os brasileiros de todos aqueles que nos campos ou nas cidades, que têm um ideal comum e esse ideal é a liberdade, a justiça para todos os brasileiros, é o direito de todos nós resistirmos através da

constituinte, da anistia e da União Nacional dos Estudantes do Brasil."

"Não permitimos que nossa bandeira fosse rota na Batalha e, muito menos, que lhes servisse de mortalha"

Moção de Edval Nunes da Silva, Cajá, que ainda se encontra no Presídio Militar do Esquadrão de Cavalaria, no Recife.

"De dentro do cárcere do regime militar vigente, com os mesmos anseios de liberdade e justiça de dezenas de irmãos presos políticos, milhares de exilados, venho saudar o surgimento da sagrada e imortal bandeira da nossa gloriosa UNE. Apesar da sanha da repressão fascista, da ditadura com seqüestros, prisões, torturas e assassinatos políticos dos nossos melhores irmãos, não permitimos que a nossa bandeira fosse rota na batalha e muito menos que lhes servisse de mortalha. Agradeço profundamente a todos vocês e em particular a todas entidades representadas nesse congresso e de todas as entidades que participaram da campanha pela minha libertação e pela anistia ampla, geral e irrestrita. Que esta solidariedade perdure sempre até não mais existir um preso político na nossa pátria e na nossa América Latina.

A reconstrução da nossa UNE está se dando numa conjuntura política muito dinâmica e rica de acontecimentos inusitados para nossa geração. De um lado a profunda e insolúvel crise econômica e política da ditadura e das classes burguesas. De outro, a reorganização da classe operária e de todo o povo trabalhador, já exaustos da fome e da miséria resultantes do sistema de exploração econômica e opressão política secular. A universidade brasileira até agora só tem reproduzido e até ampliado as desigualdades e injustiças sociais desse sistema. Por isso a UNE que estamos reconstruindo tem à sua frente tarefas históricas; praticando a unidade na universidade das tendências, a UNE será o instrumento maior de coordenação do ME brasileiro na luta pelo ensino público e gratuito para todos os filhos do nosso povo, pela elaboração de ciência, pesquisa e tecnologia, voltados para a solução dos grandes problemas das classes populares e da comunidade nacional. A UNE, exercitando a prática da democracia, reforçará a luta do povo brasileiro na conquista das mais amplas e profundas liberdades democráticas, ou seja, liberdade de organização e expressão, total liberdade sindical e partidária, por melhores condições de vida e trabalho. Assim a UNE estará integrada na luta dos explorados e oprimidos, pela total libertação econômica, política e social. A nossa UNE em reconstrução está regada pelo sangue de Demócrito de Souza Filho, de Edson Luís, de Honestino Guimarães e Alexandre Vannucchi e de tantos outros mártires. Esta UNE será sempre forte, a ela todo o vigor e todas as energias da nossa juventude, a nossa luta ao lado do povo explorado prosseguirá até não mais existir um só patrão do homem, até reinar a liberdade, a fartura e a solidariedade em nosso continente."

"Nesse momento em que o governo manobra com uma caricatura de anistia a UNE deverá reafirmar sua disposição de luta pela anistia ampla, geral e irrestrita"

Moção encaminhada por Luís Travassos (presidente da UNE em 68), Nélson dos Santos (vice-presidente), Wladimir Palmeira (presidente da UNE-Rio), Jean Marc van der Weid (presidente da UNE em 69), José Luís Guedes (presidente da UNE em 67), José Renato Rabelo (vice-presidente), Humberto Mazini (vice-presidente) e Daniel Arão Reis (presidente da UNE), todos exilados.

"Consideramos a realização do Congresso da UNE uma afirmação da vontade democrática dos estudantes brasileiros que tiveram de sobrepor-se à tentativa da ditadura de impedir sua realização. Além disso consideramos que o Congresso da UNE, como os anteriores, significa o exercício de uma prática democrática pois nele se realizam o livre debate de idéias sem restrições de qualquer tipo. À diferença do regime ditatorial, que continua em vigência. Por isso as direções da UNE possuem uma representatividade que não pode ser alvejada por nenhum governante. A realização do congresso sendo um ato democrático, encontra-se por definição em contradição com o regime atual, que apesar das pretensas reformas não perdeu sua essência ditatorial, se exprime através da nova LSN, permitindo a criminalização das idéias políticas e impedindo a livre organização do povo, as salvaguardas, uma nova expressão do AI-5, prontas para serem aplicadas contra todo movimento antiditatorial, manutenção do aparato repressivo que prendeu, torturou e matou impunemente ao longo desses anos. Política de arrocho salarial, garantida pela compressão de salários, intervenção nos sindicatos, proibição de greves e vio-

lência policial contra a classe trabalhadora que se levanta pelos seus direitos. Na universidade o quadro não é diferente: a liberdade de pesquisa e criação científica é reprimida pelo terrorismo cultural do governo e pelos interesses privados. A falta de verbas e as vagas reduzidas face as necessidades nacionais não permite que se saia do obscurantismo. Por outro lado a tentativa de impedir a adequação aos interesses nacionais e populares é reprimida com violência policial.

As mudanças obtidas até agora foram frutos de uma resistência popular que começa em 1964 à qual o movimento estudantil deu contribuições decididas e maciças ao longo desses anos. Hoje o movimento popular de luta contra a ditadura abarca amplo espectro de nossa sociedade e estende-se com lutas em todo o país onde se destacam as lutas operárias e dos camponeses na luta pela terra. Nesse momento o congresso é vitória importante das lutas populares. O ME, setor tradicionalmente democrático e combativo de nosso país, foi vítima de uma feroz repressão e teve os melhores de seus líderes presos, torturados e assassinados ao longo desses anos de resistência ao regime terrorista. Quando a UNE se organiza não podemos deixar de lembrar, portanto, Edson Luís, Honestino Guimarães, José Carlos da Matta Machado, Aldo Arantes, Rui Frasão, Alexandre Vannucchi Leme, João Batista Drumond, Gildo, Helenira Rezende, e outros líderes estudantis que tombaram na luta contra a ditadura. Não podemos deixar de lembrar nosso compromisso de luta pela libertação de ex-dirigentes estudantis e de todos os presos políticos. A negativa de libertação de Aldo Arantes e a condenação de dirigentes estudantis às vésperas do Congresso demonstram o conteúdo das reformas do regime e o seu mortal temor à UNE. Nesse momento em que o governo manobra com uma caricatura de anistia, a UNE deverá reafirmar sua disposição de luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelas mais amplas liberdades democráticas e pelo fim do regime ditatorial.

Viva o Congresso da UNE.

Que o XXXI Congresso da UNE seja um importante passo na luta contra a ditadura, pela vitória dos interesses populares."

Moção encaminhada pelo ex-presidente da UNE, Aldo Silva Arantes, que cumpre pena no Presídio Político de São Paulo.

"Meu desejo seria o de estar aí para partilhar com vocês da alegria de ver a UNE ressurgir e sentir a vibração de uma juventude disposta a lutar pela reconquista de seu lugar na vida política do país"

"Na qualidade de ex-presidente da UNE envio minhas calorosas saudações a todos os participantes do Congresso de reorganização dessa entidade. O ressurgimento da combativa e gloriosa UNE representa uma importante vitória para todos os democratas. Um golpe contundente contra o obscurantismo e a repressão. É um passo a mais para a verdadeira democracia no país. A UNE renasce como sempre foi — querida e prestigiada pelos estudantes e o povo em geral e perseguida pelos reacionários de toda espécie. Muitas das bandeiras específicas e gerais, pelas quais a UNE batalhou no passado, estão mais atuais do que nunca, ao lado de novas bandeiras e objetivos. Porque a ditadura militar, longe de ter resolvido os problemas fundamentais do país, os agravou, aprofundou o caráter antidemocrático do Estado brasileiro, marginalizou o povo das grandes decisões nacionais e criou um aparato repressivo desconhecido até então pelo povo brasileiro. Concentrou ainda mais a renda e a propriedade territorial. Degradou as condições de vida dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores em geral. Elevou a dependência econômica e política do país face ao capital imperialista, notadamente o norte-americano. Criou o monopólio estatal do petróleo, pelo qual a UNE tanto se bateu no passado, e permite que o capital estrangeiro saqueie a Amazônia. Também reacendeu o caráter antidemocrático da universidade brasileira. O projeto de reforma universitária, defendida pelos estudantes e professores progressistas, foi substituído pelo acordo MEC-USAID. Os objetivos de democratização da vida universitária foram substituídos pelo decreto 477, pelas assessorias de segurança das universidades, pelos draconianos regimentos internos. E o objetivo de fazer da universidade um centro de formação e desenvolvimento da cultura e da ciência nacionais, deu lugar ao objetivo de fazer da universidade um centro de formação de mão-de-obra qualificada e apolítica, para garantir o êxito do projeto de desenvolvimento econômico dependente. Porém, a resistência dos estudantes e professores impediu que o acordo MEC-USAID fosse inteiramente executado. E um dos aspectos em

que o regime não conseguiu a vitória desejada foi o da implantação do ensino pago. No entanto, o atual ministro da Educação afirmou recentemente ser esse um dos objetivos principais de sua gestão. A luta em defesa da escola pública, do ensino gratuito, itens fundamentais para a democratização do ensino no país, é objetivo dos mais importantes do movimento estudantil do passado. Continua assim na ordem do dia. O pronunciamento das entidades e líderes estudantis indicam que a UNE retomará com força essa bandeira. No momento em que se amplia a luta democrática, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, em que os trabalhadores pelejam na cena política do país, meu desejo seria o de estar aí para partilhar com vocês da alegria de ver a UNE ressurgir e sentir a vibração de uma juventude disposta a lutar pela reconquista do seu lugar na vida política do país. Faço votos de que a busca da unidade presida a realização desse Congresso e garanta uma UNE coesa e com uma sólida base de massa."

"Assegurar sua reorganização é incentivar o surgimento das autênticas representações nacionais dos trabalhadores"

Manifesto de apoio de 27 entidades de setores populares e democráticos da Bahia, aprovado na Assembléia do Trabalho Conjunto de 5/5/79.

"O povo brasileiro vive momentos importantes de sua luta histórica, na conquista de seus objetivos.

Após 15 anos de um regime antipopular, que para garantir a dominação dos grandes capitais nacionais e estrangeiros submeteu os trabalhadores a sofrimentos e misérias, os setores populares retomam e avançam a sua luta.

Exigem melhores salários. Bradam contra a alta do custo de vida. Reconstroem as suas entidades representativas. Denunciam a repressão e os crimes políticos. Lutam por uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, por Liberdades Democráticas e por uma Constituinte livremente eleita.

Os estudantes têm sido parcela destacada no apoio a essas lutas.

Combativamente têm quebrado os limites impostos pela Ditadura: nas greves por melhores condições de ensino, nas passeatas e atos políticos, no apoio às greves dos trabalhadores, na reconstrução de suas entidades livres e representativas.

São anos de sofrimentos e de lutas que não podem ser esquecidos. Como esquecer as torturas às suas lideranças, como o ex-estudante Aldo Arantes? Como esquecer que a Ditadura incendiou o prédio da UNE em 64, que reprimiu o seu último Congresso em 68? Como esquecer o assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme e o desaparecimento de Honestino Guimarães?"

"O inimigo comum e imediato está identificado: a ditadura militar que a todos vem reprimindo e oprimindo e contra a qual se voltam todos"

Moção encaminhada pelos presos políticos do Rio de Janeiro.

"Saudamos o Congresso de reconstrução da UNE e enviamos nossa solidariedade aos estudantes universitários em suas lutas.

Compreendemos a relevância desse congresso para a reconstrução da UNE. Ele marca a unidade do movimento estudantil e esperamos dele a reafirmação da tradição de luta dos estudantes brasileiros. Muitos de nós, hoje, presos políticos, enquanto estudantes participamos das jornadas de luta da UNE e todos nós, enquanto militantes políticos comprometidos na luta do povo brasileiro contra a ditadura militar e contra todas as formas de exploração e opressão, sabemos, por experiência e com conhecimento da nossa história, o papel desempenhado pela UNE seja na defesa dos interesses dos estudantes seja na defesa dos interesses mais gerais do povo brasileiro. Hoje em dia, em que os vários setores sociais se organizam de forma aberta alargando a margem de mobilização duramente conquistada, defendem e ampliam seus direitos negados durante esses 15 anos de vigência da ditadura militar, cresce de importância a representação organizada e ativa dos estudantes em escala nacional, contra a qual a ditadura militar vem se opondo violenta e sistematicamente desde 31 de março. Assim multiplicam-se as lutas por melhores condições de vida e trabalho, por liberdade de organização e expressão, pela anistia ampla, geral e irrestrita e por liberdades políticas, exigindo um novo grau de organização e consciência das massas populares, em busca de alternativas próprias e independente dos projetos burgueses. O inimigo comum e imediato está identificado — a ditadura militar — que a to-

dos vem reprimindo e oprimindo e contra a qual se voltam todos. Esta é a base em torno da qual se deve forjar uma grande unidade do povo explorado e oprimido, objetivando a derrubada dessa ditadura militar e a conquista de uma democracia, da ampla participação popular.

Entretanto, mais do que consignar a palavra-de-ordem das resoluções aprovadas é necessário que se trace uma tática em escala nacional e que se crie instrumentos próprios e adequados para se encaminhar essa luta ao nível das faculdades e universidades. A participação dos estudantes na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo respeito aos DH, pela liberdade de organização e manifestação serão um fator importante na formação de um movimento unitário de oposição contra a ditadura militar. Embasado na participação e mobilização das massas populares.

Pela unidade dos estudantes / Por uma UNE forte e combativa, engajada nas lutas do povo brasileiro.

O povo brasileiro se lembrará sempre das combativas intervenções da UNE ao longo de nossa história: a luta contra o Nazi-Fascismo e pela redemocratização em 45. A campanha "O Petróleo É Nosso". A criação do Centro Popular de Cultura. A passeata dos 100 mil, em 68.

Hoje a UNE ressurge.

Assegurar a sua reorganização é incentivar o surgimento das autênticas representações nacionais dos trabalhadores. É assim estimular o reerguimento dos sindicatos rurais e urbanos. É enfim a certeza de que conseguiremos a conquista definitiva da Liberdade de Organização e Manifestação para todos os setores populares irmanados no objetivo único de construção de um governo voltado para a defesa dos seus interesses.

Para a Ditadura mais um desgaste, mais um passo para o seu isolamento.

Para nós, um imenso significado de reorganização e unidade das forças democráticas e populares.

Este é o sentido da nossa solidariedade e disposição em apoiar e assegurar o êxito da realização do Congresso da UNE. Momento de grande significação e esforço conjunto no avanço do movimento que tão caro custou a milhares de brasileiros

POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

POR LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

POR ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS."

Genuíno e Vinicius

Os pronunciamentos e leitura de dezenas de moções de apoio ocuparam toda a primeira manhã do congresso. José Cenuíno Neto, ex-diretor da UNE e que também encerraria o Congresso, lembrou, na sessão de abertura que "a UNE é a carne e o sangue dos estudantes brasileiros que enfrentaram a rebeldia organizada sendo que jamais poderão dizer que a UNE se omitiu, politicamente, das lutas do povo brasileiro".

Citando Honestino Guimarães, Genuíno pediu uma calorosa "homenagem a todos os estudantes brasileiros que deram sacrifício, seu sangue e sua vida" em defesa de seus ideais.

"Na minha época — disse — a UNE era tratada como inimigo ferrenho do regime, o que é muito bom, pois ela se colocava contra esse regime que assassinava os estudantes e que não fazia nada em seu interesse. Ao longo de sua história, mesmo com o AI-5 e o 477, a diretoria empossada em 1969, ainda resistiu a esses decretos que já morreram na prática. A UNE sempre caminhou lado a lado com a luta dos oprimidos.

Nossa diretoria foi castigada com os quadros dos representantes mortos, mas soube cair de pé, resistindo enquanto pôde. Naquela época, éramos tratados apenas pela repressão. Hoje vocês estão reconstruindo a UNE com o respaldo dos estudantes. Hoje, reconstruímos a UNE, amanhã, conseguiremos a derrubada dessa ditadura, que não representa, de forma alguma, os interesses da maioria."

O ex-presidente da UNE, Vinicius Caldeira Brant, por sua vez, lembrou não só os estudantes que morreram nas ruas mas também representantes de outros setores como o operário Manoel Fiel Filho, o jornalista Vladimir Herzog, o operário Olavo Hansen e pediu uma homenagem especial ao engenheiro Carlos Marighela e ao capitão Carlos Lamarca.

"A todos esses que não podem estar aqui hoje conosco, mas que lutaram para que pudéssemos estar aqui hoje — disse — o respeito à memória desses mártires não deve se traduzir apenas nas nossas palmas e sim na nossa luta, concretizando a democracia por que o povo vem lutando.

A UNE — acrescentou — sempre soube se somar não só aos trabalhadores, mas também à Igreja, aos parlamentares, a todos aqueles que efetivamente estejam lutando contra essa ditadura. A UNE somos nós, e não somente vocês estudantes. A UNE somos nós porque se está concretizando, nesse momento, o processo de unidade do povo brasileiro na luta contra essa ditadura."

Também o deputado Aurélio Perez participou da abertura do Congresso. Falando em nome do Movimento Contra a Carestia que se congratulava com os estudantes disse que "temos um regime que se implantou para esmagar o povo brasileiro, se implantou para esmagar os operários e os estudantes mas não conseguiu levar à frente sua tarefa porque hoje nós temos operários fazendo greve; apesar das intervenções nos sindicatos temos operários voltando e tomando de novo seus sindicatos e temos também os estudantes, apesar de tudo, voltando e reconstruindo a sua UNE".

Outro participante, o deputado Geraldo Siqueira Filho, afirmou que "a realização do Congresso não representava nenhuma concessão da ditadura. Isso aqui é uma conquista do movimento estudantil, da mobilização popular, que hoje está se ampliando, que hoje está alcançando as fábricas em todo o país. Funcionários públicos, professores, todas as categorias. Hoje a gente está sentindo a força viva que é a mobilização popular, que a ditadura militar não conseguiu segurar nesse país".

"O dado fundamental — acrescentou — está se verificando na rearticulação, na reorganização nacional dos estudantes. É a reorganização de um primeiro setor, nesse momento político, que se organiza a nível nacional. Mas nós sabemos que isso tudo está abrindo caminho na mobilização, na reorganização a nível nacional também dos trabalhadores numa Central Única. Nós sabemos também que todos os setores, a nível nacional, já começam a se articular e sabemos que a mobilização, pela soma de todas as forças, de todos os setores mobilizados na luta, nós vamos chegar à conquista da anistia ampla, geral e irrestrita e na derrubada da ditadura militar."

Outro orador, José Basílio Cerqueira, líder dos camponeses da região do Araguaia, no Pará, e membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Estado, destacou que "a luta dos trabalhadores rurais sem terra é a mesma dos estudantes, pela defesa da Amazônia e por condições de vida ao povo pobre".

Na mesa de abertura dos trabalhos, representantes de vários setores.

Depois de defender as liberdades democráticas, a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita, a anistia ampla, geral e irrestrita e a reforma agrária, Basílio disse que os trabalhadores do Araguaia estão apoiando e torcendo pela reconstrução da UNE.

"Os trabalhadores do campo vêm trazer apoio e estímulo a vocês nessa luta por liberdades democráticas."

O plenário respondeu a seu pronunciamento com gritos de "o povo unido, jamais será vencido".

Contudo, poucos dos 10 mil estudantes do plenário acompanharam Carlos Lira, que cantou o Hino da UNE, composto em 1963 em parceria com Vinicius de Moraes. Afinal, o Hino fora cantado muitos anos antes, por uma outra geração de estudantes.

União Nacional dos Estudantes
Mocidade brasileira
Nosso hino é nossa bandeira

De pé a jovem guarda
A classe estudantil
Junto à vanguarda
A trabalhar pelo Brasil
A nossa mensagem
De coração é que traz
Um canto de esperança
Num Brasil em paz

A UNE reúne futuro e tradição
A UNE, a UNE

A UNE é união

A UNE, a UNE, a UNE somos nós
A UNE, a UNE
A UNE é nossa voz.

A cansativa democracia da reconstrução

Certas ou erradas, as decisões do Congresso de Reconstrução da UNE foram fruto de uma

saudável prática democrática, da qual fazem parte os tumultos, as gritarias, as palavras-de-ordem gritadas em coro, ofensas à mesa e conchavos. Foram 34 horas de debates, negociações e composições.

É claro que os estudantes, todos formados no silêncio imposto pela ditadura militar, jamais conseguiriam, numa primeira reunião nacional, depois de tanto tempo, sair com uma UNE pronta e acabada e nem aprofundar todas as questões a que se propuseram discutir. Não houve uma análise profunda da realidade brasileira e da própria universidade. Tanto que ao discutirem as lutas a serem travadas, mais de 100 propostas surgiram — desde anistia e Constituinte até a luta contra a cárie dentária.

De qualquer forma, o principal foi feito — a UNE foi recriada; seus estatutos e carta de princípios, definidos, e sua diretoria provisória, eleita.

Já no primeiro dia do Congresso, ficou claro que não seria fácil chegar a essas conclusões. O debate de grupos — que analisariam "Realidade Brasileira", "Universidade", "Lutas", "Estatuto e Carta de Princípios", "Eleições da Diretoria" e "Cultura, Esporte e Secretarias por Área" —, se estendeu das 18 às 23 horas, sem que, na maioria deles, fosse atingido o objetivo final de sintetizar e debater as propostas sobre os diversos temas. Grande parte do tempo foi desperdiçado com questões de encaminhamento. Às 20 horas, todos os grupos ainda debatiam qual seria o tempo de cada intervenção, a posição em alguns grupos, aproximou-se de uma centena, debate. Outro problema comum foi o de compatibilizar o grande número de inscrições que, em alguns grupos, aproximou-se de uma centena, com o teto estabelecido pela Comissão Pró-UNE para a entrega dos relatórios que seriam lidos em plenário no dia seguinte.

O grupo de "Eleições" foi o que congregou maior número de participantes — cerca de mil. Afinal, esse era o tema que iria polarizar as discussões na plenária final.

Eleição direta ou em Congresso; diretoria já ou no segundo semestre; provisória ou definitiva; diretoria de nomes ou de entidades. Todas essas divergências nos debates do grupo davam uma prévia do que seria o debate do tema no plenário. A colocação das propostas defendidas pelas diversas tendências acabou servindo mais para orientar os acertos entre os vários grupos políticos, em reuniões que vararam a noite.

O líder camponês José Basílio Cerqueira falou aos estudantes.

A Comissão pró-UNE fez sucessivas reuniões para discutir o encaminhamento dos debates.

O resultado dos grupos acabou preocupando a Comissão Pró-UNE que temia que os impasses fossem reproduzidos na plenária final, sobretudo quanto ao encaminhamento das questões. Na manhã seguinte, um dos diretores da UEE de São Paulo já apresentava à Comissão uma proposta para encaminhamento da questão das eleições. E a própria Comissão tentava sintetizar as propostas apresentadas nos diversos grupos, consultando vários participantes, para evitar polêmicas.

Por volta de 10 horas da manhã do dia 30, decidia-se reduzir a pauta do Congresso que se limitaria a deliberar sobre a Carta de Princípios e Estatuto, Lutas a serem travadas e eleição da diretoria. Mesmo assim gastou-se uma hora e meia em discussões até a definição da ordem em que esses pontos seriam debatidos. Os 11,45 horas foi evacuado o plenário e realizado um sorteio para definir a distribuição das delegações no local.

O Grupo Oficina acabou não apresentando sua peça para não atrasar os debates.

Eram 2.304 delegados de 21 Estados e Distrito Federal, além de cerca de 5 mil observadores.

Era a seguinte a representação de delegados por Estado: Amazonas, 13; Alagoas, 46; Bahia, 251; Ceará, 61; Distrito Federal, 38; Minas Gerais, 281; Mato Grosso (do Sul e do Norte), 42; Maranhão, 23; Pernambuco, 122; Paraíba, 103; Paraná, 35; Pará, 54; Piauí, 23; Rio de Janeiro, 317; Rio Grande do Sùl, 116; Rio Grande do Norte, 29; Santa Catarina, 24; São Paulo, 597; Sergipe, 23; Espírito Santo, 64; Goiás, 32. A delegação eleita do Acre não compareceu.

Por volta de 13 horas foi estabelecido um recesso para almoço e a apresentação de duas peças — *A UNE somos nós,* do Grupo de Teatro da UEE — São Paulo e outra do Grupo Te-Ato Oficina. Quando se preparavam para entrar em cena, porém, os atores do Oficina foram surpreendidos pela notícia de que, dado o atraso da manhã, eles não poderiam exibir a peça para não comprometer o andamento do Congresso. O grupo protestou ruidosamente pelo microfone, mas diante da posição inflexível do plenário que queria dar prosseguimento ao Encontro, os atores, ainda maquiados, acabaram abandonando o "palco".

Todo esse período de intervalo se, de um lado, atrasou o andamento dos trabalhos, de outro, foi fértil em conchavos. As reuniões por área de estudo (Engenharia, Economia, Medicina, etc.) acabaram transformadas em minigrupos de debates e negociações. E, novamente, a questão das eleições era o tema principal das conversas.

Carta de Princípios

A discussão da *Carta de Princípios da UNE* foi das menos polêmicas do Congresso, uma vez que as propostas defendidas pelas diversas tendências do Movimento Estudantil coincidiam em vários pontos.

Os seis primeiros pontos da *Carta* foram aprovados sem grandes divergências:

1 — A UNE é a entidade máxima, representativa dos estudantes brasileiros na defesa dos seus direitos e interesses;

2 — A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;

3 — A UNE deve pugnar em defesa dos direitos e interesses dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, convicção política, religiosa ou discriminação social;

4 — A UNE deve manter relações de solidariedade com todos os estudantes e entidades estudantis do mundo;

5 — A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;

6 — A UNE deve lutar por um ensino voltado para os interesses da maioria da população brasileira, pelo ensino público e gratuito, estendido a todos.

O sétimo ponto aprovado — "A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo" — foi o que gerou maiores polêmicas, pois, para muitos, esse era um ponto do programa e não de carta de princípios.

Estatutos

Os primeiros acordos entre as diversas correntes políticas do movimento estudantil ocorreram quando da votação dos Estatutos da UNE. A UEE de São Paulo, que defendia apenas três instâncias de deliberação — o Congresso, o Conselho Nacional de Entidades (UEEs e DCEs) e a diretoria da entidade — decidiu retirar sua proposta e apoiar a do DCE da PUC do Rio de Janeiro, que incluía uma quarta instância de deliberação — o Conselho de Entidades de Base (Centros e Diretórios Acadêmicos), logo abaixo do Congresso Nacional.

A argumentação da PUC-RJ foi que "a questão central para a construção de uma entidade democrática capaz não só de expressar in-

teresses coletivos, mas também transformá-los em movimento social, é assegurar a participação do conjunto dos estudantes, de maneira a permitir não só instâncias democráticas de deliberação, como também uma efetiva unidade de ação. Tal participação somente é possível através do que já existe de movimentos organizados, a partir das entidades de base — os diretórios e centros acadêmicos eleitos. É sobre essas entidades que a UNE deve basear suas ações, estabelecer suas relações com o conjunto dos estudantes subordinados a elas o trabalho de sua diretoria, exceto no que diz respeito às questões como: Carta de Princípios, Estatutos, Programa Político e a eleição da diretoria".

A única tendência contrária ao Conselho Nacional de Entidades como instância deliberativa era Liberdade e Luta cuja proposta de Estatuto previa o Congresso e a diretoria (instâncias deliberativas). Admitiam o Conselho de Entidades apenas com um caráter consultivo.

Segundo Liberdade e Luta, "na UNE não será possível criar canais de participação e de decisão além do Congresso; os "Conselhões" de entidades, como o da UEE de São Paulo, não representam o programa que foi eleito para a entidade, e por isso não podem ter poderes deliberativos superiores aos da diretoria que foi eleita justamente para representar este programa. Dessa forma, a diretoria de uma entidade como a UNE (que não pode convocar assembléias nacionais, quando é necessária alguma decisão importante) deve concentrar em si mesma as características de democracia que deve marcar a entidade".

A proposta vencedora foi a apresentada pela PUC-RJ com o apoio da UEE-SP. Assim, as instâncias de deliberação da UNE são:

— Congresso Nacional de Estudantes;

— Conselho de Entidades de Base (que deverá ser convocado pela diretoria da UNE e/ou por um terço das entidades filiadas à UNE);

— Conselho de entidades livres (DCEs e UEEs);

— Diretoria da UNE.

Sem secundaristas

O Congresso decidiu ainda que a UNE não aceitará a participação dos secundaristas, mas permitirá a dos pós-graduandos. Como os universitários, os poucos secundaristas presentes também estavam divididos: alguns achavam que os secundaristas deviam partir para a sua própria organização nacional; outros defendiam que os secundaristas deveriam participar da UNE, entidade de todos os estudantes brasileiros e, outros ainda, acreditavam que os secundaristas deveriam participar da UNE depois de reconstruída a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Apesar do manifesto da 1.ª Reunião Nacional Secundarista lido no Congresso que pedia que os companheiros da UNE não vetassem a participação secundarista (embora não pretendessem participar da entidade "nem através de um departamento secundarista nem de qualquer outra forma, pois não seria representativa do conjunto dos secundaristas a nível nacional") — acabou vencendo a proposta encaminhada por um membro da extinta tendência Caminhando, de São Paulo, Alon Feuerwerker. Segundo ele, "a organização dos secundaristas deve se dar a partir da base dos estudantes secundaristas. A UNE deve dar apoio à luta dos secundaristas e o maior apoio, nesse sentido, é o de permitir que se organizem de forma independente".

Sabotagem

Os estudantes já haviam deliberado sobre a questão dos secundaristas e pós-graduandos e ainda não haviam concluído a defesa das propostas de estatuto. O clima no plenário já era de tensão e expectativa: passava das 19 horas do dia do encerramento do Congresso e ainda sequer havia sido iniciada a discussão sobre as lutas, tema que na pauta precedia o das eleições. Além disso a mesa anunciava que, encerrada a questão dos estatutos seria dada a palavra a um representante do DEE-RS. É nesse momento que as luzes se apagam e do 2.º piso do centro de Convenções cai — com o ruído de uma bomba — um pacote com alguns quilos de um pó identificado pelos estudantes como uma mistura de talco e lã de vidro moída sobre o plenário. O efeito da mistura é semelhante ao de gás lacrimogêneo, provocando conjuntivites e coceiras.

O capitão Carlos Azis, responsável pela segurança do Centro de Convenções informou que "alguém violou a casa de força e desligou três chaves gerais. O cadeado foi trocado, pois o que se encontrava na casa de força não nos pertence. Tanto que, a nossa chave não o abriu.

1ª Reunião nacional secundarista

É o seguinte o manifesto da 1.ª Reunião Nacional Secundarista apresentado no Congresso de Salvador:

"Nós secundaristas, tivemos nossas entidades de base, os grêmios, destruídos em 1968, pela repressão que se abateu sobre os trabalhadores, estudantes e demais oprimidos que se colocavam contra a ditadura militar instaurada em 1964 com o golpe de 31 de março. A morte do secundarista Edson Luís em 1968, a destruição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, a prisão e o exílio de seus membros, é o saldo desta repressão que abate sobre nós secundaristas.

Hoje o movimento secundarista é ainda embrionário, fraco, não conseguindo dar respostas imediatas aos problemas que nos atingem. Hoje nos encontramos ainda sem nossas entidades livres e representativas, substituídas pelos centros-cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificante e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente e eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que procura contribuir com a transformação da sociedade. Portanto, o movimento secundarista ainda está generalizado, não existe o mínimo de unificação nas lutas de resistência ao autoritarismo e às péssimas condições de ensino que despontam esparsamente em um local ou outro.

Neste momento, quando toda a sociedade procura se organizar em movimentos contra a opressão e a miséria social, que se generalizam por todo o país, nós, como membros desta sociedade, sofremos as conseqüências de suas contradições. Por isso lutamos, hoje, pela liberdade de organização e manifestação, pela reconstrução de nossas entidades de base, livres e representativas, por melhores condições de ensino e contra o autoritarismo. Por isso mesmo não vamos participar em um departamento secundarista na UNE ou de qualquer outra forma, pois esta participação não será representativa do conjunto dos secundaristas, a nível nacional. O que é pioritário para nós são as lutas de resistências, é a ampliação, a organização e o avanço do movimento secundarista.

Apoiamos e entendemos ser da maior importância a reconstrução da UNE não só para os estudantes como também para toda a sociedade. Entendemos que a UNE é uma das maiores conquistas dos estudantes e da sociedade brasileira no campo da liberdade de organização. Esperamos também todo apoio da UNE ao movimento secundarista e às suas lutas, esperamos que os companheiros da UNE não vetem a participação secundarista, pois se hoje não nos encontramos organizados, no futuro poderemos participar, ficando claro que daremos prioridade à reconstrução da UBES."

Tivemos de forçar a porta para religar as chaves. Só pode ter sido alguém que está infiltrado no meio dos estudantes e que por algum motivo não quer que a coisa chegue ao fim. Sobre o pó, eu garanto que lá de cima não partiu porque lá só tem o nosso pessoal. Ficam quatro vigilantes lá em cima — dois em cada porta do prédio. Mais dois protegendo o saguão e outros dois protegendo as rampas do outro lado".

A primeira reação do plenário foi de medo. Um pequeno tumulto começou quando estudantes assustados tentaram fugir. Em poucos segundos, as divergências que alimentavam acirradas discussões momentos antes foram esquecidas. Em coro, seguindo a orientação da mesa, o plenário gritava "Calma, calma", "A UNE vai sair", "Povo unido jamais será vencido", "A UNE somos nós, nossa força, nossa voz". Ainda no escuro cantaram *Pra não dizer que não falei das flores* (*Caminhando*), de Geraldo Vandré, e o Hino da UNE. Também em coro, repetiram, substituindo o microfone, as orientações de Rui Cesar Costa Silva (presidente do DCE da UFBA) — "Nós não vamos aceitar qualquer provocação. Nosso movimento é justo. Nossa luta é organizada. Vamos manter a calma".

A Comissão de Segurança do Congresso logo foi ativada. Entenderam-se com o chefe da segurança do Centro, recolheram amostras de pó, o saco onde fora embalado e algumas ampolas de um líquido não identificado e encaminharam o material para análise. Alguns membros da Comissão foram colocados em locais estratégicos do Centro de Convenções e um esquema alternativo de iluminação, idealizado. No caso de nova falta de luz — o que ocorreria por mais duas vezes — os proprietários de carros particulares deveriam acender os faróis iluminando o plenário.

Mais de 60 pessoas passaram pelos postos médicos com conjuntivite, coceiras e crises nervosas. A médica responsável pelo posto, Cecília Cerqueira, não conseguira identificar a mistura que compunha o pó, mas recomendava que os estudantes não esfregassem os olhos e prescrevia lavagem com colírio. Afirmou ainda que nenhum caso mais sério foi registrado.

Nenhum suspeito foi encontrado. A versão mais corrente era de que a sabotagem fora obra de policiais. O *Jornal da Bahia* de 31/5/77, publicava a seguinte nota: "Como se não bastasse os diversos agentes policiais travestidos de estu-

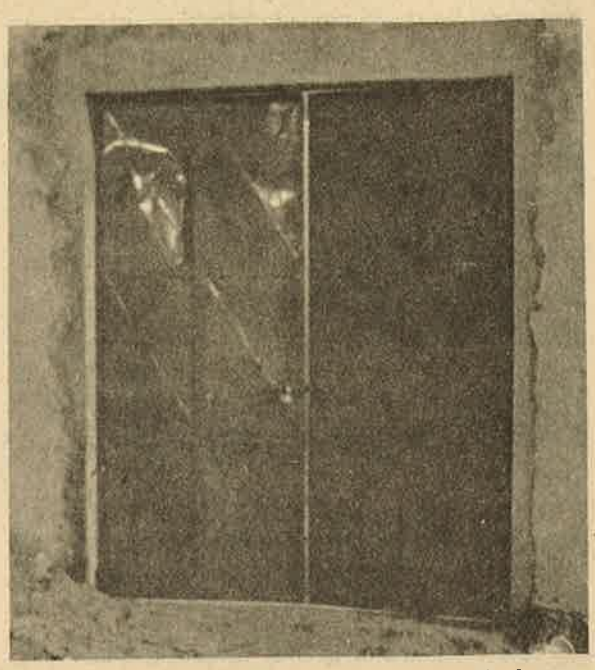
dantes, gritando "viva a UNE"! "Abaixo a ditadura", a Comissão de Assistência Jurídica detectou alguns agentes travestidos de funcionários do Centro de Convenções da Bahia. "Quando um deles me viu, comenta um membro da assessoria jurídica, ficou sem graça e me disse que agora estava trabalhando no CCB".

A "briga" pelas Lutas

Quando a mesa encarregada dos trabalhos decidiu por volta de 20,30 horas abrir as discussões sobre as Lutas a se travarem pela UNE, mais de 100 propostas já haviam sido encaminhadas. Depois de alguns oradores inscritos terem apresentado pelo menos uma dezena de propostas de luta cada um, a mesa decidiu colocar em discussão e votação as sugestões que haviam obtido consenso no grupo de debates. Nessa altura, porém, parte do plenário já não acompanhava as discussões, mais preocupados com as articulações em torno de candidaturas para a direção da UNE, formação de chapas e busca de adesões para as propostas de data e forma de eleição da diretoria.

Em meio a grande tumulto e protesto de delegados que pediam a palavra para colocar uma questão-de-ordem discordando do encaminhamento da votação, foram aprovadas seis Lutas a serem levadas pela UNE:

1 — Contra o ensino pago
2 — Por mais verbas para a educação
3 — Pela anistia ampla, geral e irrestrita
4 — Contra a devastação da Amazônia
5 — Por uma Assembléia Nacional Constituinte
6 — Campanha de Filiação de Entidades à UNE.



A porta da casa de força arrombada e fechada com um novo cadeado. No canto superior esquerdo, as marcas do arrombamento.

A mesa pretendia continuar colocando em votação outras propostas, mesmo sob protestos de grupos que pediam fossem estabelecidas as lutas prioritárias, quando as luzes se apagaram novamente, desta vez, apenas por alguns instantes. O suficiente porém para que os ânimos se acalmassem e a mesa aceitasse a questão-de-ordem de um diretor da UEE-SP, Fernando Peregrino, no sentido de que fosse encerrada a votação das lutas e iniciado o debate sobre as eleições.

Eram 22,30 horas.

Eleições: na madrugada, as viradas e os conchavos.

A decisão final de se tirar do Congresso uma diretoria provisória, composta por entidades, que encaminharia as eleições diretas no segundo

Qualquer intervalo era aproveitado para reuniões e negociações entre as diversas tendências.

semestre para a diretoria definitiva, não foi resultado apenas das longas 6 horas de discussões no plenário, nem dos debates durante os dois dias do Congresso. O assunto, desde muito antes, era tema das conversas, desde a Comissão Pró-UNE até os mais desmobilizados centros acadêmicos.

Já nos primeiros momentos da organização do Congresso se sabia que o tema Eleições polarizaria o plenário e seria motivo de briga, alianças, conchavos. Apesar das tentativas de se fazer convergir as atenções para a reconstrução da UNE — fato já dado como certo desde que se conseguisse realizar o Congresso —, foram as eleições que motivaram as mais acaloradas discussões.

Uma prova disso é que as matérias da imprensa, depois de mencionar o "deixa-não-deixa" governamental, fatalmente convergiam para os nomes já lançados como presidenciáveis e sobre outros possíveis candidatos.

Um mês antes do Congresso dois nomes já haviam sido lançados: o baiano Valdélio Santos Filho apoiado pela tendência Viração, da Bahia (apelidada, para melhor identificação, de Caminhando do Norte) e grupos de outros Estados do Nordeste, e Paulo Roberto Massoca, lançado pela União Metropolitana de Estudantes de São Carlos (SP), e apoiado pelo DCE de Londrina e pela tendência Unidade (apelidada pelas outras correntes de Reforma), diretoria do DCE da PUC-RJ.

A maioria das tendências acreditava que a posição vitoriosa do Congresso seria a da eleição de uma diretoria definitiva. Antes mesmo de partirem para Salvador, a tendência Refazendo (de São Paulo), mesmo defendendo uma diretoria provisória formada por entidades, já articulava a candidatura de um dos diretores da UEE, Marcelo Barbieri, senão para a presidência, pelo menos para a secretaria geral. A idéia era uma composição com Caminhando, desde que a candidatura Valdélio fosse substituída por um outro Caminhando "mais à esquerda", o diretor do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de São Paulo, Alon Feuewerker, por exemplo.

Enquanto isso em outros Estados, mais candidaturas "pipocavam" — a do pernambucano Luís Antonio Alencar Marinho Falcão, Lula, do DCE da UFPE, por sua atuação na Comissão Pró-UNE; e do carioca Roberto Bittencourt, da UFRJ, logo esquecido

À saída da delegação paulista para o Congresso, a comissão de imprensa da UEE lançava um "press release" com várias informações, entre elas a de que a candidatura Valdélio já teria o apoio de 80% dos delegados. Poucos minutos depois da delegação chegar a Salvador, um eufórico diretor da UEE informava que uma prévia recente indicava que já havia um equilíbrio entre as propostas: 1200 delegados consultados eram por uma diretoria definitiva e 1000 por uma provisória.

Os debates do Grupo de Eleições, no primeiro dia do Congresso serviram para que as tendências tomassem pé da situação e partissem para novas negociações. As discussões se polarizaram sobre a escolha de uma diretoria provisória (por entidades, por nomes, por nomes escolhidos proporcionalmente à representatividade das tendências) ou definitiva (até as novas eleições, com mandato de um ano ou ainda definitiva a ser referendada em urnas). Os que não propunham diretoria permanente se dividiram entre eleições em urnas, em congresso ou um plebiscito que escolhesse uma das duas formas.

Na manhã do dia seguinte, último do Congresso, enquanto se distribuía as delegações no pátio do Centro de Convenções, as reuniões de "entendimentos" se multiplicavam. Logo cedo, a Comissão Pró-UNE reunia-se para definir o encaminhamento dos trabalhos da tarde, que prometiam ser exaustivos, principalmente o item eleições. Prevendo esses problemas, a chapa Novo Rumo apresentou a proposta de encaminhamento que a Comissão Pró-UNE acataria e que seria aprovada pelo plenário.

Tudo indicava que, definitiva ou não, seriam escolhidos nomes para uma diretoria. Nenhuma tendência sozinha, porém, contava com o apoio de um número suficiente de delegados para eleger seu candidato. Assim, todas as formas de negociação de cargos foram tentadas. Paulo Massoca (dissidente da Refazendo) saía em busca de alianças em troca de cargos na sua chapa e acabou inclusive oferecendo a seu concorrente, o baiano Valdélio dos Santos, a secretaria geral. Valdélio, segundo comentários, teria invertido a proposta.

Enquanto isso, em outra frente, os partidários de Valdélio tentavam o apoio de Refazendo (e com ela, o de Caminhando do Sul e de vários delegados independentes paulistas) oferecendo a secretaria a Marcelo Barbieri (UEE-SP). Refazendo e Nova Ação, da Bahia, embora dispostas

a aliar-se com Caminhando do Norte (Viração) continuavam não aceitando Valdélio. Chegaram mesmo a ensaiar uma chapa encabeçada por outro dos seus diretores na UEE, Arnaldo Calil Jardim, Chefão. Ou ainda uma chapa encabeçada por Marcelo Barbieri, dando a secretaria geral a Valdélio.

Quando essa última proposta chegou aos ouvidos de Liberdade e Luta (que via como única saída para a questão das eleições a formação de um chapão com representantes das principais tendências — entre as quais estaria — sem definição de cargos), um de seus membros perguntou, ironizando:

"Qual a diferença entre a chapa do Marcelo e a do Valdélio, a não ser a cor dos presidentes?"

Mas os conchavos não se limitavam aos nomes para a presidência e secretaria geral. Individualmente, no caso de Lula; ou por tendências, no caso de Centelha, Unidade e Peleia, o apoio a esta ou aquela chapa valia importantes cargos regionais na diretoria da UNE.

Finalmente, convencidos do ridículo de colocar a "chapa preta" (Valdélio) e a "chapa branca" (Marcelo), Caminhando, Viração e Refazendo (Nova Ação) chegaram ao tão esperado denominador comum — o também baiano, Rui Cesar Costa Silva — que estava escapando praticamente ileso da dura prova de dirigir os trabalhos na plenária final. Rui (Viração) substituiria o candidato Valdélio e a secretaria geral ficaria com Marcelo Barbieri (Refazendo).

Se no final do Congresso saísse uma diretoria por entidades como queriam Refazendo, Centelha, Novo Rumo e mesmo alguns delegados baianos, entre outros — as articulações valeriam para o segundo semestre.

Às 4:30, a diretoria

Era 1,30 hora na madrugada de quinta-feira quando o plenário decidiu, depois de ouvir a apresentação de defesas de uma dezena de propostas, que aquele Congresso tiraria uma diretoria.

A proposta 1 foi apresentada pela diretoria da UEE-São Paulo, que propunha diretoria provisória formada por entidades e eleições diretas no segundo semestre. Argumentavam que "falta maturidade política ao movimento e lideranças para propor uma diretoria da entidade com um programa claro. Além disso, dificilmente uma diretoria eleita no Congresso deixaria de utilizar seu poder para a campanha política no próximo semestre".

A proposta 2 — diretoria plena, por nomes, tirada no Congresso e eleições no segundo semestre para referendar a 1.ª — foi defendida por Paulo Massoca, para quem "o movimento estudantil precisa de uma cabeça, que deveria ser tirada nesse Congresso, bastante representativo". As eleições no segundo semestre, quando outras chapas poderiam concorrer, teria por objetivo principal referendar a diretoria eleita, "fortalecendo-a".

A proposta 3, apresentada pelos DCEs da Federal de Minas (Centelha) e Federal do Rio Grande do Sul (Peleia) — defendia uma diretoria transitória de reconstrução da UNE, formada por entidades, argumentando que a preparação do Congresso fora deficiente. Defenderam — "não como princípio", eleições em congresso no segundo semestre para a diretoria definitiva.

A proposta 4 — apresentada por um aluno da Arquitetura da UFBa — propunha eleições diretas no início de 1980 e uma diretoria provisória com base regional. Argumentou que as eleições em Congresso são democráticas mas que

Antes das votações, os "acordos" no próprio plenário.

Mesmo cansados, os estudantes permaneceram em plenário até as 4 horas da madrugada, quando foi votada a diretoria.

existe uma ansiedade, entre os estudantes, de eleger seus representantes de forma direta.

A proposta número 5, apresentada pelo DCE da USP (Liberdade e Luta) — defendia uma diretoria provisória proporcional à representatividade das tendências, sem definição de cargos e eleições em Congresso no segundo semestre para a diretoria definitiva. A diretoria proporcional garantiria, segundo Liberdade e Luta, a unidade da UNE. E, além disso, "só em Congresso todas as posições podem ser profundamente debatidas".

A proposta 6, apresentada por Lula, do DCE de Pernambuco (Correnteza), defendia a eleição de uma diretoria definitiva nesse Congresso com mandato de um ano e eleições em Congresso de 2 em 2 anos. Segundo ele, "não eleger uma diretoria já, é jogar no lixo a representatividade do Congresso. Uma diretoria agora será consolidada nas lutas dos estudantes".

Nesse momento começaram as manifestações do plenário: enquanto uma parte gritava "É hora, é hora, é hora, diretoria agora" a outra respondia com "Abaixo o pacotão, queremos eleição", "Abaixo o conchavão, queremos eleição".

Valdélio e Massoca conversaram muito durante o Congresso. Mas não chegaram a um acordo quanto a uma chapa.

Os oradores se sucederam horas seguidas ao microfone na defesa de suas propostas. Na foto, Marcelo Barbieri, da UEE-SP.

Lula não terminou sua intervenção antes de ouvir por alguns segundos o coro de "Abaixo o populismo".

A proposta 7, apresentada pela Universidade do Maranhão, defendia diretoria provisória e um plebiscito para saber se a diretoria definitiva seria escolhida em Congresso ou em urna. Segundo eles, "democracia não é um ato. É um processo. A diretoria provisória é um passo no processo".

A proposta 8, apresentada pelo DCE de Goiás, defendia uma diretoria provisória formada por uma comissão de entidades e eleições e Congresso no segundo semestre. Segundo eles, a tirada de uma comissão refletia as necessidades do atual estágio do movimento estudantil.

A proposta 9 foi apresentada por um grupo de estudantes de Porto Alegre, que defendia diretoria provisória e eleições diretas no segundo semestre com mandato de 2 anos. A diretoria provisória, segundo eles, "deve reconstruir a UNE jurídica e fisicamente, além de propagar a Carta de Princípios".

A proposta 10, apresentada por um grupo de alunos da Fundação Getúlio Vargas, defendia diretoria provisória proporcional colegiada e eleições diretas no segundo semestre.

A forma de encaminhamento da votação também gerou polêmica: os que queriam uma eleição no Congresso defendiam a votação de cada proposta individualmente; os defensores da diretoria provisória (pulverizados em 8 das 10 propostas) preferiam votar ponto por ponto. Foi essa a forma escolhida. Assim, definiram primeiro se se tirava ou não uma diretoria do Congresso (a UEE propunha Comissão Federativa de entidade). A ampla maioria votou pela tirada de uma diretoria. Depois, decidiriam o o caráter da diretoria — definitiva ou provisória. Essa votação — a mais esperada do Congresso, dividiu as atenções.

O plenário fervilhava. De pé, punhos cerrados eles se digladiavam com palavras-de-ordem. Os defensores da eleição de uma diretoria no Congresso gritavam "É hora, é hora, é hora, diretoria agora". Os partidários da provisória (agora com o apoio da UEE-SP que perdera a primeira votação) respondiam com "Na base, agora, não houve discussão. Diretoria agora é um puta pacotão". Foi nessa "briga de slogans" que os delegados indecisos se definiram e, para surpresa dos próprios líderes do movimento estudantil, venceu a proposta de diretoria provi-

sória, contando inclusive com muitos votos da delegação da Bahia, reduto eleitoral de Valdélio — que deixou o plenário, mesmo antes do encerramento do Congresso.

A seguir, os delegados decidiram que a eleição da diretoria definitiva no segundo semestre seria feita por urnas, pela primeira vez na história da UNE. As propostas derrotadas eram de eleição em Congresso e de realização de um plebiscito para deliberar sobre uma das duas formas.

Por fim, foi votado se a diretoria provisória seria composta de nomes eleitos no Congresso, se seria uma diretoria eleita proporcionalmente à representatividade das tendências ou se seria composta por entidades.

Essa votação modificou o comportamento do plenário. Liberdade e Luta que estava votando com Refazendo, Caminhando, Centelha e Unidade em favor da diretoria provisória votou em sua proposta de diretoria proporcional. Muita gente que defendia uma diretoria definitiva, com a derrota de sua proposta, passou a apoiar a provisória de entidades. Permaneceram defendendo a provisória por nomes os adeptos de Paulo Massoca e uma parte de Valdélio.

Às 4,15 horas da manhã de quinta-feira, a última votação, que definia as entidades que comporiam a primeira diretoria da União Nacional dos Estudantes —

— União Estadual dos Estudantes de São Paulo

— Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal da Bahia

— Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco

— Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais

— Diretório Central de Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

— Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

— Diretório Central de Estudantes da Universidade de Brasília

— Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Pará.

Foram apresentadas outras três propostas de chapas de entidades para composição da diretoria. Todas essas apontavam o DCE da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não incluídas na chapa vencedora (apresentada por Nova Ação).

Os candidatos Paulo Massoca e Valdélio dos Santos Filho, que chegaram a ser acusados de "golpistas", acabaram desgastados durante o Congresso, talvez pelo fato de terem tido seus nomes lançados pela imprensa antes do início do encontro de Salvador. Muitos estudantes se sentiram ludibriados por tomarem conhecimento das candidaturas através da imprensa. Isso não significa, contudo, que foram queimados definitivamente para o movimento estudantil. Dias depois, o próprio Paulo Massoca admitia que o Congresso tivera muita importância na divulgação das diversas posições, inclusive a sua, e afirmava que sua candidatura continuava em pé.

Nem sempre a calma foi mantida. Muitas vezes as discordâncias geravam ásperos debates no plenário.

Alguns não resistiram ao cansaço das 34 horas de discussões.

DEE-RS
O último filho de 228

Com camisetas promocionais da Coca-Cola, munidos de megafones, aos gritos de "abaixo a comissão fascistas Pró-UNE" eles tentaram, logo no primeiro dia, tumultuar a abertura do Congresso de Reconstrução da UNE. No segundo dia, compraram um caixão que seria utilizado para o enterro simbólico da Comissão Pró-Une, precedido de uma passeata pelas ruas de Salvador. Desistiram da manifestação, depois de uma conversa — qualificada de "amistosa" por um jornal local — com policiais. Acabaram expondo sua posição ao plenário no Centro de Convenções.

Quem é o DEE (Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul), única entidade de nível estadual organizada nos moldes do Decreto 288, ainda existente no Brasil? Segundo estudantes da delegação gaúcha eleita para o Congresso, "é um grupo de direita, ligado à Arena Jovem daquele Estado e que mantém vínculos estritos com o regime militar".

Segundo a Carta de Princípios do DEE eles se encontram "eqüidistantes das posições tradicionais e conservadoras, que não absorveram as transformações do mundo, e dos coletivismos utópicos de alguns socialismos, que só podem ser efetivados com imensos sacrifícios da perda das liberdades individuais".

Abaixo, uma entrevista com Geraldo Rosa, presidente do DEE. uma entidade que, nas palavras do presidente do DCE da UFRGS, Luís Marques, não promove assembléias gerais "porque sabe que os estudantes iriam desmascará-los e mostrar o que existe sob essa roupa de democratas de palavrório".

P — Como surgiu o Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul?

Geraldo — O Diretório Estadual dos Estudantes surgiu pela Lei 4.494 de 1964. A lei 4.494 extinguiu as Uniões Estaduais dos Estudantes e chamou todas as UEEs de Diretórios Estaduais dos Estudantes. Até 1967, com o Decreto 228, antes do Decreto 288, o DEE era entidade representativa, assistencial e cultural dos universitários gaúchos. A nossa gestão não concorda com esse tipo de condicionamento, como esse tipo de colocação e já convocamos para este ano, em setembro, aliás os cartazes já foram distribuídos aqui, as primeiras eleições diretas do Estado, desde 1966, para o DEE, porque eu sou biônico, presidente biônico, fui eleito por colégio eleitoral de 248 delegados. Mas agora o meu sucessor vai ser eleito em setembro pelo voto de todos os universitários gaúchos, sem distinção. E a outra colocação que foi feita pelo DCE da UFRGS de que somente os delegados, os diretórios filiados ou conveniados teriam direito a voto, não é verdade. Todos os diretórios acadêmicos, independente de filiado, independente de alinhado ou não alinhado, todo mundo vai pôr seu votinho na urna, desde que seja universitário. Então o DEE a partir de 67, com a extinção do 228, ele passou a ser entidade cultural e assistencial dos universitários. E a nossa função hoje aqui é simplesmente coordenar a delegação do Rio Grande.

Geraldo Rosa, presidente do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, depois de alguma confusão, foi ouvido no plenário.

P — Quem tinha direito a voto nas eleições do DEE?

Geraldo — Nas eleições do DEE, o congresso são 248 delegados, todos representantes de cada diretório acadêmico ou DCE filiado ou conveniado.

P — A partir desse momento, quando em vários Estados há processos pra se criar UEEs, por que o DEE insiste em manter essa denominação e essa filiação à lei?

Geraldo — Não, o DEE não insiste em manter. A nossa sede em Porto Alegre, é a sede da União Estadual dos Estudantes. A bandeira, os arquivos, os documentos. O estatuto do DEE reza que o presidente do Diretório Estadual dos Estudantes é ao mesmo tempo da União Estadual dos Estudantes. Tanto que em 65, 66, 67, as identidades estudantis inscritas em nosso Estado do Rio Grande do Sul, tinham ao mesmo tempo UEE e DEE. Em 67, com o Decreto 228, nós ficamos absolutamente proibidos de usar a UEE.

P — Qual é a opinião da diretoria do DEE sobre a legislação universitária 228, 477?

Geraldo — Eu, há 3 anos atrás, quando fui presidente do diretório da Faculdade de Economia da UFRGS, já dizia que nós éramos absolutamente contra o 477, contra o 288. O mais nefasto era o 228, cuja filosofia é a seguinte: estudante é feito somente para estudar, estudante fica sentado na sala de aula, copiando o que o professor escreve no quadro e preenchendo chamada todos os dias. O estudante não pode participar dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Então temos que reivindicar esse direito, que é um direito e dever do estudante, de participar dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos. Então, primeiramente, eu acho que a luta básica tinha que ser contra o Decreto 228. Foi a filosofia de que o estudante é feito somente para estudar que desorganizou o nosso movimento estudantil, tanto ao nível estadual, quanto a nível nacional, quando diz o artigo 20 que ficam proscritas as entidades estudantis a nível estadual e nacional.

P — Como, a partir dessa posição, há cerca de dois anos uma delegação do DEE foi a Brasília, no sentido da manutenção dessa legislação?

Geraldo — Eu não sei qual a justificativa, não sei com quem falaram, porque eu não fazia parte da gestão.

Comecei a fazer parte na gestão passada, que aqui está, o presidente, Darci Mano, que foi ex-presidente. A partir da gestão dele que eu entrei fazendo parte. Agora, há duas gestões atrás oficialmente eu não fazia parte do DEE.

Darci — Só um aparte. Há duas gestões atrás, deve ser um equívoco teu, deve ser há 4 ou 5 gestões atrás. Porque há duas atrás, meu antecessor não fez isso. Eu não estou dizendo que não ocorreu, mas foi há 4 ou 5 gestões atrás. A partir da nossa gestão, da minha e da dele, houve realmente um posicionamento contra o arbítrio e contra a ditadura imposta atualmente no Brasil, e pelos posicionamentos de liberdades democráticas, reorganização do movimento estudantil.

P — Vocês têm uma posição a favor da UNE, contra a legislação de exceção. Nesses termos, vocês não têm divergências com os delegados gaúchos da UNE. Por que há essa questão entre vocês, o que justifica isso.

Geraldo — Pergunta a eles, porque de nossa parte no Rio Grande do Sul, tanto na imprensa, no jornal, na televisão, nunca partiram atitudes agressivas, absolutamente, nós sempre respeitamos as posições, existem algumas divergências, mas as atitudes agressivas nunca partiram de nós.

P — E sobre vocês serem um grupo de direita?

Geraldo — Ah, sobre essa acusação de grupo da direita, eu acho, e tenho dito na imprensa, que é fazer o jogo do sistema, é o jogo dos radicais, é o jogo dos totalitários, é dizer que o fulano é de direita, que o fulano é de esquerda, que o fulano é de centro. Justifico essa minha posição, pelo seguinte: porque eu já fui chamado várias vezes de esquerdista, por certas posições que a gente emite, e depois me chama de direita, de fascista. Então eu pergunto: como eu, Geraldo Rosa, posso, ao mesmo tempo, ser esquerdista e ser direitista? Eu só quero o direito aqui de rebater certas acusações que foram feitas, ligações de que eu sou presidente da Arena jovem do Rio Grande do Sul, que eu faço parte da Executiva, quero que me provem que eu sou presidente, que eu faço parte da Executiva. Estou, porém, permanentemente identificado com todas as posições do senador Teotônio Vilela. Pergunte a ele em Brasília, quem é o DEE, Geraldo Rosa, pessoalmente, Darci Mano. Somos embaixadores do senador Teotônio Vilela no Estado do Rio Grande do Sul. Nós somos o primeiro diretório acadêmico estudantil de todo o país, que convidou e que recebeu uma resposta afirmativa do general Hugo Abreu, dia 21, para o nosso fórum de debates à noite. Dia 19, o governo, a ditadura militar emitiu um decreto casuístico, na última hora, um dia e meio antes, proibindo a manifestação de militares, e o general não pôde ir.

P — O fato de vocês terem vindo até aqui, agora, em grupo, e mesmo que seja para reivindicar o direito à fala, não pode vir a ser um fator perturbador do Congresso da UNE?

Geraldo — Eu não acho que seja perturbador. Eu acho que vir aqui e reivindicar um direito de voto às delegações do Rio Grande do Sul, que estão representando aqui 80% dos universitários gaúchos. Reivindicar esse direito dos delegados, é um direito nosso. Acho que de maneira nenhuma, ao reivindicar isso aí, nós estamos tumultuando, tentando anarquizar. E sendo Pró-UNE, ao contrário, eu acho que ao pregar o debate, a troca de idéias, novas posições, está sendo democrática e está indo de encontro à UNE. Nós queremos responsabilizar o DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por não ter enviado à imensa maioria dos diretórios acadêmicos um único documento dizendo quais seriam a regras do jogo, essa é a questão.

10 minutos no Congresso

No dia de encerramento do Congresso, quando já haviam sido votadas a *Carta de Princípios* e os *Estatutos da UNE*, a Comissão Pró-UNE, com a aprovação do plenário — que pretendia evitar tumultos na decisão sobre o ponto mais polêmico da pauta — as eleições — deixou que Geraldo Rosa falasse, durante 10 minutos sobre o DEE.

Alguns trechos de seu pronunciamento:

"A delegação do Rio Grande do Sul veio a esse encontro da UNE, não para polemizar, veio para congregar forças, porque acredita na reestruturação de um movimento a nível nacional e a nível estadual, que dê poder de mobilização e de reivindicação à toda classe universitária do país e de todos os Estados da Federação.

Mas é preciso que aqui se faça um esclarecimento, pelo qual nós fomos taxados de pelegos, adesistas, servilistas e quantos outros adjetivos mais. Nós viemos do Rio Grande do Sul com uma proposta unanimemente votada pelos nossos diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes filiados. A nossa proposta é que deste encontro saísse uma comissão representativa de todas as tendências aqui presentes, com a incumbência de convocar eleições diretas, livres e democráticas em todo este país, porque nós não temos medo das urnas como tem o governo. Nós não queremos ser presidentes biônicos, como eu sou no meu Estado, eleito por colégio eleitoral de 250 delegados. Nós queremos o voto, queremos a urna, queremos a participação das massas na realidade nacional. Mas, os delegados do Rio Grande do Sul que não tiveram direito de voto aqui nesse Congresso, não por culpa da Comissão Pró-UNE, não por culpa dos universitários, nem baianos, nem do resto do país. É preciso que se diga aqui que nós não tivemos direito a voto, pela negligência e pela omissão de um delegado da Comissão, que é o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de nosso Estado...

Fui interrompido quando explicava a vocês do plenário, colegas nossos, universitários, que aqui se reuniram dois dias para debater e para reivindicar nossa participação na realidade nacional, que nós não apresentamos os delegados, como deveriam ser apresentados, por uma negligência e por uma omissão do Diretório Central dos Estudantes, da nossa Universidade. Recebemos este documento em mãos, no dia 20 de maio, quando, inclusive, os prazos já estavam passados, então simplesmente instruídos os diretórios, pelo menos o da Grande Porto Alegre, e 30% da nossa delegação fizeram as assembléias em cima de propostas, inclusive. Mas, os diretórios do interior do Estado, São Borja, Alegrete, Livramento, Jaguarão, muitos dos quais, inclusive, queriam saber esclarecimentos sobre como fazer assembléias gerais. Esses diretórios acadêmicos vieram aqui com a sua diretoria, vieram aqui com propostas que foram votadas, não em assembléia geral, como deveria ser, mas votadas em termos de Executiva e de Diretoria. Este erro, esta nossa impossilidade de votar, se deve a uma única questão: os Diretórios Acadêmicos do meu Estado, os Diretórios

Centrais dos Estudantes do meu Estado, pelo menos a imensa maioria deles, e eu digo que pelo menos 79, dos 86 existentes, não foram — dentro dos prazos e como designou a Comissão Pró-UNE — informados e comunicados dos critérios que deveriam reger a constituição dos delegados. Mesmo assim, sabendo que estávamos ilegais, viemos, percorremos 4 mil quilômetros, para participar junto com vocês, dessa glória, que é a reorganização da UNE. Tínhamos dúvidas se teríamos direito ao voto, mas queríamos pelo menos participar de modo mais efetivo e, pelo menos, de modo mais democrático, da realização dos trabalhos...

Pessoal, o Rio Grande do Sul está com vocês. O Rio Grande do Sul está com a nossa UNE e nós queremos uma UNE democrática e uma UNE que seja o nosso canal de reivindicações para a participação dos jovens, dos universitáros na solução dos problemas nacionais. Como nós dizemos, pessoal: A UNE somos nós. A UNE é a nossa voz!"

Ao final do pronunciamento a mesa diretora dos trabalhos explicou que a delegação gaúcha presente no plenário é a que fora eleita regularmente e que a irregularidade na tirada de seus representantes é que impedira o voto da delegação do DEE.

"DEE sempre esteve na mão direita"

Talvez seja o Rio Grande do Sul, o único Estado brasileiro que conta com um grupo de direita organizado no movimento estudantil. Luís Marques, presidente do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fala do Diretório Estadual dos Estudantes:

P — O que é o DEE, para vocês?

Luís — Nós temos, no Rio Grande do Sul, um grupo de direita organizado, que está e sempre esteve na diretoria do DEE, uma entidade pelega, criada pela ditadura militar, em substituição àquela instituição que, de fato, era representativa dos estudantes — a União Estadual dos Estudantes.

P — Quando foi criado?

Luís — Em 67/68. O mesmo decreto Suplicy que aboliu a UNE e as UEEs, ao mesmo tempo criou o DNE, Diretório Nacional dos Estudantes, e os DEEs. Em todo o país, os DEEs tiveram pouco tempo de vida, exceto no RGS. Lá, por que? Sempre esteve na mão da direita, se arranjou qualquer manobra legal, jurídica, se arquivou o processo de extinção do DEE e ele, então, até hoje permanece sendo subsidiado materialmente pelo Palácio Piratini, enfim, por todos lacaios que defendem a ditadura.

P — Que propostas eles estão trazendo pra esse Congresso?

Luís — Eles estão trazendo proposta clara de conturbar a reconstrução da UNE. O DEE vindo apenas ao Congresso não pretende apenas conturbar a reconstrução da UNE, isso num primeiro momento, caso eles sejam alijados do processo de decisão nesse Congresso. Pretenderiam, também, se legitimar e legitimar essa entidade que de modo nenhum é representativa dos estudantes e que de modo nenhum deve permanecer. Se permanece, é porque o movimento não se organiza o suficiente pra liquidar e construir a União Estadual dos Estudantes. A proposta, então, é dupla: de um lado, conturbar o congresso, e caso isto não aconteça, caso o plenário assimilasse a participação do DEE, apesar deles terem contrariado os critérios democráticos tirados pelo IV ENE, de escolhas de delegados, então se legitimar e ao mesmo tempo legitimar a entidade pelega no RGS, o que seria um sério empecilho para a construção da nossa UEE.

P — Eles chegariam a apresentar propostas ou tentar uma composição com outros grupos de direita, de Universidades de outros locais, para tentar formar uma chapa ou alguma coisa assim?

Luís — É possível que eles estejam se articulando com outros grupos de direita no resto do país. Mackenzie e outras coisas espalhadas nesse país aí. Agora, o DEE, encima de algumas bandeiras democráticas, não se organizaria para intervir nesse Congresso apenas com outros grupos de direita, mas se organizaria também com todos aqueles que se colocando na perspectiva de esquerda defendem a frente popular, um saco de gatos que não se coloca na perspectiva dos trabalhadores, fazendo aliança com militares dissidentes, etc., bem poderia fazer com esses grupos de direita. Considerando que nesse movimento seria tático isso.

P — Como é que foram as eleições dos delegados?

Luís — O pessoal que foi orientado pelo DCE da Federal, decisão tirada no IV ENE e referendada na Comissão Pró-UNE, tirou seus delegados segundo aqueles critérios democráticos firmados, quer dizer, ou em assembléia geral, ou por voto em urna. Esse pessoal que tá no Congresso. Tá intervindo no congresso, com poder de decisão, com poder de voto, outro pessoal que foi orientado pelos pelegos do DEE, não foi tirado em assembléia geral, nem foi tirado em voto de urna. Foi um pessoal simplesmente indicado pelas diretorias dos DAs. Nesse sentido, não estão participando aqui. Agora é preciso colocar o seguinte, os delegados do DEE não participam porque não foram referendados em assembléias gerais ou em voto de urna. Ora, o DEE de modo nenhum poderia participar desse Congresso, que já no XXVII Congresso da UNE, se decidiu que a UNE jamais iria reconhecer o DNE, esse golpe da ditadura. Isso só foi levado, depois, pra um plebiscito nacional e contou com 90% dos estudantes votando o que já havia se tirado em Congresso da UNE. Quer dizer, que o DNE e os DEEs jamais seriam reconhecidos pela UNE. Mas se os delegados não participassem desse Congresso, como delegados, como votantes, é porque não foram referendados pelos critérios democráticos de assembléia geral, de voto em urna.

P — Você tem idéia de quantos alunos congrega esse DEE?

Luís — O critério de filiação ao DEE é muito elitista. Cada entidade tem que pagar aproximadamente 30 mil cruzeiros para poder se filiar ao DEE. A partir dessa quantia paga é que se somam as filiações do DEE. A penetração que o DEE tem no RGS se dá no interior do Estado, fundamentalmente no interior do Estado, onde o movimento não está o suficiente articulado, onde não existe uma combatividade que se expresse a levar aquilo que acontece nos grandes centros. Dado a esse atraso no movimento no interior do Estado, não de modo geral, mas em algumas cidades, é que o DEE consegue penetração, e também porque esse atraso do movimento significa que nenhuma proposta de esquerda chegou lá ainda.

Rui César Costa.

Luís Antônio Marinho Falcão, o Lula.

Alon Feuerwerker.

Paulo Roberto Massoca.

Marcelo Barbieri.

Valdélio Santos Filho.

O que pensam os estudantes

Quem vai concorrer às eleições do segundo semestre. As principais tendências políticas do movimento estudantil. O pensamento dos candidatos.

As tendências

Quase todas as tendências políticas do movimento estudantil brasileiro atual surgiram entre 1975 e 77. Hoje, a maioria delas defende o fim da ditadura militar, as liberdades democráticas, a anistia e a Assembléia Nacional Constituinte. Diverge, porém, quanto às formas de condução do movimento, encaminhamento e prioridade das lutas e, sobretudo, quanto à análise da conjuntura e com que a estudantada deve se aliar.

Essas são algumas das principais tendências:

Caminhando e Viração

Viração, tendência surgida na Bahia e que tem correspondência com a antiga tendência Caminhando (que não assume mais como tendência, mas sim como "uma corrente política"), na tendência Unidade do Rio Grande do Sul, Debate e Ação, em Brasília e com as atuais diretorias dos DCEs de Londrina e do Pará, é uma das mais importantes do movimento estudantil.

Rui Cesar Costa, diretor do DCE da UFBa, gestão Viração, conta que entre as três principais tendências da Bahia – Viração, Novação e Sangue Novo – não existem diferenças intensas a nível de programa: "As 3 defendem anistia, liberdades democráticas e constituinte. Existe muita diferença sim em termos de método de trabalho, de como encaminhar a consulta aos estudantes, o trabalho do dia-a-dia, nas formas de

pesquisar as opiniões gerais, enfim, a forma de fazer com que os colegas venham deliberar efetivamente, tomando parte nas decisões e, inclusive, participar das ações".

Segundo ele, o movimento estudantil em Salvador tem uma característica importante: "Existe um grande respeito pelo ME por parte da comunidade, o ME nâo é considerado um movimento isolado nem um movimento radical. E os estudantes correspondem a este respeito, fazendo trabalhos comunitários, participando ativamente na luta dos outros setores, isso é uma coisa muito boa no movimento aqui na Bahia".

Em São Paulo, a tendência Caminhando que faz parte da diretoria da UEE-SP, tem proximidade política com Viração, mas segundo um dos seus membros, Celso Máximo Figueiredo, isso não significa que haja uma Caminhando nacional. E Caminhando hoje não existe nem mesmo a nível de USP, onde foi criada:

"Depois de concorrer às eleições como uma plataforma política com nome Caminhando, o grupo continuou atuando em várias escolas, mantendo grupos Caminhando e o nome do grupo na escola. Depois de um certo tempo, chegamos à conclusão de que isso é um grave erro, porque na verdade estava se formando um partidinho estudantil, que tinha subpartidinhos nas diversas escolas. E isso não deve acontecer, porque estávamos afastando os estudantes de uma prática política mais correta. Não é que acabou Caminhando, volatizou-se feito cânfora, não é isso, só que a gente, enquanto corrente política, prefere buscar outras formas de atuação nas entidades, trabalhando com todos, quer se esteja ou não a fim de um rótulo político. Ainda mais num país como este, com uma ditadura destas, não sei se é o caso de sair por aí assumindo matrizes políticas muito claras e definidas."

Para a corrente política Caminhando, segundo Celso Figueiredo, existe um objetivo principal no movimento estudantil: "que é se aliar, organizar os estudantes, aliando-se com todas as forças democráticas da sociedade contra o inimigo comum que a gente tem hoje que é o regime ditatorial fascista. Nós não temos restrição, não temos medo de contaminação ideológica. Fazemos unidade com todos os setores democráticos em cima de programa mínimo, no qual somos, aí sim, intransigentes: anistia ampla, geral e irrestrita, constituinte livre, democrática e soberana, liberdade sindical e partidária o mais breve possível e a revogação de todos os atos e leis repressivas. O grande divisor de águas é quem é contra ou não a ditadura.

A nível da universidade, a gente acha que os objetivos do movimento estudantil são: lutar por uma universidade democrática, pela democratização do ensino, criação de ciência e tecnologia voltadas para a maioria da população, tecnologia nacional, desenvolvimento da cultura nacional e popular. A gente também considera que o método de atuação, que inclusive unifica algumas correntes do movimento estudantil, que é trabalhar com o conjunto dos estudantes e não apenas com a parcela avançada, que já tá mobilizada, já tá ganha para a luta. Nós achamos, inclusive, que o papel desta parcela é justamente ganhar o restante do conjunto ainda não tão conscientizado. Porém, o método não pode ficar apenas no nível de consciência que, em determinados momentos, a totalidade dos estudantes tem, mas sim que procure avançar este nível, através da prática democrática de discussão com os estudantes".

Refazendo

Como a maior parte das principais tendências de São Paulo, Refazendo surgiu em 1975 durante o processo de reorganização do DCE-livre Alexandre Vannucchi Leme. Foi a chapa vencedora na eleição da primeira diretoria da entidade (1976), conseguindo a reeleição no ano seguinte. Em 1977 o DCE passaria às mãos de Liberdade e Luta. Atualmente, junto com Caminhando e Novo Rumo é diretoria da União Estadual de Estudantes. Politicamente, identifica-se com as tendências Liberdade, de Minas Gerais e Nova Ação, do Rio de Janeiro e Bahia.

Arnaldo Calil Jardim, integrante da primeira diretoria do DCE-USP e atualmente diretor da UEE lembra que o "ponto básico da diretoria do Grupo Refazendo, ao surgir, era a defesa de um movimento de base, alicerçado nas entidades de base, na defesa das lutas por melhores condições de ensino e por ilberdade de organização e expressão".

Até 1977 Refazendo não defendia a palavra-de-ordem "Pela Constituinte", por considerar que o movimento estudantil "não se mostrava, naquele instante, unificado em cima da luta política, em cima da luta contra a ditadura". Hoje, seus integrantes reconhecem que isso foi "um erro político".

"Com o desenvolvimento do grupo — diz Arnaldo — houve uma mudança política central que foi o entendimento da luta antiditadura, uma coisa que era, de certa forma, diluída no início do grupo. Por exemplo, Refazendo passa a assumir a palavra-de-ordem Pelas Liberdades Democráticas que não constava da carta-programa como um marco decisivo na luta pela transformação da sociedade."

Embora tenha se aliado a Caminhando e Novo Rumo para disputar a eleição da diretoria da UEE, é com Nova Ação e Liberdade que Refazendo se identifica pelo menos nos pontos essenciais, como a luta contra a ditadura:

"A gente — explica Arnaldo — não tem uma visão comum sobre a luta antiditadura ou sobre a luta educacional. Nós concordamos que a nossa luta no ensino deve servir pro rumo da democratização da universidade. A educação não deve ser privilégio de uma minoria. O acesso à universidade deve ser permitido à maioria da população. Além disso, consideramos que a deliberação, dentro da universidade, deve ser essencialmente democrática, garantindo a participação de professores, alunos e funcionários e levando em conta os interesses da maioria da população. Condenamos o ensino tecnicista servindo à adaptação da tecnologia estrangeira e defendemos um ensino que leve em conta a habitação popular, o saneamento básico, a medida preventiva, enfim, e que seja realmente necessidade da população."

Além disso, essas tendências consideram que "os estudantes têm, objetivamente, uma unidade com os outros setores em termos de seus interesses: a luta contra o regime da repressão e de exploração, onde o capital é que dita as regras. Onde o trabalhador, aquele que executa, que constrói e produz não tem nada mais do que sua sobrevivência garantida. Os frutos de seu trabalho são usufruídos por uma minoria da população.

Isso — explica o diretor da UEE —, é uma questão básica, e a gente acha que os estudantes estão profundamente interessados numa unificação com os trabalhadores na construção de um outro regime, de um regime de liberdade, onde os trabalhadores usufruam e construam seu próprio mundo".

Refazendo, segundo Arnaldo, defende a luta por um governo que garanta as liberdades democráticas, que garanta a melhoria das condições de vida da população, que extinga o aparato repressivo imposto pela ditadura. "Um governo, por exemplo, que convoque uma assembléia constituinte, que garanta a liberdade de os setores populares construírem uma nova ordem social, política e econômica. Por esse governo a gente vai lutar. Esse governo que vai surgir fruto da união do povo, no combate à ditadura, no combate às péssimas condições de vida e pela liberdade de organização e manifestação".

Condenando a abertura do general Figueiredo, Refazendo, segundo Arnaldo Calil, "é a abertura do povo que se consegue quando se faz greve ilegal, mas legítima; quando se reconstrói a UNE que não é reconhecida, que foi destruída pela ditadura mas que vai permitir o avanço do movimento estudantil".

Liberdade e Luta, embora não seja a mais importante tendência do movimento estudantil é uma das poucas organizadas nacionalmente. O primeiro grupo, porém, surgiu em São Paulo, depois da greve da Escola de Comunicações e Artes da USP, durante o processo de organização do DCE-Livre, que dirige atualmente.

Quando, em 1976, disputou as eleições para o DCE, defendia melhoria das condições de ensino, liberdades democráticas e a criação de entidades livres. "A partir da greve da ECA — explica Josimar Moreira de Melo Filho, diretor do DCE da USP — ficou estabelecida uma diferença entre Liberdade e Luta e as demais: Liberdade e Luta era uma tendência que não colocava apenas as bandeiras mais imediatas. A greve da ECA, por exemplo, do nosso ponto de vista não era apenas a greve contra um diretor incompetente e autoritário, mas era também a luta pela nossa liberdade de nos organizarmos".

Liberdade e Luta seria também a primeira tendência a lançar, em São Paulo, a palavra-de-ordem "Abaixo a ditadura", depois assumida pelos outros grupos políticos:

"Já em 1977 — diz Josimar — a análise que a gente fazia era a de que a crise da ditadura militar tendia a se agravar. Ela estava se afundando cada vez mais. A gente propunha que a palavra-de-ordem "Abaixo a ditadura" fosse assumida por todo o movimento, em função de estar analisando que a crise da ditadura militar entrava em grau de aguçamento bastante grande — e por considerar que todas as lutas que os setores populares estavam levando e estavam se generalizando a partir de 77, colocavam de forma cada vez mais candente a questão do governo, a questão do responsável pela manuten-

ção de toda aquela situação, que era a ditadura militar."

Segundo Josimar, colocar a palavra-de-ordem "Abaixo a ditadura" significava identificar claramente o inimigo. "A gente não passou a substituir a luta por melhores condições de ensino pela luta contra a ditadura no abstrato. A luta contra a ditadura tem sentido, tem substância, na medida em que ela se apóie sobre reivindicações concretas, reivindicações materiais e morais da massa oprimida".

Logo depois, Liberdade e Luta assume também a luta pela Constituinte soberana e democrática. "Ao colocar a questão da ditadura militar — diz Josimar — era importante que se colocasse uma alternativa que fosse para além da ditadura. Especificamente defendíamos uma constituinte democraticamente eleita, sem a ditadura militar, com anistia, liberdade partidária e direito de voto universal".

Liberdade e Luta (ou Libelu, como é chamada pelos estudantes) considera, segundo Josimar, que houve alguns erros na história recente do ME, sobretudo uma distorção da função das entidades "que não estavam sendo entendidas como organismos de frente única. Estavam sendo encarados como organismos de vanguarda do ME".

Segundo o diretor do DCE "a correção que tem de ser feita na intervenção do ME, principalmente por parte das vanguardas, é saber situar, dentro daquelas lutas que os estudantes estão levando, como é que está se traduzindo esses interesses gerais dos alunos, em termos de palavras-de-ordens atuais e concretas". Para Liberdade e Luta essas palavras-de-ordem estão em cima de três eixos. "O primeiro é a luta pela satisfação de todas as reivindicações dos estudantes. A gente vai especificar quais são as reivindicações importantes para a escola, para a universidade ou para a UNE mas partindo do princípio de que o ME, os estudantes, são um setor oprimido pela ditadura militar, pelo regime. O segundo ponto é a questão da independência do movimento estudantil e da ruptura de todos os vínculos com o MEC, com o aparato do Estado, com a ditadura militar, onde estes existam. Isso significa o desatrelamento dos diretórios acadêmicos atrelados, e rompimento dos vínculos onde exista participação dos estudantes nos órgãos colegiados".

Ao contrário de outras tendências que defendem a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades como forma de democratização da universidade, Liberdade e Luta considera esses organismos "organismos de representação oficial, criados pela ditadura, cujo objetivo é exatamente implementar a política educacional do governo. Os órgãos colegiados não são órgãos de decisão, de gestão da universidade e sim de execução de uma política que vem pronta a elaborada pela ditadura".

Finalmente — conclui Josimar —, Liberdade e Luta considera que todas as reivindicações — seja por melhores condições de ensino, por liberdades democráticas e tudo o mais colocam em questão o responsável por toda essa política — que é a ditadura militar. Achamos que seria incorreto levar debates em cima de cada uma das reivindicações que surgem, de forma isolada, sem deixar claro, a todo momento, quem é o responsável. Seria incorreto alimentar ilusões de que qualquer das reivindicações levantadas se esgotam nos muros de uma escola ou de uma universidade. A luta contra a ditadura é a luta que pode estabelecer um contato entre os estudantes e suas entidades e o conjunto da população oprimida que hoje se mobiliza por suas reivindicações e encontra pela frente o mesmo inimigo".

Centelha e Ponteio

Ponteio, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Centelha da Universidade Federal de Minas Gerais, além da proximidade política, têm outro ponto em comum: a vitória nas últimas eleições para os seus DCEs. Os delegados das duas tendências deixaram Salvador satisfeitos, depois de suas propostas terem sido, em boa parte, aprovadas pelo plenário do Congresso.

Luís Marques, presidente do DCE da UFRGS fala do movimento estudantil do seu Estado e das propostas políticas de seu grupo: "O movimento estudantil no Rio Grande do Sul está se polarizando, como de resto nos outros Estados brasileiros hoje. Colocando de um lado quem defende claramente a luta contra a ditadura e a luta contra o sistema de exploração, e colocando, de outro lado, aqueles que nem defendem o fim da ditadura, da ditadura militar, como os pelegos do Diretório Estadual dos Estudantes, ou como Unidade, uma tendência, por princípio de esquerda, que defende apenas o fim da ditadura militar, não vendo que não se pode lutar

contra a ditadura, sem ao mesmo tempo estar lutando pelo fim do sistema de exploração. Do contrário caímos na ilusão dos liberais que é a de supor que depois da ditadura virá um Estado de direito".

"Ponteio defende a democratização da Universidade, a articulação de um bloco de professores e estudantes, no sentido de uma influência maior nas decisões sobre o ensino. É isto resumidamente, dentro da universidade. Fora da universidade, defende a articulação do movimento estudantil, ao apoio que o ME pode prestar como força auxiliar às lutas dos setores oprimidos da sociedade e em particular aos trabalhadores."

Em Minas Gerais, Centelha leva proposta bastante semelhante. Uma representante da tendência, Lídia, da Faculdade de Medicina da UFMG fala do movimento em seu Estado: "Como em todo resto do país, o movimento estudantil teve uma época de ascenso, de soltar as amarras, saiu às ruas, teve uma ação muito importante e depois, por um problema de direção, o movimento caiu num refluxo e colocou, para nós do DCE-UFMG, começar a analisar se o problema era tão dos estudantes, que tinham parado de querer lutar, ou se era um problema de direção, sob de que maneira a gente pode se colocar como oposição, de uma maneira sistemática, de todo dia. E 1978 foi um momento em que, por exemplo, na UFMG houve mais de 10 greves e não conseguiu-se centralizar estes movimentos, não conseguimos ter um movimento único. Neste ano entramos com a proposta de congresso universitário, que foi um avanço no movimento. No ano passado, a gente fazia reunião do DCE com 10 entidades, 15, 20 pessoas, só as diretorias. Neste ano, com a nossa proposta, conseguimos reunir duzentas, trezentas pessoas. Esta democracia nas instâncias de decisão mostra como vai se ter uma direção concentrando o movimento, que coloca para a gente o refazer da perspectiva, como a gente vai poder ser este movimento auxiliar, pois achamos que os estudantes devem se constituir com outros setores na luta pela derrubada da ditadura, contra a opressão, contra a exploração. Mas o movimento estudantil não é carro-chefe de todas estas movimentações.

Dentro da universidade ele tem um papel importantíssimo em buscar abrir a questão da democratização dentro da universidade, a questão do poder autoritário, por eleições diretas para os reitores, a participação estudantil nos órgãos universitários".

A posição de Centelha e Ponteio é apoiada pelas tendências Andança e Organizando, do Rio de Janeiro e Participação, de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Novo Rumo

Pouco tempo depois da sua criação, no início do ano passado, a Convergência Socialista já seria representada no movimento estudantil, a partir da criação, em São Paulo, da tendência Novo Rumo Socialista, que concorreu às eleições do DCE da USP. No processo de criação da UEE-SP, participa dos entendimentos para a formação da chapa Construção, juntamente com Refazendo e Caminhando, que ganha as eleições.

A partir disso, a tendência passa a se desenvolver com diferentes intensidades em outros Estados e hoje existem grupos Novo Rumo no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Brasília e Mato Grosso do Sul. No Rio de Janeiro, a tendência correspondente chama-se Ponto de Partida, que a partir de julho será o nome de todos os grupos que adotem a posição da Convergência Socialista.

O diretor da UEE, Fernando Peregrino, analisa o movimento estudantil:

"Dentro da situação particular que o movimento estudantil está vivendo, que caracterizamos como uma nova fase pela qual o ME passa, diferentemente de 77 e dos anos anteriores, 68 e assim por diante.

Nova porque a gente caracteriza algumas coisas diferentes em relação a esses períodos anteriores. Primeiro é que existe uma nova situação política no país, com entrada em decisiva de setores populares, os trabalhadores e outros setores oprimidos, tanto classe média como operários, que são fatores decisivos para dar uma conotação diferente à situação onde encaixar o movimento estudantil, nessa fase. Isso aí, tem, de certa forma, aliado a isso, o aguçamento dos problemas dentro das Universidades, tem colocado desde 78, para o movimento estudantil uma novas etapas de lutas."

Segundo Fernando estas lutas na universidade têm origem no capitalismo e no regime vigente:

"Dentro dos interesses específicos do estudante dentro da Universidade, se coloca as principais lutas de combate a essa universidade im-

posta pelo regime e por todo esse sistema de exploração, que é o capitalismo, e em todas suas manifestações, que são a privatização, a rentabilização do ensino, feita à revelia dos interesses dos estudantes e dos trabalhadores, desde 64, e regulada em 68 pela Reforma Universitária, e do ponto de vista da sociedade, os estudantes hoje se encaixam em se definir mais claramente qual seu aliado preferencial no combate à ditadura e na resolução dos seus problemas, enquanto setor estudantil, enquanto setor explorado com o conjunto da população. O projeto Figueiredo é claramente o seguinte: a burguesia, através da ditadura, tem projeto político para a sociedade. Um projeto político no qual inclui a classe trabalhadora, inclui os setores operários, os setores marginalizados do mercado de trabalho, os estudantes e a oposição de maneira geral, no Brasil."

O projeto, segundo o diretor da UEE, pretende abarcar estudantes e operários:

"Esse projeto político para nós tem dois aspectos: o aspecto mais econômico, que é a manutenção da política antiinflacionária. É descarregando nas costas do trabalhador a inflação de seus salários, ou seja a diminuição constante de seu poder aquisitivo. De outro lado, do ponto de vista mais político, o projeto de conciliação nacional, que seria um projeto de cooptação dos setores oposicionistas, no qual se inclui a própria classe operária, com as aberturas, as meias-aberturas, as limitações de atuação dentro do Congresso, as limitações de formação de partidos, de organização de entidades livres, como no caso a própria UNE, impedimentos para sua reconstrução e para sua atuação, e, no caso dos trabalhadores, a CGT.

Essa política de conciliação nacional é um projeto, o eixo do projeto político que a burguesia tem através da ditadura militar. Nesse sentido é que a gente encaixa o movimento estudantil, suas virtudes e suas debilidades. As virtudes que o movimento estudantil tem atualmente é exatamente em suas bases, ou seja, em seu conjunto entender e o Congresso ter a demonstração disso, de que, para se derrubar a ditadura e para se implantar um regime e utlrapassar as reformas de democracia fechada, é preciso que os trabalhadores, os demais setores explorados e os estudantes se aliem numa unidade muito forte. Nesse caso, essa virtude que o movimento estudantil está percebendo a quem ele deve ligar mais fortemente."

Para Fernando Peregrino, nem todas as tendências do movimento compreenderam esta nova realidade:

"Por outro lado, a nosso ver, não existe um entendimento unificado das direções do movimento estudantil sobre essa questão. Existem diferentes correntes políticas e diferentes avaliações desse projeto. A nosso ver, passamos por um período inclusive de fraqueza em nossas análises, mas hoje ainda existem correntes que não se definiram claramente.

Dizer que a ditadura militar permanece igual a 76, 77, de que ela não tem um projeto para sair dessa crise em que ela se encontra econômica e politicamente, é não ver a realidade cientificamente. Existe de fato a democratização da sociedade. Os projetos de anistia, mesmo que fossem parciais, a liberdade que a gente conseguiu, mesmo que fosse na luta para a realização de nosso Congresso, diferentemente de um ano atrás, não precisa nem citar grandes histórias, a liberdade de expressão para grandes setores da imprensa, com todas as dificuldades da imprensa alternativa, e outros aspectos mais — censura a jornais, livros e fim, fim da censura a livros, e assim por diante — são demonstrações de que existe uma abertura política.

Não ver isso e repetir chavões de 77, de que essa ditadura não tem um projeto e esse projeto é de cooptação da simpatia de vários setores da oposição é iludir, se iludir a quem representa. A nosso ver esse é um aspecto da crise. A outra é de não entender, portanto, em decorrência disso, quais as principais reivindicações estudantis."

Unidade

O grupo Unidade é a atual diretoria do DCE da PUC do Rio de Janeiro e, juntamente com a diretoria do DCE da UFRJ, chamada Mãos à Obra, que não se assume como grupo político — é o maior do Estado. Sérgio Medeiros da diretoria do DCE-PUC fala sobre a proposta de frente ampla.

"Julgamos que nossa proposta é ampla o suficiente para congregar hoje interessados em lutar por liberdades democráticas, por anistia, pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Nós achamos que ela é a mais conseqüente por ser a única capaz de derrubar a ditadura.

Hoje quem detém o poder é uma ditadura monopolista a serviço dos interesses do grande capital estrangeiro e nacional e quem no cum-

primento desses interesses assume caráter racista. E contra essa ditadura fascista cabe a composição de uma ampla frente democrática e achamos que nessa ampla frente democrática devem ingressar todos os setores da sociedade civil que têm contradições com este caráter, com o monopólio, que têm contradições com a sua forma de dominação política e que é o regime fascista. Então, propomos a constituição dessa ampla frente democrática, e, inclusive, já vemos e já julgamos existir no país. E achamos que o que tem que se fazer agora, é a tendência dos fatos nesse momento, é a consolidação dessa frente."

Mas, mesmo no Rio de Janeiro, as outras tendências têm divergências quanto à proposta de Unidade, como contra Sérgio Medeiros em relação à chapa Mãos à Obra: "Esta chapa, que está à frente do DCE da UFRJ, tem a meu ver uma proximidade muito grande com a nossa posição política, divergindo em alguns pontos. Eles propõem uma frente um pouco mais estreita que a que nós propomos. Falam que a forma correta é a construção de uma frente de esquerda e infelizmente a esquerda hoje é bastante minoritária. Achamos que é inconseqüente esta proposta, por esta razão. Eu, particularmente, me posiciono pelo socialismo, a forma mais justa de organizar a produção da sociedade, mas acho que a luta hoje é democrática".

Outro membro da chapa Unidade fala sobre a manifestação no Rio de Janeiro: é David Geigr, da Faculdade de Física da PUC: "O ano de 1977 foi um ano explosivo no movimento estudantil. Eu diria que se não tem havido manifestação de rua tão grandes, a repercussão das manifestações tem sido no mesmo nível. É o caso do dia da posse do Figueiredo, em que no centro da cidade se realizou uma das maiores passeatas, inclusive do Brasil. Eu não digo que as coisas se dão explosivamente como em 77, mas o ME tem se manifestado inclusive na rua. Eu acho que a preocupação de estudante não invalida a participação no movimento em um nível social mais geral, que é também uma preocupação do universitário. Eu não diria que houve um corte, mas sim um amadurecimento".

Nos Estados

É praticamente impossível definir o número de tendências existentes em cada Estado, a proposta política de cada uma delas e estabelecer comparações com as tendências mais conhecidas dos centros estudantis avançados, sem fazer generalizações. As diferenças do grau de mobilização estudantil nos vários Estados e a dificuldade de troca de informações fazem com que poucas sejam as tendências conhecidas fora de seu próprio Estado. Pequenos grupos políticos surgem e desaparecem rapidamente ou se fundem com tendências maiores. Muitos deles aparecem apenas nos próprios períodos de eleições para a diretoria dos DCEs e nem sempre seus componentes têm uma mesma linha de pensamento político.

No Pará, por exemplo, segundo o diretor do DCE da Universidade Federal, Sérgio Carneiro, "praticamente não existe tendência constituída. Encaminhamos aquilo que é consenso ou que a maioria dos estudantes aprova. E dividirmo-nos em tendências agora poderia representar um atraso no movimento estudantil do Estado".

As posições do DCE do Pará, no entanto, se aproximam bastante das de Viração. Existe ainda um grupo — Luta e Liberdade — que defende propostas semelhantes às da tendência Resistência de São Paulo, que não coloca as palavras-de-ordem Constituinte e Liberdades Democráticas. O grupo Atuação e Luta, de Pernambuco, e Combate, da Bahia, têm posições semelhantes a essas. Na Bahia, existe ainda o Grupo Fantasmas da Liberdade que defendeu, no XXXI Congresso da UNE, a autogestão da entidade, proposta apoiada por um grupo de alunos gaúchos. E, em Pernambuco, existe o grupo Correnteza, ao qual pertence um dos candidatos lançados para a diretoria da UNE — Luís Antonio Marinho Alencar Falcão, o Lula.

Em Brasília, além de Liberdade e Luta existem duas tendências: Debate e Ação (atual diretoria do DCE e que se aproxima de Viração) e Unidade (que defende algumas propostas de seu homônimo no Rio).

A diretoria do DCE de Mato Grosso defendeu, no Congresso, as mesmas propostas da PUC-RJ (Unidade). No Paraná, o DCE da Universidade Federal de Londrina apoiou a candidatura de Valdélio (Viração). Em Goiás são apontadas influências da UEE-SP, PUC do Rio e DCE da Bahia.

Em parte, nos Estados do Norte e Nordeste não existem tendências políticas formadas, mas grupos influenciados pelas principais tendências da Bahia e Pernambuco.

Análise do congresso

A unanimidade das tendências saiu de Salvador considerando o XXXI Congresso da UNE como uma vitória dos estudantes e que, de qualquer maneira, a entidade está de pé. Há quem considere que a diretoria provisória com base em entidades não foi a melhor forma de encaminhar a reconstrução; outros fazem críticas à falta de definições mais claras no programa de lutas ou às instâncias de deliberação aprovadas no *Estatuto*, ou ainda à *Carta de Princípios*. Mas todos prometem empenho na preparação das eleições e das lutas indicadas, de modo que a UNE seja consolidada. Abaixo, a análise de algumas tendências e as propostas que cada uma levou ao Congresso.

Centelha

A tendência mineira defendeu no Congresso e teve aprovada sua proposta de *Carta de Princípios*, com 5 pontos. A menção à defesa e incentivo à cultura nacional e popular foi o outro ponto não proposto pelo grupo. A proposta de diretoria foi a vencedora: provisória e composta por entidades. Posicionavam-se pelas eleições em Congresso no segundo semestre, mas não consideram isso como questão de princípio. José Afonso Assis Cabral, membro de Centelha, fala sobre o Congresso:

"O Congresso criou os pilares, as bases de sustentação da UNE, reforçando a perspectiva do ME ficar ao lado dos trabalhadores. O ME deve ser uma força auxiliar do movimento operário, e isto ficou reforçado na *Carta de Princípios*.

"Outra perspectiva importante que saiu reforçada do Congresso foi a de como unificar os estudantes, ou seja, a preocupação de unificar o movimento pela base. E nós sentimos que as decisões do Congresso foram norteadas por esta visão, que permite ao conjunto e a cada um dos estudantes intervir e exercer diretamente a democracia interior do movimento.

Achamos que o movimento não conseguiu articular nacionalmente um programa capaz de assimilar o conjunto das reivindicações dos estudantes e encaixá-las numa perspectiva para a sociedade brasileira."

Novo Rumo

Juntamente com Ponto de Partida (RJ), Proposta e Alicerce (SP) apresentou uma *Carta de Princípios* contendo lutas contra a ditadura, pela anistia, constituinte, luta pela reforma universitária, pela reconstrução da CGT e pela solidariedade a toda as lutas dos estudantes e trabalhadores do mundo contra a exploração". Fernando Peregrino, diretor da UEE, analisa os resultados do encontro de Salvador: "A votação da *Carta de Princípios* acabou mostrando que existe na base do movimento estudantil, um arejamento, o início da compreensão, da perspectiva que deve ser dada ao movimento estudantil. Foi uma carta, como alguma imprensa falou por aí, socializante. Não foi uma carta de princípios socialista. Eu ainda acredito que não seja correto colocar isso, porque esta colocação não unifica nem divide o movimento estudantil. É simplesmente desconhecido o socialismo para o movimento estudantil.

Houve problemas nos pontos de luta, porque eram 80 propostas políticas, segundo a mesa. Na verdade não eram 80 campanhas políticas, nem são sete campanhas políticas que os estudantes têm condições maduras de encaminhar até o período de eleições de sua diretoria. Para nós existe uma campanha política que mobiliza um setor grande e o maior setor do movimento estudantil hoje, que é campanha contra o ensino pago. Na diretoria provisória o debate vai ser sobre lutas principais, exatamente porque o Congresso não orientou, não tirou as formas de colocar vitoriosas essas lutas que são parcialmente derrotadas nas diversas regiões dos Estados, contra aumentos de taxas, restaurantes e anuidades".

Refazendo

Depois de ver derrotada sua proposta de eleição de uma comissão de entidades para dirigir a UNE até o segundo semestre, Refazendo passou a apoiar as propostas de diretoria provisória até que numa reviravolta, a comissão de entidades, ou uma diretoria composta de entidades, como estava formulada a proposta, acabou sendo a forma de direção escolhida pelo plenário do Congresso até que eleições diretas sejam promovidas no segundo semestre. Arnaldo Calil Jardim analisa a decisão: "Foi um ponto positivo e um reflexo da situação do movimento. Não se andou menos do que poderia ter andado e nem andou mais, o que, a nosso ver, teria sido um erro muito grande tirar uma diretoria sem um mínimo de discussão anterior. A grande palavra de ordem foi 'Na base, agora, não houve discussão. Diretoria agora é um puta pacotão', que empolgou o plenário e ganhou delegados para a proposta. Os processos de candidatura tiveram influência no plenário. Havia até faixas com os nomes. Eu acho que isso soou em alguns instantes como algo meio impositivo para o plenário, e houve realmente uma certa reação. Acho que as pessoas que se lançaram candidatos a presidente não se fortaleceram no Congresso".

Unidade

Sua proposta era, na *Carta de Princípios*, a solidariedade às lutas de todos os segmentos progressistas. Quanto à diretoria, propunha um mandato provisório de um ano para um colegiado baseado nas entidades, mas com indicação de nomes. Sérgio Medeiros, diretor do DCE-PUC acha que sua tendência saiu fortalecida do Congresso: "Nós propúnhamos uma *Carta de Princípios* bastante ampla, mais que o ponto aprovado

de solidariedade à luta dos trabalhadores. É claro que devemos nos solidarizar com a luta dos trabalhadores, mas não só com ela, mas com a de todos os setores progressistas. Outro problema foi o encaminhamento da questão *Carta*, que foi votada ponto por ponto. *Carta de Princípios* não é uma colcha de retalhos, deve ser aprovada por inteiro, porque reflete em si um espírito, uma filosofia".

"A diretoria, a meu ver, está um pouco diluída desta forma, mas foi importantíssimo tirar esta diretoria. Acho que o Congresso deu o que poderia ter dado. Nós achamos que nos saímos bem no Congresso, inclusive vamos comemorar. Sofremos algumas derrotas, como por exemplo na questão da *Carta de Princípios*, a diretoria não é exatamente a mesma que pretendíamos, mas nossa posição foi colocada e ampliamos nosso espaço de influência."

Liberdade e Luta

Defendeu no Congresso a tirada de uma diretoria provisória composta proporcionalmente por todas as tendências e as eleições para a diretoria efetiva por Congresso no segundo semestre. Sua *Carta de Princípios* tinha três pontos: pela satisfação de todas as reivindicações dos estudantes; pela ruptura com qualquer vínculo com o MEC ou com a ditadura e pelo fim da ditadura militar. A aprovação de propostas diferentes fez com que se comentasse que Liberdade e Luta, juntamente com as tendências que apoiavam eleição de uma diretoria definitiva no Congresso, teriam sido os grandes derrotados de Salvador. Josimar Melo não concorda: "Acho que não dá para dizer que fomos derrotados, mesmo porque tendo em vista as forças que a gente tinha no Congresso, e que eram, as forças com as quais a gente contava mesmo, ninguém, que eu saiba, tinha previsto que iríamos ganhar. Somos uma tendência importante, mas não a maior. A colocação de propostas novas como a diretoria proporcional abriu um terreno de discussão com estudantes de vários Estados.

Quanto à diretoria tirada no Congresso, aconteceu uma manobra e os delegados, às 4 horas da manhã não perceberam. Duas horas antes, tinham aprovado que não seria tirada uma comissão de entidades. O que aconteceu é que na hora de ver como seria a diretoria, foi recolocada a composição por entidades. Na formação desta diretoria, aprovou-se uma composição cuja justificativa era a de que o critério era regional como um conselho de entidades. Mas o critério de escolha foi político como é uma diretoria e as tendências majoritárias alijaram algumas tendências como Liberdade e Luta, no caso, através do DCE da USP, que é o primeiro DCE do Brasil e que teria de estar em uma diretoria provisória da UNE formada por entidades".

Os candidatos e as chapas

Os candidatos que surgiram durante o XXXI Congresso da UNE deverão, quase todos, participar das chapas que disputarão, no segundo semestre, a diretoria da entidade. Dificilmente um deles deixará de ser o primeiro presidente da UNE reconstruída. A maioria prevê a formação de uma chapa de composição, englobando as principais tendências. Mas, alguns acertos deverão ser feitos até o segundo semestre.

É praticamente certo que o baiano Rui Cesar Costa encabeçará a chapa de composição da qual deverão participar as tendências Viração, Refazendo, Caminhando, Nova Ação, Unidade, Mãos à Obra e o grupo de Paulo Massoca. O segundo cargo — a secretaria geral — caberá, provavelmente, ao paulista Marcelo Barbieri.

Outras tendências importantes — Centelha e Ponteio, não incluídas nessa composição, deverão formar uma outra chapa, possivelmente com a participação de Novo Rumo e Ponto de Partida, entre outras.

Algumas tendências, como Liberdade e Luta e Resistência ainda não se definiram. Mas, certamente, procurarão se aliar a outras pois, o lançamento de uma chapa de apenas um grupo político não teria a menor chance nas eleições.

Admite-se ainda a possibilidade de uma chapa da chamada direita liberal, da qual participariam os membros do Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul e alguns grupos da Universidade Mackenzie (SP).

O que pensam os candidatos? (trechos de depoimentos dos candidatos surgidos no Congresso de Salvador)

Rui Cesar Costa, 22 anos, baiano, estudante de Comunicações da Universidade Federal da Bahia, presidente do Diretório Central dos Estudantes.

"Minha proposta para esse Congresso é de que ele deveria tirar uma diretoria com mandato regular. Saiu a diretoria provisória. Eu acho que isso é um avanço para o que a gente tinha anteriormente. Mas acho que não é o que a gente estava necessitando no momento. Toda a opinião pública do país, a imprensa, a sociedade como um todo, estava esperando sair uma coisa mais sólida desse Congresso. A gente vai ter que se envolver muito na organização de uma eleição de urna e a questão de ensino pago, por exemplo, não vai tomar o impulso que tomaria se a gente estivesse com diretoria eleita agora.

Em São Paulo, na primeira reunião de representantes das entidades que dirigiram a UNE até as eleições da diretoria definitiva, quase todos os candidatos. Da esquerda para a direita, Alon, Rui, Lula, Massoca e Marcelo.

A gente passa por um momento novo no país. É um momento onde a palavra da oposição está sendo muito ouvida. Os grandes movimentos, as grandes manifestações, as grandes reivindicações dos diversos setores da população vêm tomando corpo. O governo vem com uma nova tática — a tática da abertura — mas não modifica fundamentalmente nenhuma de suas propostas econômicas para o país. E se não modifica nenhuma das propostas econômicas, a dívida externa permanece ao nível do que está. Não existe uma política de modificação do custo de vida, das condições de saúde do povo, das condições de ensino, das condições dos trabalhadores rurais. O governo quer colocar uma fachada democrática mas não consegue esconder o que vem detrás disso. Toda instituição de repressão está mantida. O DOI-CODI, o aparato repressivo é mantido intacto, o sistema de espionagem interno, a política federal e todas as arbitrariedades existentes são mantidas. No momento, as forças de oposição no país, forças populares, dão um passo significativo para a conquista de espaços cada vez maiores. O ME é um dos setores que têm avançado muito.

No momento, existe uma grande necessidade de articulação nacional entre as diversas forças de oposição, os movimentos de anistia que se organizaram nacionalmente, os trabalhadores, que já se mobilizam e pensam em buscar a CGT. A UNE deve abrir espaços para as diversas camadas da população, principalmente os setores mais populares, se organizarem nacionalmente. A UNE, num momento como esse, deve se preocupar fundamentalmente com as lutas estudantis, mas ela vai ser um instrumento potente de lutas contra a opressão e o sistema ditatorial implantado no país.

Uma das principais lutas dos estudantes deve ser contra o ensino pago, sobretudo depois que o ministro Portella deixou claro que pretende implantá-lo. A reforma universitária de 69 visa implantar o ensino pago. A própria distribuição das verbas para educação, colocada num plano secundário, é uma prova disso. A luta contra o ensino pago toca todos os estudantes. E isso tudo está sistematicamente numa bandeira de luta que é a bandeira contra o ensino pago e pelo ensino gratuito.

Outra luta importante é a da defesa da Amazônia, que simboliza a luta de todo povo brasileiro contra a opressão e a exploração de um Estado que não está voltado para os interesses da maioria da população. Uma dominação voltada inclusive para os interesses dos grandes grupos nacionais e imperialistas. A Amazônia é o exemplo maior dessa dominação e toca todo mundo não só pela destruição ecológica mas também pelo roubo de suas riquezas naturais. E isso não só com relação à implantação dos contratos de risco, mas pelo que já existe lá — as grandes empresas madeireiras estrangeiras e nacionais destruindo a floresta, sacrificando o povo, escravizando índios e roubando os minérios.

A luta pela anistia aprovada pelo Congresso, toca de perto os estudantes que querem trazer de volta para as universidades não só os líderes que estão fora do país ou presos, mas também professores e funcionários. Esta é uma luta da maioria da população. Até o governo fala em anistia, mas obviamente não é esta a anistia que queremos. Nós queremos anistia, ampla, geral e irrestrita.

Pessoalmente, considero a Constituinte uma das lutas mais importantes a ser travada a partir de agora. No país, hoje, a gente tem um governo ditatorial, que dita não só as leis mas que coloca no poder, também de forma arbitrária, os governantes de Estados e das principais prefeituras. Para a gente não interessa uma simples campanha por eleições livres e diretas. O fundamental é a campanha por uma Constituinte livre e soberana e querer isso não é querer reduzir o problema político do país a um problema de leis. Mas há um problema de participação e de como estas leis são feitas. Hoje, as leis são impostas por uma minoria e a gente precisa eleger forças representativas dos mais diversos setores sociais para compor uma Constituição sobera-

na. Esta Constituinte deve ser convocada depois da anistia ampla, geral e irrestrita, da derrubada da ditadura, da instituição de plenas liberdades no país e depois de um amplo debate com a participação de toda a população.

Com relação às eleições à UNE no segundo semestre, acho que se deve buscar a maior unidade possível, o que não significa apenas juntar pessoas para fazer uma composição forte e ganhar a diretoria. Deve surgir uma chapa de unidade em cima de princípios básicos discutidos e definidos com o conjunto dos estudantes. Isso, contudo, significa que surgirá apenas uma chapa. Todas as candidaturas que surgiram neste Congresso, como a do Marcelo, do Paulo Massoca, do Valdélio e do Lula, podem vir a participar dessa chapa de unidade. São pessoas que têm demonstrado grande capacidade de interferência no ME, um grande senso político, ponderação e, fundamentalmente, uma concordância em termos das lutas e dos pontos programáticos a serem encaminhados no momento."

Luís Antonio Alencar Marinho Falcão, Lula, 22 anos, pernambucano, estudante de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, vice-presidente do DCE.

"Não fiquei satisfeito com a decisão do Congresso de diretoria formada por um conselho de entidades. Acredito firmemente que nossa proposta de eleição de nomes era a mais justa que tinha para a reconstrução da UNE. De qualquer forma, a decisão do Congresso deve ser respeitada. Temos certeza de que a UNE não nasce uma entidade forte e consolidada entre os estudantes, mas uma entidade a ser consolidada. E a consolidação da UNE se dá fundamentalmente através de suas lutas, através de suas propostas para o conjunto dos estudantes e não através de uma eleição.

A reconstrução se faria num conjunto muito mais justo se do Congresso a gente tivesse tirado uma diretoria com mandato de um ano e que principializasse em sua gestão a luta contra o ensino pago, realizando um seminário nacional e uma campanha por mais verbas; organizasse os estudantes na luta pela anistia, pelas liberdades democráticas, com o objetivo final de derrubarmos, de uma forma conseqüente, a ditadura militar.

A ditadura militar imposta ao povo brasileiro há quinze anos começa a viver um processo de desgaste e isolamento muito profundo. De outro lado, a gente observa uma reorganização de todos os setores populares nas lutas pelo seus direitos. Nesta conjuntura, os estudantes têm um papel muito grande a desempenhar, e a reconstrução da UNE é um passo decisivo nesse sentido, pois vai permitir uma maior unidade dos estudantes. Vai permitir que os estudantes dêem, de forma mais definitiva, seu apoio à luta dos trabalhadores do nosso país. Além da luta contra o ensino pago e outras específicas dos estudantes, a UNE deve passar por uma defesa intransigente da melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro, no sentido de a gente conquistar as mais amplas liberdades democráticas e derrubar o regime que não representa os interesses da maioria.

A anistia é uma conquista fundamental para o avanço da organização e da consciência do povo brasileiro. Conseguir anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil significa, em primeiro lugar, reconhecer as arbitrariedades das punições e das prisões e os assassinatos cometidos pelo governo militar. Em segundo lugar, significa reconhecer como justo o direito de todos aqueles que tentaram defender, armas na mão ou não, o direito do povo conquistar um governo, que permitisse tornar nosso país um país democrático, que pudesse garantir uma vida digna para todos os brasileiros. Não vemos a anistia como um fim em si mas como um passo a mais que o povo dá em relação às suas conquistas.

A ditadura militar não deve persistir muito mais neste país. Entendemos que ela é inimiga da grande maioria da população brasileira e entendemos que a convocação de uma assembléia constituinte representaria um passo muito grande dado pelos trabalhadores e pelo povo no sentido de construir uma sociedade mais justa, livre e democrática.

Uma luta importante aprovada no Congresso foi a defesa da Amazônia. Não se pode permitir o que o governo brasileiro está querendo fazer, ou seja, vender 60% do nosso território para grupos estrangeiros. Esta é uma luta de todo o povo, que deve decidir como a Amazônia será utilizada em benefício da comunidade brasileira e não em benefício de grandes grupos econômicos, nacionais e multinacionais.

Com relação à eleição da UNE no segundo semestre, acredito que as principais forças políticas devem fazer uma chapa unitária. Acho que vai ser difícil fazer a eleição direta e quanto menor for o número de chapas concorrentes mais fácil será a discussão em torno dos programas.

A chapa unitária, a meu ver, é uma chapa que aglutina as correntes mais importantes do XXXI Congresso. São os companheiros da Bahia que defenderam a candidatura do Valdélio, companheiros que defenderam a candidatura de Massoca, companheiros que defenderam a candidatura de Barbieri e os companheiros que assumiram nossa candidatura a vice-presidente regional do Nordeste."

Alon Feuerwerker, 23 anos, sextanista da Faculdade de Medicina da USP, presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz.

"Acho que a UNE tem um papel importante a cumprir em dois campos que estão inter-relacionados. O primeiro é o de unificar as lutas estudantis. A gente sente que o fato de a UNE ter deixado de existir durante todos esses anos representou uma brecha aberta para que o governo pudesse implantar sua reforma universitária, o ensino pago em vários locais do país, para que pudesse desenvolver uma concepção de universidade que não atende nem aos interesses dos estudantes, nem do povo brasileiro em geral. É uma universidade elitista, tecnicizante e que, em resumo, apenas adapta a tecnologia importada. E, para garantir isso, o governo implantou, dentro da universidade, uma estrutura autoritária que não permite a participação de estudantes, professores e funcionários. Nesse sentido, a UNE tem um papel importante a cumprir na unificação dos estudantes com outros setores da comunidade universitária contra o ensino pago, pela participação democrática dentro da Universidade e por uma estrutura de ensino voltada aos interesses dos indivíduos e que venha atender às necessidades do povo brasileiro em geral.

Acho também que a UNE tem um papel na conjuntura geral do país, que é o de se unir a todas as forças democráticas que desejam o fim da tortura, da repressão e a liberdade de manifestação e organização. É lógico que a UNE não vai cumprir um papel de vanguarda. O papel de vanguarda cabe principalmente aos trabalhadores, que demonstraram através de suas greves que são a força principal, que têm condições de levar adiante esta luta democrática.

A luta pela anistia deve envolver todos os setores da população. Particularmente acho que a anistia não é perdão, mas o reconhecimento de que todos os brasileiros têm o direito de se organizar e manifestar publicamente sem serem punidos por isso. Todas as lutas que os setores sociais estão travando em torno de melhores condições de vida, trabalho, de ensino, em torno de uma vida digna em geral, esbarram em um grande muro que é a existência de um regime de exceção que impede, na prática, que esses setores tenham atendidas suas reivindicações. O impedimento a estas lutas é a existência de um regime de arbítrio. Então, o que fazer? É necessária a unidade para acabar com este regime de arbítrio. Eu acho que a forma mais ampla, que tem condições de unificar mais setores sociais hoje, que tem condições de apontar um caminho que leve estes setores a debater suas idéias, é que haja uma liberdade de organização partidária, que haja uma anistia ampla, geral e irrestrita e que estes partidos disputem eleitoralmente as cadeiras de uma assembléia nacional constituinte que vai elaborar uma nova Constituição para o país.

Com relação à defesa da Amazônia, luta aprovada no Congresso, sou de opinião que a exploração da Amazônia deve se dar em benefício da coletividade e não de uma minoria. Considero extremamente negativos os contratos de risco na Amazônia, que são uma forma de aprimorar o que já existe, ou seja, a exploração em benefício de grupos que visam apenas ao lucro. Existe também um outro aspecto: durante o decorrer destes últimos tempos, o próprio país em que a gente vive vem sendo repartido e dividido entre os interesses estrangeiros; o que vemos hoje é que o Brasil está se tornando paulatinamente um aglomerado de enclaves. Quem manda no país? Quem manda no país é a Volkswagen, a General Motors, as grandes empresas estrangeiras, que, aliadas às grandes empresas brasileiras, comprometem seriamente a soberania nacional, na medida em que os destinos do Brasil não são decididos dentro do país, são decididos em Wall Street ou em qualquer outro lugar.

O projeto Jari, por exemplo, é um atentado ao bom senso e ao sentimento patriótico dos brasileiros. É inadimissível que exista dentro do país um limite territorial que esteja totalmente fora do controle dos brasileiros. A luta contra a entrega da Amazônia, contra a devastação da Amazônia, é uma necessidade concreta. É um dever da UNE e de todos os setores democráticos do país.

Quanto à diretoria da UNE a ser eleita em setembro, acho que ela deve refletir uma unidade não formal, mas uma unidade política em torno de alguns pontos: o caráter amplo que deve ter o movimento estudantil, a UNE como

porta-voz dos estudantes e um programa mínimo de luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, anistia e Constituinte."

Paulo Roberto Massoca, 24 anos, estudante de Engenharia da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, foi presidente do Centro Acadêmico, diretor do DCE da USP e, atualmente, é diretor da UEE.

"Acredito que poderíamos ter saído com uma diretoria plena desse Congresso, com 13 ou 15 colegas representativos das principais regiões do país, com experiência de trabalho em DCEs e UEEs, que sairiam de Salvador com uma representatividade que o Congresso configuraria. Essa diretoria falaria em nome do congresso e dos estudantes e levaria as campanhas aprovadas. Essa diretoria colocaria os estudantes com um pé na frente, ampliando ainda mais a representatividade da UNE. Mas o resultado final do Congresso foi positivo. Foi uma vitória dos estudantes brasileiros.

Minha candidatura para presidente da UNE surgiu principalmente apoiada pelos colegas de São Paulo e da Unesp, da União Metropolitana dos Estudantes de São Carlos. Apoiados na nossa experiência no movimento estudantil, nossa representatividade pela atuação em diversas entidades, eles avaliaram que a gente realmente tinha condições de participar na diretoria da UNE e, mais que isso, de, inclusive, contribuir sendo presidente da UNE.

Acho que o mais viável para o segundo semestre é sairmos com uma chapa de grande expressão. Não vamos fabricar uma unidade, mas temos condições de sair com uma chapa bastante expressiva, em termos de força política e representatividade regional em todo o país. Eu, pessoalmente, vou trabalhar para que saia uma chapa unitária, assentada naquilo que o Congresso apresentou de maior consenso, como as lutas contra o ensino pago, pela anistia e Constituinte, pela preservação da Amazônia. A UNE deve encabeçar essas campanhas, assumindo, vivamente, perante a sociedade, a disposição dos estudantes de se unificarem com os setores populares, no sentido da gente empreender realmente uma grande unificação com todos os sindicatos, deputados combativos do MDB, parlamentares e demais setores sociais, buscando uma grande unidade em defesa das causas comuns do povo.

A UNE deve colocar-se claramente como pelo que alie as forças para unificar uma grande frente popular que possibilite dar um enfrentamento a esses processos de mudanças e crises por que está passando nossa sociedade e uma alternativa popular. Que a gente acabe com o regime militar, suprima essa página de nossa história e venha à tona um período de democracia sem adjetivos.

A UNE, como as UEEs e DCEs e cada estudante, tem que se engajar nessa luta. Então, a diretoria da UNE tem que ter representatividade regional e sentido de levar as campanhas que o Congresso aprovou e se posicionar claramente ao lado dos trabalhadores e do povo na luta pelas liberdades democráticas. Eu vou jogar para que saia uma chapa realmente unitária e a gente está se propondo a ser presidente. A presidência vai ser um ponto de coesionamento da diretoria. Se a gente, nos debates, se colocar como esse ponto de coesionamento, a gente naturalmente vai ser presidente da UNE. Acho que a maioria das candidaturas no XXXI Congresso saíram fortalecidas, inclusive a minha. Pelo menos por um aspecto fundamental: nós passamos a ser conhecidos, a ser ouvidos, a ser um referencial.

Com relação às lutas aprovadas pelo Congresso, considero todas importantes. A anistia tem que ser ampla e irrestrita. Afinal, o que significou ser um criminoso político? Significou que foi um cara que lutou contra o arbítrio, contra a miséria ou contra as torturas, pelas liberdades democráticas. Foram punidos porque estavam ao lado do povo. A Constituinte, por sua vez, é uma aspiração de todo o povo, para que voltemos a ter leis justas, a ter uma Constituição. Nós vamos acabar com a ditadura e fazer um país novo e para fazer construir esse país vamos precisar de uma Constituição.

Quanto à Amazônia, a luta não é nova. Há 15 anos, em 1964, a UNE já fazia reuniões para discutir essa questão. Agora com o Jari e, o pior de tudo, com esses contratos de risco para exploração da madeira, tornam fichinha tudo o que se fez antes de 1964. Já acabaram com montanhas de minérios, devastaram áreas imensas e os próprios cientistas dizem que, nesse ritmo, a Amazônia vai se transformar num grande deserto. Isso é um crime contra a nação brasileira. Dar essa terra para os estrangeiros fazerem o que quiserem é um crime contra a soberania nacional."

Marcelo Barbieri, 22 anos, estuda administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, ex-diretor e ex-presidente do Centro

Acadêmico, atual diretor da União Estadual de Estudantes de São Paulo.

"Estamos vivendo um momento de grande avanço das forças populares, onde os operários e até os trabalhadores rurais — que há muito tempo se calavam — começam a levantar claramente suas reivindicações. Além disso, setores que nunca haviam se manifestado antes, começam a lutar por melhores condições de vida, mostrando um grau de mobilização que surpreende. O regime está tentando ter uma fachada mais liberal, acabando com o 477, intervindo em sindicato e depois voltando atrás. Para nós isso reflete que o momento que estamos vivendo é um momento em que não existe mais espaço para que o autoritarismo impere. A mobilização existente impede que haja uma ação repressiva realmente desmanteladora, prisões, desmantelamento de sindicatos.

A tendência é de um avanço da luta por liberdades democráticas. E essas manifestações populares estão num rumo, sem caminho de volta — o rumo que vai levar a gente conseguir uma participação mais efetiva dos trabalhadores na vida do país. E a UNE vai ter que defender o direito de todo mundo se manifestar na sociedade, na luta por um governo que atenda aos interesses da maioria da população, um governo que conte com a participação dos trabalhadores. Coisa que esse governo que aí está, de forma nenhuma vai conseguir atender, embora esteja acenando com bandeiras mais liberalizantes, frutos do acuo em que se encontra e não de mudanças em sua estrutura.

Acho que os estudantes constituem um dos setores mais avançados hoje, pelo fato de terem conseguido avançar em sua mobilização. O movimento estudantil, porém, não vai dirigir nenhum outro setor e sim lutar para unificar todos os setores numa luta comum, pelas liberdades democráticas, no combate ao regime, por uma sociedade mais justa.

No âmbito estudantil, as lutas mais importantes da UNE devem ser contra o ensino pago, pela democratização da universidade, fim dos regimentos autoritários, fim do jubilamento. Afinal, nós sabemos que a extinção do 477 e do 228 não vai refrescar muita coisa. Além disso é importante que a UNE encaminhe discussões sobre a realidade brasileira de hoje, incluindo temas como a reformulação partidária.

Tudo isso, sem deixar de lado as lutas aprovadas no Congresso de Salvador, como a luta pela Anistia. Sabemos que o governo virá com uma anistia parcial — o que já representa uma vitória, fruto da mobilização em torno dessa luta. Mas devemos continuar lutando para que todos os punidos por esse regime sejam anistiados. A Constituinte também é uma bandeira importante na perspectiva do fim do regime militar e da promoção de uma outra forma de governo. A Constituinte, porém, deve vir precedida da anistia ampla, geral e irrestrita, ampla liberdade partidária, de manifestação e expressão, liberdade sindical.

Outra luta importante, aprovada no Congresso, é a da defesa da Amazônia, com o fim dos contratos de risco para exploração de madeira, com o fim da depredação, como o projeto Jari vem fazendo, como a Volkswagen vem fazendo e como vêm fazendo muitas outras empresas com a ajuda do governo.

Com relação às eleições de setembro, acho que o Rui (Rui Cesar Costa), pelo que senti no Congresso, unificaria muitas delegações como a de Alagoas, parte da de São Paulo, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Brasília, Goiás e Minas. Eu acho que o Congresso foi um grande referencial do que vai acontecer no segundo semestre. Uma coisa importante, a meu ver, foi a vitória das posições que a UEE defendeu. Isso é importante, inclusive para referenciar as chapas que vão sair. As propostas que eu defendi, que o pessoal da Getúlio Vargas levou, foram as propostas que saíram lá. Isso vai ter que pesar em termos de composição, em torno das eleições.

Eu acho que o nome do Valdélio (Valdélio dos Santos) e do Massoca (Paulo Roberto Massoca) são nomes que, hoje, definitivamente não unificam. São duas candidaturas que, talvez, não unificariam o movimento. Com isso eu não quero dizer que eles foram 'queimados'. O que houve foi um desgaste em função das propostas que eles defenderam. O Massoca, por ter defendido propostas minoritárias, que perderam. O Valdélio, por não ter praticamente aparecido durante o Congresso. Hoje, talvez, essas duas candidaturas sejam inviáveis. Mas surgiram outros nomes lá. E um que eu destaco é o do Rui, presidente do Congresso, presidente do DCE da UFBA. Acho que é uma pessoa que teria condições de ser o presidente da UNE."

Valdélio Santos Filho, baiano, 29 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, ex-presidente, ex-cobrador de ônibus, ex-presidente do DCE.

"Esse Congresso foi o mais representativo de toda a história da UNE. A primeira atitude da União Nacional dos Estudantes, agora, deve ser unificar a luta dos estudantes brasileiros e travar a luta conjunta com outros setores pelas liberdades democráticas, porém com autonomia e independência. Não é papel do estudante competir com operários que têm seus objetivos históricos de transformação social como linha de frente. Os estudantes devem auxiliar como força secundária mais importante. Acredito que a partir da organização nacional dos estudantes, os trabalhadores vão tomar como sua a necessidade de organização a nível nacional.

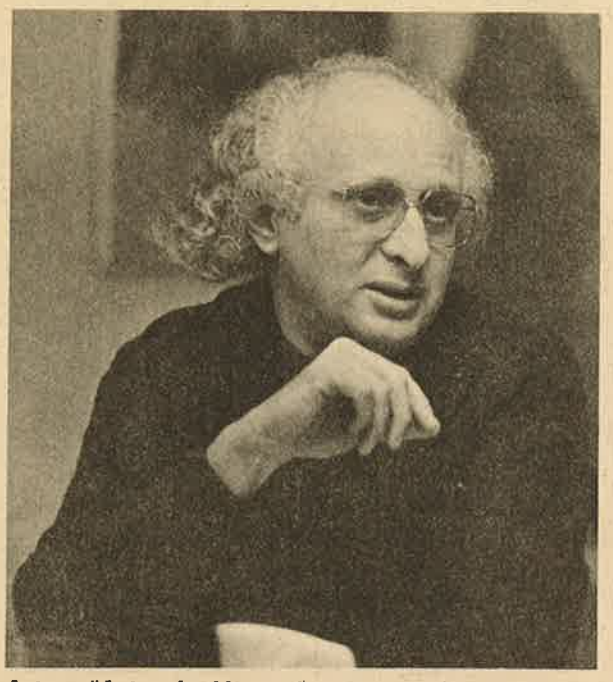
Sou um democrata que quer ver um regime cuja base fundamental sejam os trabalhadores e camponeses. Numa primeira etapa, portanto, devemos partir para a conquista das mais amplas liberdades políticas para o país. Numa segunda etapa, devemos realizar tarefas fundamentais como a reforma agrária, expulsão do imperialismo, distribuição do monopólio de nossa economia nacional. O novo regime deve caminhar rumo à construção de uma sociedade justa, igual, sem opressão, sem repressão. Nesse sentido, a reorganização nacional dos estudantes é importante pois pode servir de estímulo a outros setores. Mas o ME tem importância própria e geral dentro da luta que se trava pela transformação social. Os estudantes têm ponto em comum com os outros setores não só na luta pelas liberdades democráticas mas também pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Acho que a abertura prometida pelo regime é conseqüência do isolamento político a que chegou a ditadura, em função das pressões populares por reivindicações políticas, sociais e econômicas — e das divisões internas provocadas por essas pressões. A abertura tem como objetivo preservar os interesses econômicos da burguesia monopolista que está no poder e dos interesses imperialistas, representados pelos generais. Esta pressão vem também em virtude do desgaste da ditadura brasileira e outras latino-americanas, que estão sob influência política dos Estados Unidos. A abertura, porém, não implica, em hipótese alguma, a transformação dos generais, que ontem reprimiam abertamente as manifestações populares, torturavam e desapareciam com presos políticos que combatiam esse regime.

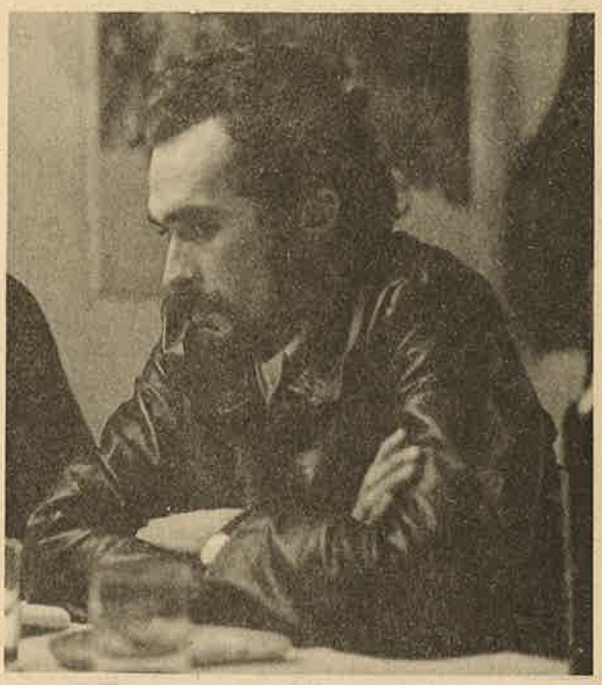
Uma luta importante dos estudantes é a luta pela transformação da universidade, que hoje é antidemocrática, porque regida com base no autoritarismo. Ela está centralizada nas mãos do reitor, que traça todas as políticas. Ela é antinacional porque não permite o acesso do povo a ela, nem dirige seus objetivos para o atendimento das carências das populações mais pobres. Ela é antipopular porque os objetivos traçados a partir da reforma universitária, sintetizada no acordo MEC-USAID, preconiza a ingerência dos interesses econômicos de grupos, principalmente estrangeiros, na universidade. E a mão-de-obra que ela forma é para mover o parque industrial constituído por multinacionais.

Isso leva a universidade a estar numa situação caótica. As verbas foram diminuídas, em virtude de seus interesses econômicos, levando à transformação do atual sistema de ensino em empresarial, onde os alunos é que teriam de pagar pelo ensino, se descomprometendo o Estado com o ensino gratuito. Com a diminuição das verbas houve, conseqüentemente, queda da qualidade do ensino e péssima formação dos profissionais.

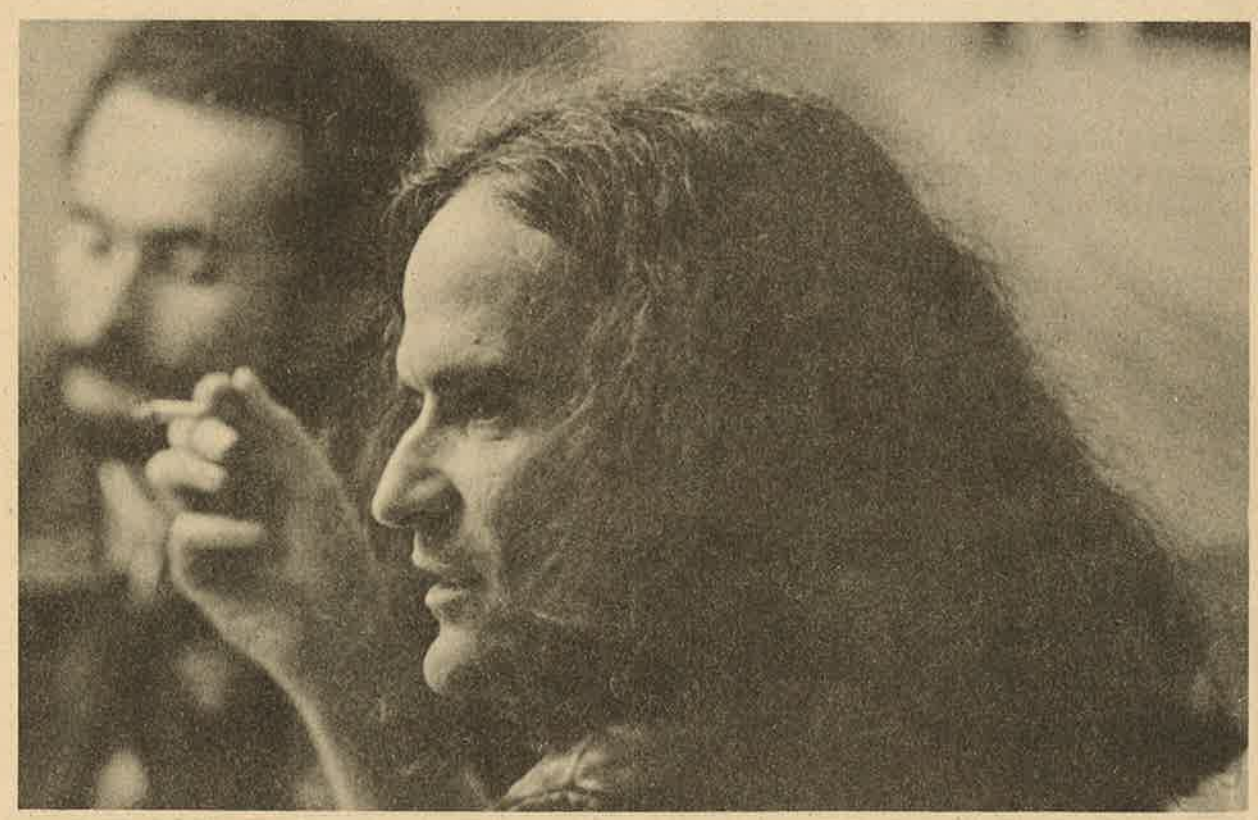
Uma última coisa que é importante salientar é a diferença do movimento estudantil de hoje com relação a 68. Agora, houve um fortalecimento das entidades representativas em todos os níveis, ampliando-se cada vez mais a participação dos estudantes nas deliberações das diversas propostas que são lançadas pelo movimento estudantil. Existe, agora, a preocupação em se fazer um trabalho conjunto — e não isolado — com setores que têm pontos de vista e objetivos comuns. Há uma tendência de se coletivizar as atividades, ao invés de se centralizar nas mãos de poucas pessoas."



Aytan: "Antes de 64, era bem mais fácil você ser um participante das lutas nacionais. Depois de 64, isso se tornou extremamente oneroso e dramático . Custou a vida de muita gente, custou prisão".



Genuíno: "O número de estudantes no país cresceu, até sua importância também cresceu. Mas cresceu num nível muito maior a importância política e prática da oposição em geral, principalmente das forças populares".



Vinicius: "Para reaprender a somar no movimento estudantil ou em qualquer outro movimento, vai ser necessário responder a uma prática democrática de tolerância que a ditadura fez que as pessoas desaprendessem".

A UNE de ontem e de hoje

O que pensam os ex-líderes estudantis sobre a nova UNE. A comparação com a UNE de sua época. A opinião dos sociólogos sobre o papel do movimento estudantil.

A UNE de hoje e de ontem, segundo seus ex-líderes

Vinicius Caldeira Brant, sociólogo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Cebrap, presidente da UNE em 62/63; Aytan Miranda Sipahi, médico, diretor da UNE na gestão de Vinicius e José Genuíno Neto, professor, vice-presidente da UNE em 69/70, nas gestões de Jean Marc e Honestino Guimarães, falaram durante três horas sobre o movimento estudantil de sua época e de hoje. Eis os principais trechos da mesa-redonda realizada na casa de Vinicius, poucos dias depois do XXXI Congresso da UNE, do qual todos participaram.

Vinicius – Qualquer análise do movimento estudantil tem que levar isso em conta: estudante era uma coisa em 40, outra em 60, e é outra coisa agora e é claro que também tem uma mudança na conjuntura política muito grande. Mas quando em 37, surge a UNE, em pleno Estado Novo, enfrentando o Estado Novo, sendo contra ele, ainda era um pedaço das classes dominantes que não aceitava aquele tipo de solução. Tem até depoimento de gente daquele tempo, que falava assim: bom, a gente era preso, mas no que falava o sobrenome já era solto. A classe dominante influía diretamente na eleição da UNE, porque afinal de contas eram os filhos das classes dominantes que estavam tomando posição. De alguma forma isso continua depois. Não com as mesmas características, mas ainda no nosso tempo a UNE era um instrumento político importante, porque era

alguma coisa capaz de influenciar a opinião pública. Como a UNE eram 100 mil estudantes, isso pesava. E pesava a ponto de influir na política nacional. Hoje certamente o papel social é diferente. Ainda que você tenha 6 mil estudantes num congresso, o poder que eles vão ter de pesar nas decisões políticas será menor que o dos estudantes de 40, de 60. E, de repente, queiramos ou não, a universidade virou uma coisa de um milhão e meio de estudantes. Por outro lado, a sociedade mudou muito também. Acho que cada dado desses a gente tem de recolocar na proporção histórica. Eu estava lendo outro dia uma reportagem da *Veja* que dizia que antes de 64 um presidente da UNE falava com o presidente da República de igual para igual. E é verdade isso. Agora isso correspondeu a um momento político, a um momento social, então esse peso específico dos estudantes na opinião pública. Esse tipo de análise não enfraquece o movimento estudantil de hoje, ao contrário, acho que elé tem que assumir características muito mais importantes do ponto de vista social, porque é uma parcela da população que está na universidade, não é simplesmente uma parcela da classe dominante. Agora certamente o papo é outro. A importância é de outra natureza.

Aytan — Eu queria colocar o seguinte: de certa maneira, mesmo a universidade fazendo parte deste extrato de classe dominante, ela era depositária, pelo fato de ser universidade, das camadas liberais do país, sempre foi.

Vinicius — Mesmo quando a UNE surge em 37 (eu conversei com uns caras daquela época) claro que eram os filhos das classes dominantes que estavam na universidade, mas não simplesmente como filhos das classes dominantes. A classe dominante também estava em contradição naquele momento. Era o Estado Novo, era Estados Unidos, Alemanha, era o fascismo ou democracia e, certamente, aí, não é apenas um problema de geração, mas que até mesmo a universidade permitia um debate democrático que a sociedade em geral não permitia. Claro que era uma universidade de classe dominante, e por isso mesmo podia se dar a esse luxo. Mas quando você pensa, tempos depois, que ao se dar esse luxo numa universidade, debater a democracia, ao se dar esse luxo de permitir que surgisse uma coisa como a UNE, que tinha uma estrutura democrática apesar da estrutura fascista do Estado, estava criando paralelamente um modelo de democracia que era diferente do que o que estava existindo.

P — *E qual é a diferença então, a não ser em termos de definição de classes, do tipo de estudante que existia, pro tipo de estudante que existe hoje, já falando na parte do debate político. O que se discutia na época era diferente do que se discute agora?*

Vinicius — Claro, porque a sociedade também mudou muito. Na verdade, a luta estudantil naquele momento partia de uma questão chamada reforma da universidade, que começou de uma certa forma pelo fato de que os estudantes sentiam a universidade como inadequada ao processo que o país estava vivendo. Estava-se falando em desenvolvimento, em um país independente, e a universidade era um negócio completamente alienado. A universidade não tinha nada a ver com o que o país estava vivendo. Toda a motivação dos estudantes naquele momento partia disso O estudante percebia que a formação profissional que ele recebia na universidade não valia nada.

Aytan — O problema de resolução da vida universitária não era um problema específico. O país vivia uma grande discussão política em que não havia essa coisa importante que existe hoje; nem sempre todos os movimentos de massa tinham a autenticidade que existe hoje.

O estudante daquela época começou a perceber, daí por que houve mesmo o golpe, que o destino dele estava ligado, como o de todas as camadas da população, ao destino da Nação como um todo, ligado às lutas maiores do povo, lutas essas que eram a mudança da estrutura do campo, a reforma agrária, o problema urbano, o problema da remessa de lucros, a exploração imperialista que o Brasil sofria tremendamente, o problema democrático, a extensão disso às grandes camadas e, talvez, se ele era estudante porque tinha acesso aos meios de conhecimento, por ser também das minorias privilegiadas, ele entendeu mais agudamente esse descompasso enorme que existia entre o Brasil real e o outro Brasil, que a gente vivia naquele tempo. Antes de 64 era bem mais fácil você ser um participante das lutas nacionais. Depois de 64 isso se tornou tremendamente oneroso e dramático, custou a vida de muita gente, custou prisão. Mas foi talvez por causa dessa tradição que deixou alguma coisa, que se fez possível esse congresso da UNE atualmente. A característica fundamental é que hoje a coisa é mais autêntica, a coisa

é mais ligada ao povo porque a própria estrutura repressiva determinou, primeiro o empobrecimento de todas essas camadas que a gente podia chamar de pequena-burguesia e são os filhos dela, em boa parte, que possibilitam esse sentido muito mais solidário com as outras camadas da população que sofreram também esse processo de repressão: os operários, os próprios setores menos favorecidos no processo todo. Mas já naquele tempo, pela primeira vez nesse país, se discutiu abertamente todos os problemas nacionais, vinculando diretamente a universidade e vendo que essa universidade vai existir em função do povo, e não isolada dele. E foi talvez essa posição do estudante que determinou a fúria repressiva da ditadura sobre a UNE Ainda hoje, até pouco tempo era tabu para esse regime de exceção a palavra UNE, pelo que ela representou de existência em defesa dos interesses, sem muita conseqüência naquela época, agora com mais conseqüências, nacionais, da discussão disso. A gente pode dizer que isso não penetrou muito, mas era um início.

Vinicius — Eu acho importante ressaltar o seguinte: ainda hoje eu estava vendo uma reportagem da *Veja* que diz que a influência da UNE era muito desproporcional ao peso dos estudantes. Eu acho que é certo. O prestígio político do movimento estudantil era muito maior que o peso real dos estudantes na vida brasileira durante algum tempo. Tinha esse peso porque representava alguma coisa do ponto de vista da opinião pública. O fato de ter sido incendiada a UNE em 64, os primeiros mortos desse regime tenham sido os estudantes, já em abril de 64, representa uma coisa: o que eram cem mil estudantes num país de 50 milhões de habitantes? Não era nada. Mas do ponto de vista da opinião pública era alguma coisa, e do ponto de vista da opinião contrária, da opinião militar, da opinião golpista, era um negócio extremamente irritante. De repente vinham esses caras aí perturbar as regras do jogo. E por que a gente podia perturbar as regras do jogo? Qualquer problema nacional a UNE se manifestava e tinha peso.

Por outro lado, a universidade foi crescendo, o número de estudantes foi aumentando, a própria tradição da UNE foi se firmando, então você passava de uma influência que era uma força política nesse país, que era decorrente também da fraqueza das demais forças políticas, é bom que se diga.

Vinicius — Na verdade, por mais que a gente procurasse ter modéstia nesse negócio, e chegar diante das ligas camponesas, CGT e dizer que não nos cabe como estudantes tomar a dianteira, e às vezes até a gente precisava frear os estudantes para não tentarem tomar essa dianteira, o fato é que não tanto pela nossa força, mas pela fraqueza dos outros movimentos, que estavam começando, acabava tendo um peso grande.

P — *Isso seria diferente hoje em dia?*

Vinicius — É diferente. Do ponto de vista social, claro, hoje em dia quando você faz, por mais importante que seja o congresso da UNE, e eu acho que é extremamente importante, um primeiro de maio do ABC, uma assembléia de 80 mil pessoas no ABC, em torno de uma greve, isto tem um peso social muito mais importante, indubitavelmente. Mesmo que você pense no ABC como uma área limitada, mas tem um peso quantitativo e qualitativo muito mais importante hoje em dia do que um congresso da UNE, ainda que reúna representações de todas as partes do país. Já naquela época a gente percebia que o movimento operário, o movimento camponês, tinham muito mais importância social. Agora o fato é que, por uma circunstância histórica, o movimento estudantil conseguiu se organizar de uma forma mais influente antes e às vezes quando você tentava reconhecer modestamente o papel do movimento estudantil, você tinha que fazer força para frear. Ainda que a gente tivesse plena consciência de que o estudante era muito menos importante que o operário, na prática você falava em pé de igualdade com a CGT.

Genuíno — Eu acho que na época que a gente vai viver a discussão política se altera muito. Eu acho que há algumas questões levantadas aí que são semelhantes depois de 64. Até elas afloram, se agudizam de uma maneira mais direta para os estudantes. O nível da crise econômica, da crise social, tem um reflexo até mais direto no potencial mobilizativo dos estudantes depois de 64. O próprio espaço político que os estudantes passam a ocupar depois de 64, mesmo que ninguém, nenhuma liderança dissesse que o estudante era vanguarda, na prática, como era a força de oposição mais organizada do país, e se manifestou com maior facilidade depois do golpe de 64, se tornava praticamente o centro das atenções da oposição. As entidades estudantis, as lideranças depois de 64, elas eram conhecidas não só pelos estudantes, mas eram conhecidas e respeitadas por setores ponderáveis da

opinião pública. Os centros de discussão dos estudantes eram freqüentados por setores mais amplos da opinião pública. Sem essa compreensão é difícil a gente entender, por exemplo, por que havia uma passeata de 100 mil. Fortaleza tinha seis mil estudantes e se fazia passeata de 20 mil. Era uma força que, depois de 64, conseguiu, com maiores facilidades, se mobilizar, e que teve uma herança muito importante, que foi exatamente a prática política, que se desenvolveu no país naquela época de 64, com suas falhas e seus erros, mas foi uma prática muito ampla, e a repressão depois de 64 não teve a profundidade que teve a repressão de 68. É tanto que o processo de reestruturação da UNE depois de 64 foi um processo mais fácil do que o processo de articulação da UNE agora em 79, depois do longo período do AI-5, do 477, do período de maior violência repressiva no país. Esse prestígio, essa valorização da UNE era uma coisa que a gente sentia naturalmente entre os estudantes. Mas a UNE tinha uma mística muito grande. E eu acho que essa mística não é por acaso. Exatamente porque ao longo da história da entidade, ela interpretou, na sua época, no seu momento, as aspirações da juventude universitária. É claro que depois de 64 várias organizações de massa foram tratadas pela repressão mais violenta, entre elas a UNE, organizações representativas que tinham peso, e foi justamente pelo peso político que tinha a UNE, pela representatividade que tinha antes de 64, que ela foi reprimida e que sua sede foi incendiada, se colocou uma questão nova no país; veja bem, depois de 64 a universidade brasileira entrou numa crise até mais profunda do que a que já vivia antes de 64, porque os novos interesses econômicos que assumiam a hegemonia do poder, tinham uma proposta mais direta para enquadrar a universidade dentro desse modelo; e aquele crescimento industrial do período do Juscelino teve reflexos na universidade e todo mundo dizia que a universidade precisava se modificar — os estudantes diziam, o governo dizia, tinham projetos diferentes — e a própria crise econômico-social que precedeu o milagre brasileiro tem reflexos profundos dentro da universidade e na camada social de onde vêm os estudantes. O caráter repressivo do regime instaurado no país depois de 64 despertou nos estudantes um sentimento de liberdade muito grande, porque num país como o Brasil, por mais violento que seja o obscurantismo, a repressão, é na universidade que circulam as idéias, é na universidade que há ainda um certo debate, é na universidade que a repressão não é tão violenta, ou melhor dizendo, os efeitos dela não são tão violentos como na fábrica; por isso é natural que os estudantes, em determinadas situações, dêem o primeiro passo. Isso não significa dizer que eles tomem a vanguarda, que vão dirigir o processo. Isso acontece por um ato objetivo.

Vinicius — Você está levantando uma questão que eu acho que é muito importante. Na verdade, até 64, quem levantava a bandeira da modernização da universidade eram os estudantes. Depois de 64, começou a haver um modelo, inclusive o MEC/USAID entra muito nisso, de tentativa de modernização da universidade por parte diretamente do governo, das classes dominantes, isso precisa se adequar às necessidades das empresas. Isso inaugura inclusive um processo de proletarização dos profissionais de nível universitário.

Genuíno — Isso inclusive aparece muito claro nas grandes lutas que os estudantes travaram, com o problema das vagas, de excedentes, das anuidades, o próprio enquadramento das entidades estudantis dentro da legislação excepcional do país depois de 64, pra facilitar exatamente esse caminho de enquadrar a universidade dentro das novas diretrizes econômicas que passavam a ser hegemônicas no poder. E a crise veio com uma força muito grande, isso é verdade, e a contradição política que os estudantes tinham se manifestou nas suas lutas de 64, 66 e 68. A luta política de 64, ela se colou muito mais diretamente às questões mais específicas que existiam com relação à universidade. Porque a natureza do regime, o caráter repressivo e autoritário do regime vinham muito diretamente em função dos novos objetivos econômicos, das novas necessidades econômicas da classe dominante. Reprimir o movimento operário: arrocho salarial; reprimir as entidades estudantis: enquadrar a universidade dentro de um modelo econômico. O processo de concentração da economia brasileira, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que foi a pretensão das classes dominantes que deram o golpe, esse processo de desenvolvimento do capitalismo que estava sendo obstaculizado por aqueles grandes movimentos de antes de 64, precisava limpar o terreno para acelerar esse processo. E o aceleramento desse processo depois de 64 arrebentou com muitos setores da vida social e um desses

setores foi a universidade. Em grande parte proletarizando as camadas populares, a aspiração, a entrada na universidade tinha uma dimensão mais ampla, e a universidade sem condições para absorver, porque aí o governo não tinha interesse e aí a gente mostrava muito esse quadro para mostrar como caíam as verbas orçamentárias pra universidade, e o processo de luta se colocava de uma maneira muito direta.

Como os estudantes se refizeram com maior facilidade da repressão depois de 64, eles começaram a assumir a dianteira, a assumir um papel que foi crescendo de ano pra ano até 68, que eu acho que foi o ápice, quando na verdade ninguém dizia em 68 que o estudante era a vanguarda do processo de transformação social da sociedade brasileira. Mas na prática o que acontecia era o seguinte: o movimento estudantil era a força de oposição. Isso foi fazendo com que a própria luta dos estudantes em 68 ela subestimasse demais o papel que os estudantes tinham. Eu acho que é importante compreender isso em dois níveis: é claro que houve um erro da liderança estudantil em não compreender o papel dos estudantes, como conduzi-los, e se preparar inclusive pra repressão que veio com o AI-5. Há também o outro lado da questão que é a situação objetiva que existia no país — fatores que influenciavam independente da vontade das lideranças, que assumiram um papel destacado. Como o movimento estudantil era a força de oposição, as lideranças estudantis eram muito solicitadas, e o nível do debate político que começava a se desenvolver era também muito mais amplo, mais profundo e essas lideranças tinham que responder às novas questões desse debate. É importante que nesse período, mesmo a UNE, sem uma sede fixa, considerada uma entidade ilegal, ela adquire uma força, e uma representatividade junto aos estudantes no país, que o governo preferiu não prender as lideranças estudantis naquela época, porque ela era ilegal, mas os líderes estudantis, o presidente da UNE, os membros da diretoria, os presidentes das entidades estudantis falavam normalmente para os estudantes, davam entrevista normalmente aos jornais, não tinham uma vida escondida. É claro que se prendesse o estudante naquela época, até o AI-5, causaria problemas políticos. Isso eu acho que tem diferenças com relação à situação de hoje. Em primeiro lugar a aplicação da política do governo para a universidade ela só se deu de maneira mais concreta com o AI-5 e o 477. É tanto que o decreto da reforma universitária, que deu nessas deformações todas aí, veio exatamente depois do AI-5. E com isso se colocou claramente, mudaram os critérios de entrada dos estudantes na universidade, que é o vestibular que é esse hoje, a universidade se transformando cada vez mais numa empresa, as universidades públicas fechando suas portas através de um processo elitista, mas como existia muito estudante querendo cursar a universidade, saindo desses cursos supletivos e colegiais por aí afora, o governo estimula a criação de universidades particulares, a rede privada, e hoje você constata uma mudança social muito importante na universidade: a maioria dos estudantes hoje, no Brasil, são das universidades particulares. E a composição social dos estudantes da universidade particular é bem mais baixa do que a dos estudantes das universidades públicas, o pessoal que trabalha o dia todo, que tem que estudar à noite, e dentro dessas universidades particulares você coloca aí uma visão geral do quadro das condições de ensino, e o nível de autoritarismo não chega nem perto das universidades públicas. Isso é uma diferença qualitativa, uma diferença objetiva até 68, da situação de hoje. Há uma outra diferença também: é que a repressão e os seus reflexos entre os estudantes não foi tão profunda como aconteceu principalmente depois de 70. Então, o desenvolvimento da atividade política, da experiência política, do debate político, não foi violentamente interrompido, verticalmente cortado como aconteceu em 70. E também em 68, por esse papel que os estudantes assumiam, e aí foi uma das debilidades da liderança, de não compreender inclusive com uma visão mais ampla, a relação dos estudantes com os outros setores, a relação dos estudantes com a oposição em geral, onde predominava uma posição isolacionista e uma posição sectária, com relação por exemplo ao MDB, a parlamentares do MDB. Você encontra hoje classes, no caso dos trabalhadores, assumindo um papel de destaque na luta política. A movimentação ampla das camadas populares, movimentos sociais que se organizam nacionalmente, setores que antes de 68 não estavam mobilizados e no entanto contra o regime passam a manifestar o seu descontentamento, suas formas de luta. Então, objetivamente, fica mais fácil colocar inclusive o papel local, o lugar dos estudantes. E eu acho que na preparação desse Congresso eles com-

preenderam muito bem isso aí, quando souberam, pra garantir o Congresso, tratá-lo de maneira ampla, inclusive conquistando esse apoio, a solidariedade de amplos setores sociais pra sustentação do Congresso e o exemplo disso foi a própria abertura do Congresso.

Vinicius — A influência fundamental disso é o crescimento da oposição.

Genuíno — Claro. O crescimento em geral da oposição no país. A crise econômico-social do país hoje é muito maior do que a crise de 68. A violência do final de 68/69, ela vem calcada no processo de aceleração do desenvolvimento econômico do país. Houve uma acumulação muito acelerada, na época do milagre, e isto teve reflexos na universidade; toda época em que há um desenvolvimento mais acelerado do capitalismo, a universidade sofre essa influência, inclusive pelo número de gente que quer cursar a universidade. Com a crise que está se colocando agora, a universidade vai sofrer, evidentemente, esses reflexos. Então, eu acho que há uma realidade objetiva nova entre os estudantes, como a posição social no geral baixou, os problemas aumentaram, o número de estudantes no país cresceu, até sua importância também cresceu, mas cresceu num nível muito maior a importância política e prática da oposição em geral, principalmente das forças populares. Então, fica mais limitado o papel que os estudantes hoje desempenham. Só que o papel que os estudantes desempenham nessa conjuntura não é, e nunca será, enquanto o país não se libertar dos grandes problemas que ele enfrenta, um papel apenas específico no âmbito das universidades. Mesmo porque a luta pela solução de certos problemas que os estudantes têm no âmbito da universidade, seja condições de ensino, problema das verbas, o ensino pago, o autoritarismo etc., o desenvolvimento dessas lutas e a própria transformação da universidade na prática, como aconteceu em 68, os estudantes sentirão que isso não poderá acontecer dentro dos muros da universidade. Hoje, por exemplo, ao lado da luta contra o ensino pago, a questão do apoio dos estudantes aos trabalhadores é importante. E o que garantiu a grande legitimidade da UNE em 68, e que poderá acontecer hoje, é que em determinados momentos ela responde como entidade dos estudantes, às aspirações e lutas dos estudantes. O auge do prestígio da entidade se dá por isso, quando ela não responde a isso, ela não tem representatividade. Em 68 ela respondeu, como respondeu antes de 64. E na medida em que ela responda aos grandes desafios que os estudantes estão enfrentando hoje, ela conquistará a legitimidade e a identificação com o conjunto dos estudantes.

Aytan — Agora eu acho importante colocar uma coisa. É que com a política aí de concentração de renda, houve um assalariamento, uma proletarização da pequena-burguesia, que passou a sofrer na própria carne um processo de empobrecimento, colocou os membros dessa camada numa contradição maior; e que deu inclusive esse sentimento mais combativo, porque ela passou a sentir, como outras camadas do povo brasileiro, que já eram empobrecidas há muito tempo, a importância do sentido social de sua luta.

Genuíno — Antes de 64, embora também já existisse isso, uma certa dificuldade em vencer as barreiras e depois ser um profissional que participasse do processo, o que mudou é que de fato o estudante, pelo próprio desenvolvimento da economia do país, pela própria força anômala do modelo econômico, ele se tornou objetivamente, socialmente próximo ao povo. Hoje, ele faz parte do contexto social dele, ele é filho do assalariado, ele é filho dos mesmos professores que fazem as greves, ele é filho dos médicos que fazem greve, é filho dos funcionários públicos que também estão participando da luta. Ele faz parte de um contexto social, ele é mais conseqüente, porque ele não é só ganho intelectualmente para a luta por melhores dias da nação, ele é ganho no concreto pra isso. Isso é a mudança qualitativa. Então, porque que também diminuiu qualitativamente a sua importância e aumentou a sua interdependência. Porque a luta dele hoje não termina nem nos umbrais da universidade, ele vai continuar essa luta, e o próprio fato de ele ser um assalariado no futuro, praticamente no Brasil acabou o profissional liberal, acabou aquele cara que era mais facilmente cooptado pra ser o homem de mando, pra manter o sistema, ele vai continuar essa luta. E na universidade ele, inclusive, está percebendo o alcance de tudo isso. E ele sente mais na própria carne, de uma maneira mais suave, é claro, a contradição do operário, a contradição de todo mundo que nesse país se tornou extremamente explorado. Esse que eu acho que é o dado de fundamental importância.

P — Nesse contexto, como é que vocês acham que a UNE vai levar as lutas, pelo menos as lutas definidas no Congresso?

Genuíno — A tendência é pra haver um amadurecimento da luta, ela vai ser um trabalho de conscientização, de discussão, vai ser mais responsável, porque envolve também a sua própria sobrevivência. E daí também essa visão do geral vai ser mais firme, vai ser mais baseada no concreto, vai se aprofundar mais. Se o nível de conscientização se aprofunda mais, se o nível da sua luta pressupõe interdependência com todo o geral, tá mais ligado à luta de todo o povo por um troço mais harmônico, por uma sociedade menos desumana, evidentemente essa luta vai ter mais conseqüência e evidentemente aquela aliança que a gente sonhava naqueles tempos de uma maneira um pouco romântica, ela, hoje, é concreta. Hoje, o estudante não pode se desvincular da luta do povo. Ele faz parte desse mesmo povo. Então ele entra na luta com uma visão mais realista e com uma conseqüência maior, talvez. A tendência seria essa.

Vinicius — O nosso desejo talvez seria esse, mas eu acho que não pode perder de vista uma coisa: que não só os estudantes, mas todas as forças de oposição nesse país, dentro desse período estão tendo que aprender a fazer as coisas. Não é sem conseqüências que o movimento estudantil tenha sido reprimido duramente esses anos todos que agora possa renascer com toda a inexperiência decorrente disso. Eu acho que muitas coisas que se colocam sobre o movimento estudantil de hoje — a sociedade é diferente, essas coisas que a gente falou, tem passos novos a dar —, agora a capacidade de o movimento estudantil dar esses passos vai depender muito de um novo aprendizado, de uma nova capacidade de enfrentar uma situação que é inédita na vida do país. Houve 64, 68, 69 e agora, de repente, surge a UNE de novo, em outros termos, e sem nenhuma continuidade com o passado. Os estudantes vão ter que aprender os seus caminhos dentro dessa situação nova, porque toda oposição está tentando aprender o caminho.

Aytan — Mas hoje em dia esse menor grau de autonomia, essa vinculação maior a toda oposição, que é mais legítima, que tem um banho de povo maior, torna mais fácil essa caminhada.

Vinicius — Torna mais fácil, não. Torna mais difícil ainda, porque, veja o seguinte, não é só no movimento estudantil, nos movimentos de oposição em geral, esses anos duros de repressão fizeram com que as coisas fossem se formando pouco a pouco, aqui e ali, esparsamente, isoladamente, cada um por conta própria, cada um desconfiava da fala do vizinho e, de repente, você tem que somar, tem que discutir, tem que verificar que apesar das origens diferentes, das posições diferentes, você tem que fazer alguma coisa em comum. E isso em todos os setores, não só entre os estudantes, entre operários, diversos tipos de profissionais, movimentos políticos mais amplos, que não é fácil começar somando. No nosso tempo era muito fácil — você chegava lá e as coisas já estavam mais ou menos armadas, vacê sabia as forças que existiam, sabia a origem de cada qual, você sabia que tinha que somar mesmo, que havia objetivos do movimento de massas, ou estudantil, ou operário, ou o que fosse, que eram próprios, que independiam das diversas facções que estivessem ali. Agora, hoje, você vê facilmente, em qualquer movimento, não só estudantil, quando alguém discorda, vem a vaia. Você vê propostas que não têm nada a ver com aquele movimento específico, você viu lá no Congresso faixas que correspondiam ao programa pra sociedade brasileira que esta ou aquela facção tem. Pra reaprender a somar, no movimento estudantil ou em qualquer outro movimento, vai ser necessário responder a uma prática democrática de tolerância que a ditadura fez que as pessoas desaprendessem.

Aytan — Sei, Vinicius, mas por outro lado tem uma vantagem, não só pro movimento estudantil mas como todo movimento social nesse país, que é o grande salto qualitativo. Pela primeira vez você tem as bases. É lógico que na fase inicial esse processo democrático vai ser meio caótico, inclusive esse estado de exceção vai se aproveitar disso. Mas por outro lado, quando a gente avança o terreno, mesmo que avance um pouco, o que fica mais firme. Os avanços são mais sedimentados, não são no oba-oba, como ocorria antigamente. Por isso é que sou otimista. Eu não tenho um otimismo exagerado, mas eu tenho o otimismo de que as coisas agora vão caminhar de um modo, mesmo que não sejam rápidas, vão caminhar mais seguras. Os passos são trepidantes às vezes, mas quando eles ganham terreno talvez os retornos sejam mais difíceis.

Vinicius — Veja bem, eu não tenho dúvida quanto ao resultado final. O que eu quero chamar a atenção é que o caminho vai ser difícil. De repente todos nós, ao chegarmos naquela abertura do Congresso da UNE, de repente, depois

de 15 anos, vemos 6 mil estudantes podendo se reunir publicamente, discutir suas teses, lavamos a alma, ou tiramos aquele gosto de sabão da boca, como dizia o Carlinhos Lira. Muito bem; agora todo esse entusiasmo tem que ser temperado por uma visão do que vai acontecer daqui pra frente. Vão ter que tropeçar muito, errar muito. Essa decisão do Congresso, que mudou o caráter da UNE de alguma forma, porque a UNE sempre foi, até então, uma espécie de federação de centros acadêmicos, então se elegia uma diretoria no Congresso e se estabelecia um programa no Congresso porque eram representantes dos centros acadêmicos que eram os membros da UNE. Esse novo caráter que tentaram dar, pode ser até um progresso importante, no sentido de fazer da UNE uma associação de estudantes em geral. Agora, é uma experiência nova que pode ou não ser adequada às novas condições; pode ser um grande acerto e pode ser um grande tropeço, mas a democracia se faz assim mesmo — é experimentando, é dando passos, é acertando e errando. Então eu não tenho dúvida de que o resultado final será bom. Também sou otimista nesse sentido.

Genuíno — Eu acho que tem duas coisas que está se colocando — que se colocou para os estudantes e para a oposição em geral, concordando inteiramente com o que o Vinicius coloca — é a capacidade que os estudantes vão demonstrar ao longo dessa trajetória, de se unir e de unir com a oposição que está se desenvolvendo no país. Eu acho que esses são os dois grandes desafios que estão se colocando pela frente. E é fundamental porque a situação política está se alterando no país, comparando com a situação que a gente viveu em 68 e até mais particularmente depois de 69, 70, na última fase da UNE, e na mudança dessa situação aí, se essa prática política não se desenvolver levando em conta essas duas questões, aí nós poderemos sofrer grandes tropeços. Agora não é fácil fazer isso, concordo inteiramente, devido às conseqüências da repressão ao longo desses anos, devido à falta da prática política, do desenvolvimento da atividade prática, nesse sentido aí, quer dizer você pega aquele Congresso, além de ter sido um fato político muito importante, pelo seu peso, pelo seu significado, ele foi um exercício prático da atividade democrática, de proposta, de contraproposta, de aprova isto, de não aprova aquilo; e eu acho que é o desenvolvimento dessa prática aí, que ela também não se dá de maneira solta, não é coisa em si, por si, que vai resolver o problema. É também como se vai conduzir o exercício da prática democrática, levando em conta certos objetivos.

Vinicius — Eu queria só acrescentar uma coisa. Que até agora a gente falou sempre da UNE como uma coisa dos estudantes e eu acho que a UNE teve no passado e tem atualmente uma importância pra sociedade em geral. Este aspecto da frente, é a tentativa de compreensão por parte dos estudantes de que eles fazem parte de uma sociedade, sempre foi uma preocupação e uma coisa muito importante. Por outro lado, a gente não pode deixar de reconhecer que em todos os momentos da história da UNE, no passado e atualmente, ela representou uma coisa pra sociedade como um todo muito maior que seu significado para os próprios estudantes. O fato de que tenha se realizado esse Congresso da UNE agora em Salvador é um fato político da maior importância, pro Brasil inteiro. Não se reduz a importância que ele possa ter para os estudantes, a sensação de vitória que eles possam ter, acho que isso realmente mudou o caráter do momento que a gente está vivendo. Muita gente já falou que o papel da UNE foi exagerado — será que dá pra exagerar a importância que teve esse negócio hoje em dia? O fato de que, de repente, o país está tentando marchar para a democracia, e você consegue realizar mais ou menos livremente um congresso daquela amplitude e com aquela representatividade, isso acho que significa um fato muito mais importante pra sociedade em geral do que pros próprios estudantes.

Aytan — Mas eu acho que o marco maior ainda é o estado lá de São Bernardo, com 80 mil operários fazendo uma greve e os estudantes percebem isso, que o marco maior é esse.

Genuíno — Agora eu acho que na discussão do Congresso, ele foi vitorioso, não só pelo acontecimento, mas pelo desenvolvimento do Congresso e pelas resoluções que o Congresso tirou, pelo andamento do Congresso. Eu assisti uma cena lá muito significativa, na hora que estava o maior quebra-pau entre as diversas propostas, apagaram-se as luzes, caiu aquela cinza lá por cima e numa questão de segundos os estudantes estavam unidos, gritando — a UNE somos nós, abaixo a ditadura, viva a UNE, realizaremos o Congresso — uma demonstração de uma unidade em cima de uma questão maior no momento em que os estudantes estavam, va-

mos dizer aparentemente, pra quem olhava o Congresso de fora, divididos. Estavam desenvolvendo uma polêmica muito rica, mas no momento em que se colocou na prática uma questão maior, eles se uniram como um só. Foi um negócio bonito, todo o mundo que estava lá se sentiu emocionado com aquela demonstração. E eu acho que o próprio desenvolvimento das discussões e o respeito que a gente presenciou lá das decisões tomadas, ninguém contestou, muito importante aquilo lá. Esse foi um exercício de uma atividade política, prática, de frente, em cima de uma luta e também em cima de unidade, que a própria unidade vai se construindo na luta, partindo dos pontos que somam e, não, dos pontos que dividem. Ela começou a ser reconstruída e essa é uma tarefa fundamentalmente dos estudantes. Isso não significa dizer que os outros setores não possam observar ou esperar, ou até opinar dentro dessa frente, da qual participa a UNE, de algumas atitudes ou de alguns pontos de vista, nem com isso estabelecer qualquer receita, qualquer norma de comportamento. Eu mantenho a minha colocação feita no final lá — com essa eleição em setembro, com essa comissão pró-UNE — mas se os estudantes estiverem unidos para reconstruir a entidade, eu acho que ela vai ser reconstruída, porque o que é indispensável na reconstrução da UNE é, exatamente, na medida em que a UNE esteja colada nas lutas estudantis, dirigindo essas lutas, representando exatamente a maioria dos estudantes, a participação política dos estudantes dentro da frente de oposição e se ela estiver colada nas entidades estudantis que têm peso na base. Isso é o decisivo. A forma como se realiza ou não a eleição depende da situação de cada época, e se os estudantes resolveram essa forma, foi a forma possível dentro do Congresso. Quero observar, baseado no passado, fazer algumas observações políticas com relação ao caráter da entidade. No meu modo de ver, a UNE continuará sendo uma federação de entidades, porque a filiação dos estudantes à UNE, através de suas entidades, ela é mais política, mais organizada e mais representativa do que uma filiação apenas individual e o próprio papel de direção da UNE dos estudantes, pela própria dinâmica, pela realidade do país, pela dimensão, pela diferenciação regional e pelos pontos em comum, é esse caráter de federação da UNE que vai exatamente possibilitar o papel de coordenação que lhe cabe, como foi no passado. Eu acho que como os estudantes souberam preparar esse Congresso nacional e demonstraram muita maturidade nisso, vão demonstrar a mesma maturidade nessa empreitada que é uma eleição direta pra UNE, uma eleição em setembro dessa nova diretoria.

Vinicius — Inclusive pode ser que esse processo eleitoral sirva pra discutir mais nas bases todas essas características da UNE e seja de fato um marco pra essa discussão. Isso aí pode ser uma retomada do que foi a UNE volante nos idos de 60, 63, que possibilitou um contato mais direto, embora eu reconheça a enormidade da tarefa de toda a liderança junto às bases em todo o Brasil.

P — A UNE ainda pode ser usada como trampolim para cargos públicos como no passado?

Vinicius — Eu gostaria de insistir num ponto. É que nos últimos dez anos, se você for analisar, você tem hoje dois presidentes da UNE que estão na cadeia, ainda. Você tem pelo menos mais dois que estão no exílio. Você tem pelo menos mais um que morreu assassinado pela ditadura. E os demais, se não estão atualmente sofrendo esse tipo de constrangimento, sofreram de alguma forma. Então, nesse caso, nem tem cabimento mais pensar na UNE, no movimento estudantil, como uma coisa assim como um segmento das classes dominantes, ainda que divergindo delas e lutando pela democracia em geral. Mas o fato é que esse movimento estudantil soube se situar como uma das forças mais combativas de oposição, uma das forças que estão ajudando a reconstruir a democracia neste país. E eu tenho certeza de que, assim como esses que passaram pela cadeia, pela clandestinidade, pelo exílio, também os estudantes de hoje certamente não estão pensando nas glórias de exercer cargos públicos e de ascender ao Senado ou à Câmara dos Deputados, ou ser ministro. Estão pensando em termos de ser solidários com as lutas populares. E é isso que é importante: que o movimento estudantil possa contribuir para as lutas do povo, para a luta pela democracia neste país.

A UNE na luta pela democracia

José Frejat, presidente da UNE na gestão 50/51, membro do Partido Socialista Brasileiro e atualmente deputado federal pelo MDB do Rio de Janeiro, também participou da abertura do Congresso de Salvador e, em entrevista, falou sobre o movimento estudantil:

P — Como era a UNE em seu tempo?

Frejat — A UNE tinha realmente uma força muito grande. No meu tempo, por exemplo, nós chegávamos no Ministério para uma audiência com o ministro, não havia necessidade de marcação. O ministro recebia imediatamente uma delegação da UNE. Na época havia luta pela paz, contra a bomba atômica, e a luta em defesa da Amazônia, que hoje se repete. Naquele tempo era contra o Instituto da Hiléia Amazônica. Se pretendia fazer a internacionalização da Amazônia através de um projeto da UNESCO, quer dizer, os grupos econômicos internacionais, com o imperialismo, pretendiam internacionalizar a Amazônia, mas canalizar essa penetração através da UNESCO.

P — Qual é a importância da reconstrução da UNE?

Frejat — Atualmente, eu vejo o seguinte: o mal que o movimento de 64 fez à juventude brasileira, afastando-a grandemente do estudo e da discussão da problemática brasileira. Este é um preço que nós vamos pagar no futuro, nós não sabemos a que ponto. Felizmente, os estudantes, uma boa parte deles, não deixou de participar da luta política brasileira, da discussão dos problemas, e são esses estudantes que estão à frente da reorganização da UNE. A UNE não morreu, ela teve apenas essa interrupção. E estou certo de que sairá daqui uma UNE renascida das suas próprias cinzas, muito mais forte, mais pujante, mais aberta e que o governo há de respeitar porque é a própria juventude.

Afinal de contas os estudantes são idealistas, desinteressados, desvinculados de interesses escusos, não participam de mordomias, não estão no relatório Saraiva, não estão nos incentivos

José Frejat: "Sairá daqui uma UNE que o governo terá de respeitar, porque é a própria juventude".

fiscais que o governo dá ao empresariado; eles, portanto, são um dos setores mais independentes, juntamente com os trabalhadores e que podem oferecer uma contribuição ao impasse em que o Brasil se encontra, com uma dívida de 45 bilhões de dólares que não veio, absolutamente, em benefício do povo. Essa dívida é que causa a inflação, essa dívida é justamente o que foi dado aos grupos econômicos que espoliam o Brasil e acumulam riquezas, e é contra isso que os estudantes lutam. Querem o Brasil para todos nós.

P — Em 68, se acusou o movimento estudantil de responsável pelo AI-5 e pelo endurecimento, e, hoje, já existem algumas vozes dizendo que a reconstrução da UNE pode entornar o caldo da abertura.

Frejat — Evidentemente, os grupos econômicos estão interessados em dar uma impressão negativa sobre a UNE, porque eles sabem a força que ela terá. Vocês imaginem, os estudantes representam setores bem expressivos da sociedade brasileira, têm bastante influência; e esses grupos econômicos, que não contam de nenhuma forma com o apoio da UNE ou das entidades estudantis, não podem perdoar esta atuação.

Eles acusam a UNE daquilo que ela não fez, de ser responsável pela ditadura, ser responsável por não haver um regime democrático no Brasil. Absolutamente, a UNE só lutou contra tudo isso, lutou contra a ditadura, lutou sempre contra os regimes ditatoriais. Na verdade, os grupos econômicos é que não querem a democracia, não querem a UNE de luta pela democracia.

Dois sociólogos analisam a participação e a importância do movimento estudantil na sociedade.

Vanguarda ou Guarda vã

As razões conjunturais que desencadeiam os movimentos estudantis dos mais diversos matizes — que têm marcado as três últimas décadas — podem variar imensamente. As razões estruturais, entretanto, são basicamente as mesmas e é delas que depende a passagem freqüente, nesses movimentos, de reivindicações corporativas — ligadas aos interesses imediatos do mundo estudantil — para um movimento marcadamente político.

Os estudantes são destinados a fazer parte da elite em qualquer sociedade. Entretanto, o mundo universitário se diversificou profundamente neste século, de mais de um ponto de vista. As universidades deixaram de ser apenas instituições que legitimam uma posição social de notável — o intelectual, o cientista — para se transformarem, ao menos parcialmente, em grandes conglomerados de empresas de pesquisa administradas — como convém à enorme soma de capital que para eles convergem — segundo a lógica da racionalidade econômica, isto é, do lucro. A organização da pesquisa e mesmo do ensino, tende a fazer dos seus membros uma peça, num processo sobre o qual o pesquisador individual perdeu qualquer controle. Cria-se, com isso, uma divisão inevitável entre o administrador de pesquisas — às vezes um verdadeiro empresário — e seus colegas que, além de assalariados, ocupam uma posição subordinada em todo o processo. O poder, nas universidades, deixa de expressar a vontade colegial dos docentes e pesquisadores, para derivar, quase sempre, do poder do Estado, ou dos interesses econômicos das instituições — privadas — mantenedoras.

No serviço público e nas empresas privadas, a posição institucional dos profissionais universitários é sensivelmente a mesma, e tanto se pode dizer que essa situação espelha a da Universidade, quanto se pode afirmar o inverso.

É inevitável que, nessas condições, os setores mais mobilizáveis do mundo universitário — aqueles para os quais os condicionamentos e compromissos da vida profissional ainda estão distantes —, ou seja, os estudantes, reagem com mais vigor e freqüência àquilo que aparece como um conflito insustentável entre um modelo profissional e de existência e as condições concretas bem diversas que vislumbra o futuro.

Uma das formas pelas quais esse conflito ganha expressão é a luta por uma espécie de "restauração", de volta às origens, de quem sentiu a decadência ou a deturpação da Universidade. Cedo, entretanto, essa luta se revela perdida de antemão, pois as condições concretas da vida universitária, inclusive o plano subordinado que o ensino passa a ocupar com relação à grande pesquisa e à produção de tecnologia não dependem da vontade dos próprios profissionais, nem mesmo de decisões das autoridades universitárias ou de fatores internos à instituição. São como que o reflexo do modo de distribuição de poder dentro da sociedade e, mais especificamente, da relação cada vez mais estreita entre a produção de ciência e tecnologia e a produção econômica em geral.

Assim como no início dos anos 60, também no final da década e, de novo, de 1974 para cá, a agitação estudantil percorreu o mesmo padrão de evolução, de reivindicações internas às instituições para uma contestação generalizada do modelo econômico e político do país. O que muda, e drasticamente, é a maneira como esse movimento se insere na conjuntura, embora, em cada caso, a categoria estudantil aja inicialmente como elite e tenda a identificar-se, ao menos simbolicamente, com a massa de assalariados e com o conjunto de classes subalternas. Isso se explica pelo fato de que independentemente das questões teóricas que envolvem o problema da definição da força de trabalho — a inserção profissional dos universitários tende a assemelhar-se à dos assalariados em geral na economia.

No início dos anos 60, o modo de ocupação do espaço político fez com que o movimento estudantil, embora sempre aspirando a uma posição de vanguarda, na verdade se incluísse na aliança heterogênea composta pela Frente Parlamentar Nacionalista, o governo Jango, a CGT, os governadores progressistas e o PCB onde, entretanto, esforçava-se em ser a ponta-de-lança da mobilização da massa rural. É esse o significado da profunda imersão do movimento estudantil nos movimentos de Cultura Popular, de alfabetização e educação de base, de sindicali-

zação rural, e sua tentativa de penetração nas Ligas Camponesas.

Já em fins de 1960, o espaço vazio da mobilização política, provocado pela política deliberada de desmantelamento das organizações de massa, fez com que o movimento estudantil ocupasse praticamente sozinho o papel de vanguarda política. As próprias características da massa estudantil, o caráter tênue dos condicionamentos sócio-econômicos da existência estudantil, deixam aberta a fantasia de que tudo é possível. Isso, aliado ao papel de vanguarda (sem retaguarda) representado pelo movimento, levou ao vanguardismo extremado e ao isolamento de grande parte das lideranças estudantis na luta armada. Sem falarmos, é claro, na derrota do movimento e de todas as forças progressistas no período entre 69 e 74.

O que marca, atualmente, a inserção do movimento estudantil na conjuntura parece ser de natureza bem diversa. Tudo indica que as lideranças já não se deixam levar pela fantasia de que tudo é possível, mas tendem a construir, a partir das bases, um movimento articulado e voltado para as conquistas a longo prazo. O espaço político está, por outro lado, ocupado pela rearticulação da sociedade civil e, especialmente, do movimento operário. Os estudantes já não tentam ocupar a posição de vanguarda e, o que é mais, não se lhes permitiria ocupá-la. É bem bem característica dessa nova fase a posição de expectativa que os estudantes ocuparam em todo o movimento de greve de professores e funcionários nas universidades estaduais de São Paulo.

Mais do que vanguarda, o movimento estudantil parece tentado a se definir por um espaço próprio, muito mais como incitador, provocador de debates e questionador da sociedade, do que como condutor do processo.

J. A. Guilhon Albuquerque

Os estudantes e sua Revolução

A Revolução Estudantil foi um fenômeno dos anos sessenta. Hoje faz parte da história. Mas isto não significa que o papel revolucionário dos estudantes e mais genericamente dos intelectuais não comprometidos tenha desaparecido. Da mesma forma que não se pode retirar o papel revolucionário à classe operária francesa porque ela se retrai após a Revolução de 1848, ou após a Comuna de Paris, também não se pode deduzir apressadamente que os estudantes deixaram de desempenhar um papel transformador fundamental da sociedade porque, depois da grande aventura dos anos sessenta, reduziram sua atividade política nos anos setenta. As causas fundamentais que determinaram a Revolução Estudantil continuam presentes no mundo contemporâneo. Este movimento social decisivo da nossa época foi conseqüência de fatos históricos novos que continuam a atuar. O papel dos estudantes e dos intelectuais de esquerda provavelmente continuará cada vez mais decisivo na transformação revolucionária do capitalismo em socialismo.

A revolução estudantil dos anos sessenta alcançou seu auge em maio de 1968 na França. E se não chegou a derrubar o bloco de poder que domina o Estado francês, deixou marcas profundas na história daquele país. A direita foi obrigada a se reorganizar. De Gaulle perdeu o poder e o partido gaulista acabou cedendo o comando da aliança política conservadora para o partido de centro-direita liberal. A esquerda, por sua vez, passou por um profundo processo de autocrítica e de reavaliação de suas estratégias, que até hoje não terminou. Mas a revolução estudantil não foi, em absoluto, um fenômeno francês, foi um fenômeno universal, que começou nos Estados Unidos e acabou repercutindo no mundo todo. Na verdade, talvez a Revolução Estudantil tenha sido o primeiro movimento social na história da humanidade de caráter universal e concomitante.

Os estudantes brasileiros também participaram desse movimento. Em 1968 centenas de milhares de estudantes protestavam nas praças públicas contra a ditadura implantada no Brasil. Embora os estudantes brasileiros sempre tenham tido uma tradição de lutas democráticas, o movimento de 1968 ultrapassou tudo o que houve antes ou depois em matéria de manifestação política estudantil. Ainda que a UNE estivesse proscrita, os estudantes se transformaram no principal veículo de protesto da sociedade contra o regime autoritário capitalista-tecnoburocrático, que estava sendo instalado no Brasil. Seu movimento, no entanto, foi tão radical e profundo, que a burguesia atemorizada acabou apoiando o golpe de Estado representado pelo Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, que consolidou até 1974 a ditadura militar no país. A partir de 1975, porém, o regime autoritário começa a ruir. E nesse momento os estudantes vão novamente desempenhar um papel decisivo. Na medida em que as camadas médias

(média burguesia e média tecnoburocracia) retiravam seu apoio ao regime autoritário, os estudantes se transformavam na ponta-de-lança do movimento social de protesto.

Entre março e agosto de 1968 escrevi o ensaio *A Revolução Estudantil* (segunda parte de *As Revoluções Utópicas*, Editora Vozes, 1979, Petrópolis). Nesse trabalho procurei determinar os fatos históricos novos que diferenciavam a Revolução Estudantil das demais revoltas de estudante, que transformavam esse movimento social na revolução do nosso tempo. Estes fatos históricos novos eram: a) revolução na educação primária e secundária, no sentido de uma maior liberdade e responsabilidade dos jovens; b) a dissolução da família patriarcal, baseada na propriedade da terra ou no capital, e a decorrente crise dos valores familiares; c) a crise do socialismo a partir da descoberta da ideologia por Marx e do inconsciente por Freud; d) a massificação dos estudantes em virtude do seu extraordinário aumento numérico; e) o extraordinário desenvolvimento das forças produtivas, que acelerava o ritmo da história e se constituía na causa básica das demais causas da revolução estudantil que acabaram de ser citadas.

A este fatos novos aliavam-se, naturalmente, algumas características permanentes da juventude: seu idealismo, sua relativa desvinculação dos interesses de sua própria classe burguesa ou tecnoburocrática. Mas estas são condições permanentes da revolta estudantil, como também se constituem em freios permanentes dessa revolta a transitoriedade da vida estudantil e os compromissos de classe, que logo tendem a ser plenamente restabelecidos, uma vez que o jovem termina seus estudos e se casa.

O importante a assinalar, entretanto, é que aqueles fatores históricos novos continuam a atuar. O número de estudantes em relação à população não parou de crescer. Se a massificação dos trabalhadores permitiu a Revolução Operária no início do século XIX, a massificação estudantil condiciona a Revolução Estudantil da segunda metade do século XX. Estes estudantes são frutos de uma sociedade em crise, cujos valores vêm sendo sistematicamente abalados, seja pelo extraordinário desenvolvimento das forças produtivas, que destrói as relações familiares e de classe burguesas tradicionais, seja pela crítica sistemática que os revolucionários de esquerda vêm fazendo há quase duzentos anos ao regime capitalista.

Estes fatores transformam os estudantes em uma força política nova nas sociedades capitalistas ou estatais contemporâneas. Uma força política que tem um papel revolucionário em si mesma ao mesmo tempo em que seus quadros vão reforçar os movimentos socialistas de intelectuais não comprometidos e trabalhadores. É certo que as universidades continuarão a formar um grande número de tecnoburocratas e de intelectuais orgânicos das classes dominantes. Mas não há dúvida que estudantes e intelectuais constituem hoje uma força de contestação e de superação das formações capitalistas e estatais pelo menos tão importante e muitas vezes mais radical do que o proletariado.

O sentido da revolta estudantil, como também o do movimento socialista dos intelectuais não comprometidos que emergem dos estudantes, tem um caráter eminentemente revolucionário. Esta revolução pode ser democrática, orientada para a transformação da sociedade em todos os seus níveis, desde a organização de uma sociedade civil cada vez mais aberta e representativa do povo, até a vitória política nos processos eleitorais de âmbito nacional, visando a implantação do socialismo. Mas corre dois riscos permanentes; o primeiro é o de ser tão radical, extremista, que acaba se perdendo no autoritarismo tecnoburocrático estatal; o segundo é o de ser tão moderada, que acabe sendo cooptada pela social-democracia que nega a luta de classes. Em ambos os casos, o risco é de se transformar em uma força contra-revolucionária, seja em um caso porque vem a entregar o poder a uma nova classe dominante de caráter burocrático, seja em outro caso porque transige de tal forma com o regime vigente que acaba por ser por ele cooptada.

A revolução dos estudantes é sem dúvida uma revolução utópica. Não apenas porque quer transformar o mundo de forma generosa, mas também porque corre muitos riscos de desvio e de contra-revolução. Mas as revoluções utópicas não são revoluções impossíveis. São fruto da luta de classes, que busca escapar ao determinismo simplista marcado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Este desenvolvimento nos leva na direção do monopólio do saber e do poder por uma classe de tecnoburocratas. Ora, a revolução socialista e democrática proposta por um número crescente de estudantes, trabalhadores e intelectuais não comprometidos denuncia essa tendência no sentido do estatismo tanto quanto se opõe à preservação do capitalismo.

Luiz C. Bresser Pereira

Neste mundo, vence quem tem as melhores armas.

É uma revolução permanente que atinge a todos os setores de atividade.

É preciso entender o que se passa, conhecer os fatos e saber interpretá-los.

Assine ISTOÉ.

Semanalmente, uma equipe de jornalistas vai ajudá-lo na análise e na previsão dos acontecimentos.

Você recebe a revista em casa ou no escritório, sem problemas de edições esgotadas, com garantia do preço mesmo que aconteça alteração no preço de capa.

E ainda recebe tudo que é necessário, em matéria de jornalismo, para acompanhar as transformações do mundo de hoje.

Não querendo recortar a revista faça uma cópia ou um pedido à parte.

recorte aqui

Assine ISTOÉ

Aproveite a oferta especial para novos assinantes!

economize até Cr$ 1.140,00

☐ **Em anexo ao cupom, meu cheque nominal.**

(Em envelope fechado à Encontro Editorial Ltda. Caixa Postal 22185

CEP 01000 São Paulo - SP

☐ **Pagarei após receber instruções.**

☑ **Sim! Quero assinar ISTOÉ. Minha opção:**

2 anos ☐ **Cr$ 2.500,00** à vista ☐ **Cr$ 895,00** 3 pagamentos

1 ano ☐ **Cr$ 1.460,00** à vista ☐ **Cr$ 525,00** 3 pagamentos

Nome _____

Endereço _____ Bairro _____

Cidade _____ Estado _____

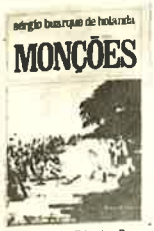
CEP _____ Data _____ Profissão _____

Assinatura _____

Envie ainda hoje este cupom especial de assinatura

Realidade e ficção a serviço da democracia.

ENSAIOS



Monções - Sérgio Buarque de Holanda - A análise, do ponto de vista da história social e econômica, da ampliação do domínio luso-brasileiro, através das frotas de comércio - as monções. (2.ª ed.) **Ref. A-01** - 163 pp. - Cr$ 138,00

A escravidão africana no Brasil - Maurício Goulart - Um livro de análise sociológica e interpretação histórica, fundamental no estudo de nosso desenvolvimento econômico-social. **Ref. A-02** - 300 pp. - Cr$ 186,00

A luta pela modernização da economia cafeeira - Hélio Duque - Um estudo sobre a industrialização do café solúvel e a ação das multinacionais do setor cafeeiro da economia. **Ref. A-03** - 167 pp. - Cr$ 144,00

Violência - J. Pereira - Uma análise do "homo brutalis", da violência na sociedade humana e das perspectivas para a vida do homem sobre o planeta. **Ref. A-04** - 114 pp. - Cr$ 84,00

Castas, estamentos e classes sociais - Sedi Hirano - A estratificação social, o pensamento sociológico de Marx e Weber, a evolução da sociedade de classes no Brasil. (2.ª ed.) **Ref. A-05** - 132 pp. - Cr$ 93,00

Coronelismo, enxada e voto - Victor Nunes Leal - Um clássico da literatura política brasileira; as lideranças dos coronéis na tradição política do Brasil rural. (4.ª ed.) **Ref. A-06** - 276 pp. - Cr$ 168,00

A idéia republicana no Brasil através dos documentos - Reynaldo C. Pessoa - Uma coletânea contendo 16 documentos inéditos sobre o movimento republicano brasileiro, de 1866 a 1889. **Ref. A-07** - 176 pp. - Cr$ 120,00

Isto é um assalto - Democrito Moura - Um livro-reportagem em defesa do consumidor brasileiro. A denúncia dos crimes contra a economia e a saúde populares, da propaganda e das multinacionais. **Ref. A-08** - 128 pp. - Cr$ 96,00

Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil - Catullo Branco - O poder econômico e político das multinacionais da eletricidade. Entenda os motivos que levaram à compra da Light pelo governo brasileiro. **Ref. A-09** - 136 pp. - Cr$ 115,00

A prisão - Percival de Souza - Uma série de reportagens sobre a casa de detenção paulistana, considerada o maior presídio do mundo. (2.ª ed., aumentada, formato bolso). **Ref. A-10** - 128 pp. - 40,00

A tecnocracia na História - Carlos Estevam Martins - A teoria e a prática políticas da tecnocracia. "Uma argumentação inspirada por um pensamento político rebelde", segundo o prefaciador Fernando H. Cardoso. **Ref. A-11** - 167 pp. - Cr$ 126,00

Três industrialistas brasileiros - Heitor Ferreira Lima - O surto de industrialização do fim do séc. XIX, através das biografias de Rui Barbosa, Visconde de Mauá e Roberto Simonsen. **Ref. A-12** - 197 pp. - Cr$ 126,00

Política e segurança - Heloísa R. Fernandes - Um estudo sociológico sobre a Força Pública de S. Paulo, tomada como modelo na análise do papel dos órgãos de segurança nas transformações econômicas, sociais e políticas. **Ref. A-13** - 259 pp. - Cr$ 162,00

A guerrilha do Araguaia - 1.º volume da coleção "História imediata". A reportagem completa sobre o movimento guerrilheiro de Xambioá, nas selvas paraenses, de 1972 a 1975. **Ref. A-14** - 80 pp. - Cr$ 35,00

Contribuição à história das lutas operárias no Brasil - Hermínio Linhares - Um levantamento de todas as reivindicações, publicações, partidos e órgãos políticos da classe operária brasileira, desde o séc. XIX. **Ref. A-15** - 98 pp. - Cr$ 90,00

FICÇÃO

Antologias Alfa-Omega - O "mapeamento" do conto regional brasileiro, reunindo autores inéditos e já editados, em uma coletânea de contos para cada estado.

Assim escrevem os paulistas - Hamilton Trevisan (org.). **Ref. A-16** - 207 pp. - Cr$ 125,00

Assim escrevem os gaúchos - Janer Cristaldo (org.). **Ref. A-17** - 170 pp. - Cr$ 110,00

Assim escrevem os catarinenses - Emanuel Medeiros Vieira (org.). **Ref. A-18** - 192 pp. - Cr$ 115,00

Assim escrevem os paranaenses - Domingos Pellegrini Jr. (org.). **Ref. A-19** - 154 pp. - Cr$ 115,00

Ciriaco Martins e outras histórias - Ronilwalter Jatobá de Almeida - Contos de denúncia sobre o migrante na grande cidade. A realidade proletária dos grandes centros urbanos. **Ref. A-20** - 120 pp. - Cr$ 95,00

Um partido chamado coragem - Carlos Alberto Luppi - Poemas que são "o berro do momento marginal, a solidão do minuto tenso, a lágrima de amargura vertida em cima da realidade em que vivemos". **Ref. A-21** - 103 pp. - Cr$ 90,00

Tango Fantasma - Márcia Denser - Contos. As dúvidas, as contradições e os conflitos da mulher moderna em busca de sua libertação sexual autêntica. **Ref. A-22** - 108 pp. - Cr$ 100,00

Não passarás o Jordão - Luiz Fernando Emediato - Contos. "Relatos vertiginosamente expressionistas" de ficção política, tendo como foco a repressão dos anos 70. **Ref. A-23** - 123 pp. - Cr$ 110,00

Pedras de Calcutá - Caio Fernando Abreu - Coletânea de contos que constituem a documentação das vivências da geração do autor, "violentada, colonizada e drogada a partir de 1964". **Ref. A-24** - 124 pp. - Cr$ 100,00

Contos de esquina - Furio Lonza - Uma narrativa crua e direta a respeito da metrópole, de onde emergem o trágico e o grotesco do dia-a-dia das pessoas. **Ref. A-25** - 115 pp. - Cr$ 90,00

A força dos mitos - Janer Cristaldo - Crônicas sobre a vida política, social, econômica e cultural brasileira e internacional. A crítica mordaz e contundente da realidade social. **Ref. A-26** - 168 pp. - Cr$ 115,00

LITERATURA LATINO-AMERICANA

Crônicas de Bustos Domecq - Jorge Luiz Borges e Adolfo Bioy Casares. Obra conjunta dos dois maiores escritores argentinos, de sátira às concepções estéticas do mundo ocidental. **Ref. A-27** - 118 pp. - Cr$ 110,00

Para te comer melhor - Eduardo Gudiño Kieffer - Romance que aborda a tragédia das novas gerações dos grandes centros industriais, esmagadas pelos sistemas econômico e político do mundo subdesenvolvido. **Ref. A-28** - 223 pp. - Cr$ 115,00

ATENÇÃO

Nos pedidos superiores a Cr$ 1.000,00, você receberá um livro grátis, à sua escolha entre os títulos deste anuncio.

EDITORA ALFA-OMEGA

05413 - Rua Lisboa, 502 - Tel.: 853-4489 - São Paulo - Capital

NOME _____

ENDEREÇO _____ CEP _____

CIDADE _____ ESTADO _____ DATA _____

Solicito o envio, pelo Reembolso Postal, dos livros de sua publicação, cujas referências vao abaixo assinaladas.

A-01	A-02	A-03	A-04	A-05	A-06	A-07	A-08	A-09	A-10	A-11	A-12	A-13	A-14
A-15	A-16	A-17	A-18	A-19	A-20	A-21	A-22	A-23	A-24	A-25	A-26	A-27	A-28

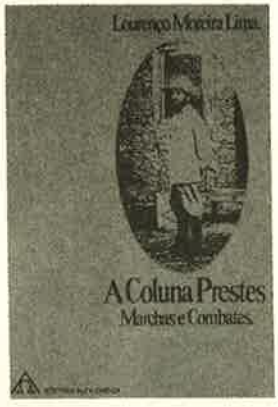
Se o meu pedido for superior a Cr$ 1.000,00 enviem-me, livre de quaisquer despesas e inteiramente grátis, o livro de referência [ ]

ASSINATURA

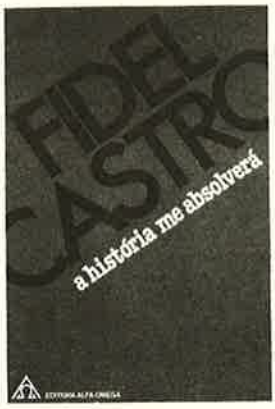
SM - Merchandising & Promoções

OS REVOLUCIONÁRIOS

Diário da Guerrilha do Araguaia (apresentação de Clóvis Moura) -
Um documento escrito em 1975, pelos dirigentes das Forças Guerrilheiras do Araguaia, que relata "a história resumida de um período da luta guerrilheira no sul do Pará", entre 1972 e 1974.
Ref. B-01 - 80 pp.
Cr$ 100,00.



A Coluna Prestes - Marchas e combates (Lourenço Moreira Lima) -
Um clássico da literatura histórica brasileira. A versão definitiva da obra de Lourenço Moreira Lima - historiador oficial e secretário da Coluna Prestes - em 3.ª edição, fac-similada e ilustrada com fotos e documentos inéditos.
Ref. B-02 - 670 pp.
Cr$ 385,00.



A História me Absolverá (Fidel Castro) -
O discurso de defesa do dirigente cubano ante o Tribunal de Exceção do ditador Fulgencio Batista. Uma denúncia da violência e da corrupção em Cuba, antes da Revolução.
Ref. B-03 - 112 pp.
Cr$ 105,00.

Em Câmara Lenta (Renato Tapajós) -
Um romance a respeito da guerrilha urbana no Brasil, relançado em 2.ª edição, depois de levantada a sua proibição pelo Ministério da Justiça.
Ref. B-04 - 176 pp.
Cr$ 145,00.

Obras Escolhidas - Vol. I (V. I. Lenine) -
Pela primeira vez no Brasil, a obra selecionada de Lenine em 3 volumes, dos quais este é o primeiro. Entre os 21 textos selecionados, "Que fazer?", "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo" e "Duas táticas da social-democracia na revolução democrática". Edição anotada, ilustrada e com índice de nomes e dados bibliográficos.
Ref. B-05 - 772 pp.
Cr$ 552,00.

Ensaios Históricos e Políticos (Astrojildo Pereira) -
Um livro que reúne cinco textos de Astrojildo Pereira, escritor e militante revolucionário brasileiro: "A formação do PCB", "Sociologia ou Apologética?" "Manifesto da Contra-Revolução", "Campo de batalha" e "Rui Barbosa e a escravidão". Apresentação de Heitor Ferreira Lima.
Ref. B-06 - 240 pp.
Cr$ 210,00.

ATENÇÃO:

Nos pedidos superiores a Cr$ 1.000,00 você ganha, inteiramente GRÁTIS, um livro.

Preços válidos até 31 de agosto.

EDITORA ALFA-OMEGA

05413 - Rua Lisboa, 502 - Tels.: 280-9972 e 64-4622 - São Paulo - Capital.

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ _____ ESTADO _____

DATA _____ ASSINATURA _____

SOLICITO O ENVIO, PELO REEMBOLSO POSTAL, DOS LIVROS DE SUA PUBLICAÇÃO CUJAS REFERÊNCIAS VÃO ABAIXO ASSINALADAS.

B-01	B-02	B-03	B-04	B-05	B-06

SE O MEU PEDIDO FOR SUPERIOR A Cr$ 1.000,00, FICA ENTENDIDO QUE GANHAREI UM LIVRO INTEIRAMENTE GRÁTIS.